

Cenário

#01



CET Centro de Excelência em Turismo



UnB

Revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo
Centro de Excelência em Turismo - Universidade de Brasília

Revista CENÁRIO

Associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília
www.unb.br

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Ivan Camargo

Centro de Excelência em Turismo

Diretor: Neio Campos

Programa de Pós-Graduação

Coordenadora: Karina Dias

REVISTA CENÁRIO

Editora Responsável: Karina Dias

Editora Executiva: Inês Ulhôa

Assessoria: Denise Bacellar

Administração do site: Denise Bacellar e Marcelo Barbosa

Projeto gráfico, capa e diagramação: Wagner Soares

Periodicidade: semestral

Divulgação eletrônica

Endereço para correspondência do CET/UnB

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, Bloco E - Av. L3 Norte, Asa Norte - Brasília-DF, CEP: 70.904-970

Telefones:

55(61) 3107 6000, 3107 6001, 3107 6002

Fax: 3107-5972

Cenário – Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília,

v. 1, n. 1 (2013). – Brasília

Semestral

1. Turismo. Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. André de Almeida Cunha – Universidade de Brasília
Profa. Dra. Donaria Coelho Duarte – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigí – Universidade de São Paulo
Profa. Dra. Eloisa Pereira Barroso – Universidade de Brasília
Profa. Dra. Msc Maria Elenita Menezes Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Gilson Zehetmeyer Borda – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Harold Goodwin – Manchester Metropolitan University – Inglaterra
Prof. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Júlio César Suzuki – Universidade de São Paulo
Profa. Dra. Regina Schluter – Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos - Argentina
Prof. Dra. Karina Dias – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Mario Carlos Beni – Universidade de Brasília e Universidade de São Paulo
Prof. Dra. Marutschka Martini Moesch – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Neio Campos – Universidade de Brasília
Prof. Dra. Neuza de Farias Araújo – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Sérgio Molina – Centro de Empreendimento e Innovación – Chile

ARTISTA CONVIDADO



DIRCEU MAUÉS, 1968. Vive e trabalha em Brasília. Graduado em Artes Plásticas pela UnB (2012). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Artes da UnB. Atuou como fotógrafo dos principais jornais impressos em Belém-PA, de 1997 a 2008. Em 2003, iniciou trabalho autoral nas áreas da fotografia, cinema e vídeo, o qual têm como base pesquisas com a construção de câmeras artesanais e utilização de aparelhos precários. Em 2009, foi artista residente na Künstlerhaus Bethanien/Berlim pelo programa Rumos Itaú Cultural, sendo também contemplado com uma Bolsa Funarte de estímulo à criação artística, 2008/2009. Participou do projeto Encontros com a Fotografia – FNAC/2009. Realizou exposições individuais em Berlim, Montevidéu, Katowice (Polônia), São Paulo, Rio de

Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Belém. Em 2012, foi artista residente na WBK Vrije Academie, em Haia/Holanda, resultado de uma premiação no 17º Festival Internacional de Arte Contemporânea SESC-VIDEOBRASIL. Seus trabalhos fazem parte das coleções Pirelli-Masp, FNAC, Videobrasil, MAC-PR (Museu de Arte Contemporânea - Paraná), MARP-SP (Museu de Arte de Ribeirão Preto – São Paulo), MEP-PA (Museu do Estado do Pará), Coleção Joaquim Paiva e Coleção Rubens Fernandes Jr. Para essa edição da revista **Cenário**, Dirceu Maués utilizou a técnica *pinhole*.

www.dirceumaues.com/
www.flickr.com/photos/dirceumaues/
www.youtube.com/user/dmaues

SUMÁRIO



EDITORIAL, 7

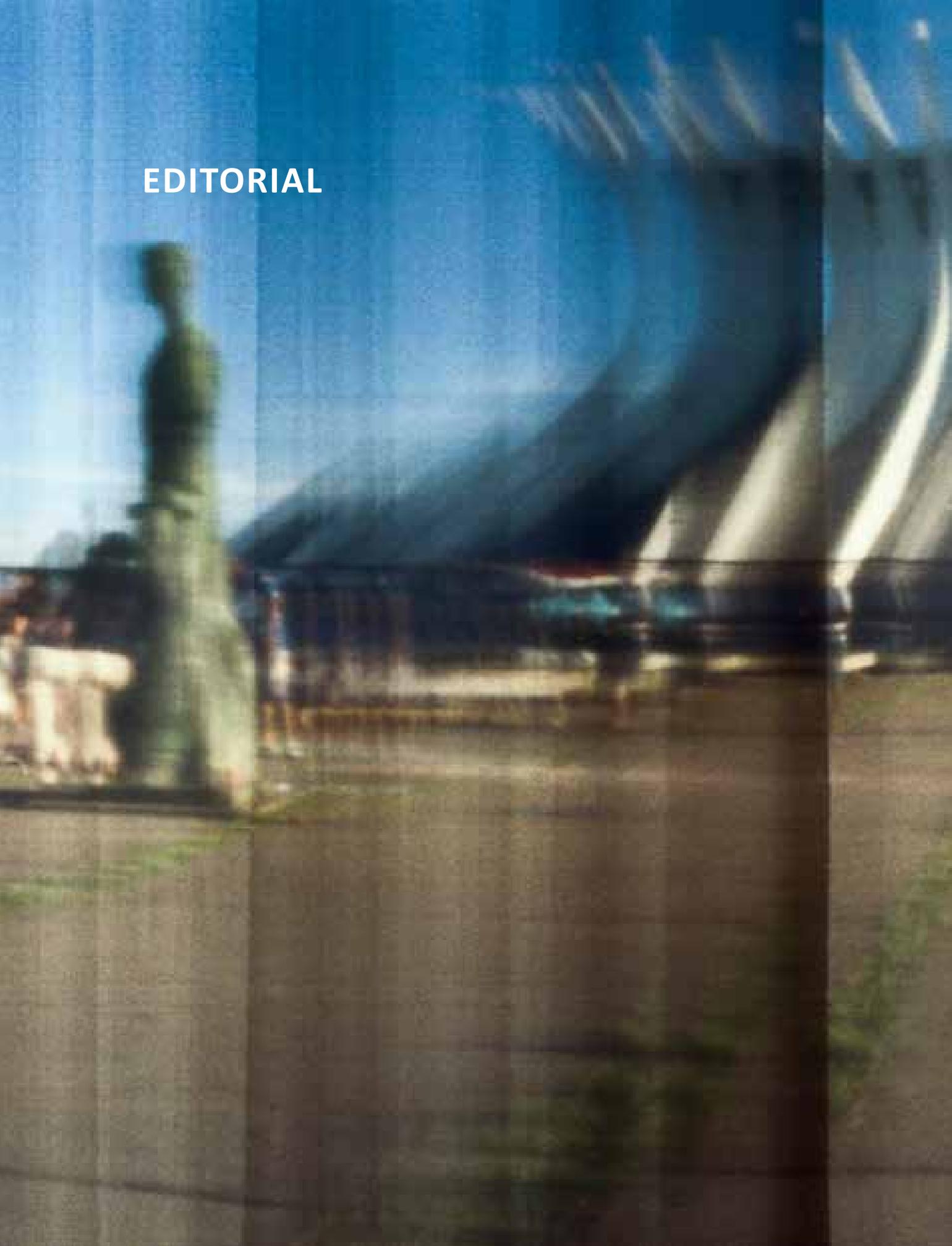
ARTIGOS

- **O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo, 9**
The experience and the place of reason in the origin of knowledge of tourism, 9
Marutschka Moesch
- **Tourism for all: Accessibility and social inclusion in Brasil – the case of Socorro (São Paulo State) tourism destination, 30**
Turismo para todos: Acessibilidade e inclusão social no Brasil – o caso do destino turístico da cidade de Socorro (São Paulo), 30
Gilson Zehetmeyer Borda, Donária Coelho Duarte e Ana Beatriz Borges Serpa
- **Turismo, ética e responsabilidade social com crianças e adolescentes, 46**
Tourism, ethics and responsibility with children and adolescents, 46
Neio Campos
- **Turismo, cultura e patrimônio: Sobre os usos dos espaços da cidade, 56**
Tourism, culture and heritage: About the uses of spaces of the city, 56
Inês Ulhôa e Karina Dias
- **Turismo em Fernando de Noronha: Uma visão de sustentabilidade a partir do estruturalismo, 74**
Tourism in Fernando de Noronha: A vision of sustainability from structuralism, 74
José Murilo Rocha e Iara Lucia Gomes Brasileiro
- **Planejamento e desenvolvimento de um ambiente virtual como instrumento de promoção regional e internacional do turismo, 94**
Planning and development a virtual environment as a tool of regional and international promotion of the tourism, 94
Maria Elenita M. Nascimento e Ariane Abrunhosa da Silva
- **A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: Um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável, 108**
Participation of women in politics institutionalized Federal District: A glimpse of interventions and impact on sustainable tourism, 108
Neuza de Farias Araújo e David Malheiros
- **Conjugabilidade, parentalidade, regulação da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil, 122**
Marital, parenting, regulation of citizenship and human rights of lesbians, gays and transgenders in Brazil, 122
Ágatha R.D.T Guerra

PROJETO

- **Transformando a escola com o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia, 138**
Getting the school changed with the Project Teaching with School Garden and Gastronomy, 138
Márcia Pompeu, Nádia Nunes e Sílvia Leite

EDITORIAL



É com enorme satisfação que apresentamos o primeiro número de **Cenário**, revista associada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília, conduzido pelo Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB). O projeto foi iniciado em um momento singular para os estudos do turismo, em que vislumbramos uma nova epistemologia para a área, mas também pela conjuntura que se demonstra com o advento de grandes eventos programados para o Brasil, em especial a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas.

Não se trata de apenas mais uma publicação entre tantas outras. Queremos, com a publicação de **Cenário**, discutir e trazer à arena dos debates questões que interessam ao saber e à excelência acadêmica na área do turismo e suas interfaces e das possibilidades interpretativas que o campo nos oferece. Queremos ainda, com esta publicação, estabelecer diálogo com diferentes áreas do saber, levando em conta que o turismo, pela sua interdisciplinaridade, comunica-se e integra-se com várias disciplinas do campo do conhecimento e por reconhecer as contribuições que outras áreas fornecem para a compreensão da sociedade.

Portanto, cientes de que devemos pensar e pesquisar criticamente a realidade social, política e histórica é que pretendemos trazer ao debate a pluridimensionalidade do turismo como um fenômeno complexo, que envolve outros fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos, principalmente na sociedade contemporânea, guiada pelos progressos técnico-científicos e que exige uma compreensão da produção dos espaços pelo homem.

Este número primeiro de **Cenário** traz artigos sobre temas variados e que estão nos debates recentes sobre a construção de um conhecimento turístico interdisciplinar abarcando toda a sua complexidade; a relação entre acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida via turismo; o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo; a relação turismo, cultura e patrimônio e seus usos na cidade; a sustentabilidade no turismo; e o desenvolvimento de um ambiente virtual como instrumento de promoção do turismo. Trouxemos também ao debate a participação de mulheres na política institucionalizada e do segmento LGBT no turismo sustentável. Completa esta edição um artigo relacionado ao projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia, uma parceria do CET/UnB com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Esperamos sempre contar com a atenção e colaboração de nossos leitores e autores, com sugestões para ampliarmos e melhorarmos ainda mais a nossa revista, ampliando o seu espaço e privilegiando o debate de ideias onde o saber turístico se desenvolve.

Boa leitura!

Neio Campos – Diretor do CET/UnB

Karina Dias – Editora responsável

Inês Ulhôa – Editora executiva

ARTIGOS

O lugar da experiência e da razão na origem do conhecimento do turismo

The experience and the place of reason in the origin of knowledge of tourism

Marutschka Moesch¹

¹ Professora doutora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: marumoesch@gmail.com

Resumo

Este artigo discorre sobre o domínio material e conceitual do turismo-tese, o objeto da ciência, através dos conhecimentos sistematizados por autores da área e por organismos oficiais de caráter mundial. Analisamos a fragilidade dessas teorias de indução empírica e a atitude positivista onde ocorre uma explícita subordinação do imaginário pela observação do fato. Reconstruímos a epistemologia interna, estabelecendo uma crítica ao domínio conceitual-antítese aos métodos e fundamentos utilizados no ensino do Turismo como um campo disciplinar: o empirismo, o funcionalismo e o sistemismo. Alçamo-nos da sociologia compreensiva de Michel Maffesoli e da teoria da complexidade de Edgar Morin, buscando a construção de um conhecimento turístico interdisciplinar abarcando sua complexidade. A nova síntese é permeada pela análise da epistemologia derivada, onde a relação de sujeito/objeto reconstrói-se organicamente e de forma complexa, estabelecendo-se o domínio da psicogênese e sociogênese do conhecimento turístico, recuperando os valores humanos no discurso científico do turismo.

Palavras-chave: Epistemologia do turismo. Teoria da complexidade. Teorias do turismo.

Abstract

This article deals with on the material and conceptual dominion of the tourism-thesis, object of science, by means of the knowledge systematized by authors of the area and official organisms of world-wide character. It analyzes the fragility of these theories of empirical induction, and the positivism attitude where it happens an explicit subordination of the imaginary one by the observation of the fact. Rebuilding the internal epistemology establishing a critic to the dominion conceptual-antithesis, the methods and foundations used in the education of the tourism as a disciplinary field: the empirical, the functionalism and the systemic. It supported in the comprehensive sociology of Michel Maffesoli and in the theory of the complexity of Edgar Morin, trying the construction of a interdisciplinary tourism knowledge including its complexity. The new synthesis is taken by the analysis of the derived epistemology, where the subject/object relationship is reconstructed by organic and complex forms, settling down the

dominion of the psychogenesis and the socyogenesis of the tourist knowledge, recovering the human values in the scientific speech of the tourism.

Keywords: Epistemology of tourism. Theory of the complexity. Theories of the tourism.

1 Introdução

A ciência não é uma leitura da experiência a partir do concreto. Fundamentalmente, consiste em produzir, com a ajuda de abstrações e de conceitos, o objeto a ser conhecido. Ela constrói o seu objeto próprio pela destruição dos objetos da percepção comum. Seu progresso não se faz por acumulações, ou seja, novas verdades que vêm a justapor-se ou sobrepor-se às já estabelecidas. O saber de turismo não é linear. Não há evolução, mas “revolução”, progredindo por reformulações, por refusões em seu corpo teórico, por retificações de seus princípios básicos. É assim que ela marcha em direção a um saber sempre mais objetivável, jamais inteiramente objetivo.

As implicações epistemológicas para a construção de uma teoria do turismo, sob uma concepção interdisciplinar, requer a superação de paradigmas fossilizados em muitos discursos acadêmicos, institucionais e profissionais. Revisitar as teorias do turismo a partir das novas práticas sociais deste fenômeno não é compromisso exclusivo dos pesquisadores e educadores dos cursos da área, no Brasil. Essa preocupação epistemológica deve recair, também, sobre consultores e políticos que atuam no setor, cujos discursos eufemísticos apontam números grandiosos, sem se ater ao papel dos *sujeitos* consumidores e produtores envolvidos e todas as implicações que este fenômeno complexo estabelece.

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. A cada avanço capitalista, há um avanço do turismo. A partir de 1960, o turismo explode como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional. O fenômeno que atinge esta expansão tem gerado análises, estudos e pesquisas, tanto no âmbito dos órgãos oficiais, como dos setores produtivos e de algumas academias, deixando de ser uma preocupação secundária em termos teóricos. Historicamente, a ênfase no conceito de turismo, desde 1911, está no tráfego das pessoas. A própria definição da Organização Mundial do Turismo (OMT) é uma conceituação simplificada, enfatizando o volume aparente de um fenômeno de dimensões qualitativas e quantitativas tão complexas. A relação do contexto histórico pós-guerra e o crescimento dos fluxos turísticos determinam o reducionismo em seu tratamento epistemológico. O turismo é entendido como atividade econômica, portanto, seu estudo passa a

ser recheado de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidades econômicas de investimentos, custo-benefício entre produção e consumo. Conseqüentemente, o saber turístico é reduzido às informações e sistemáticas sobre seu setor produtivo.

Retomar historicamente os conceitos que expressaram o turismo é colocar a crítica no contexto da produção social do conhecimento existente. Compreender é arriscar-se a uma linguagem elaborada sobre o sentido e a maneira pela qual os saberes turísticos se estruturam. O que implica pesquisar em que condições eles foram produzidos e podem ser considerados válidos.

A reflexão epistemológica impõe aos próprios pesquisadores os instrumentos de conhecimento dos quais as ciências dispõem, reflexão com vista a superar as crises revendo a pertinência dos conceitos, das teorias e dos métodos diante das problemáticas que são objeto de suas investigações, pois estabelece as condições de objetividade dos conhecimentos científicos, dos modos de observação e de experimentação, examina igualmente as relações que as ciências estabelecem entre as teorias e os fatos.

O que vem a ser estruturante no fenômeno turístico? Considerar que só há interesse setorializado é decidir permanecer para sempre no domínio da linguagem restrita. Pelo contrário, aceitar a questão global da existência é abrir-se a uma pesquisa e a um debate em uma linguagem elaborada, iniciando uma busca de sentido. A base de nossa investigação está na busca do sentido.

Algumas questões se impõem na tentativa de problematizar a investigação do fenômeno turístico como:

- os limites no tratamento do objeto de conhecimento;
- o objeto construído, até então, não é adequadamente tratado sob o olhar especializado disciplinar, a partir de um conceito de ciência empírica privado de reflexão;
- construir uma epistemologia social do turismo para quê?;
- para fundamentar um corpo de conhecimentos com entidade teórica particular, dentro da complexidade de suas relações práticas, impõe uma ruptura epistemológica, onde o modo de produção dos conhecimentos turísticos, até então utilizados, interessa-nos tanto quanto seus procedimentos de validação.

Para tanto, temos de levar em conta que os primeiros ensaios teóricos no campo do turismo visaram romper com os pressupostos empiristas, demarcados pela verificação estatística e pelo determinismo econômico. Banhados pelo pós-positivismo e pela lógica kantiana, de um lado, esses ensaios não tiveram a preocupação de

uma reflexão sobre os princípios, os fundamentos, a validade da ciência turística, pois nem como disciplina o classificam, quanto mais esforços epistemológicos empreendem para verificar a possibilidade de o turismo ser uma ciência.

Piaget enumera quatro conjuntos de problemas relativos às ciências em geral. *O primeiro conjunto* é identificado com o domínio material de uma ciência, quer dizer, com o conjunto dos objetos sobre os quais ela incide. Em turismo, o programa do ensino acadêmico deveria integrar o sujeito (turista), a sociedade (encontro turístico) e o mundo (espaço turístico) como objetos de estudo (ou seja, conteúdo material do programa).

O segundo conjunto diz respeito ao problema das teorias; quer dizer o conjunto de conceitualizações ou de conhecimentos sistematizados, elaborados por essa ciência sobre o seu ou os seus objetos. Trata-se aqui das disciplinas em ciência do turismo: Epistemologia do Turismo, Marketing Turístico, Turismo Rural, Desenvolvimento e Planejamento Turístico, Hospitalidade, Turismo Ecológico, Lazer e Animação Turística, Gerenciamento de Organizações de Turismo, Legislação Turística, Geografia Turística, Pesquisa Turística, Comunicação Turística, Economia Turística etc.

O terceiro conjunto aborda a epistemologia interna da ciência e os problemas dos fundamentos. Trata-se de teorias que fazem críticas ao domínio conceitual: teorias compensatórias funcionalistas do turismo; o humanismo e o turismo como expressão; teorias da alienação e o turismo como objeto de consumo massivo; a concepção sistêmica do turismo.

O quarto conjunto trata do problema do sujeito e do objeto no conhecimento constituído; revela o domínio da epistemologia derivada da ciência. É o conjunto das relações entre o sujeito e o objeto, ou seja, do papel do sujeito no conhecimento. Trata-se de ver como a constituição da ciência do turismo tornou-se possível.

A construção de uma teoria do turismo é a formulação teórica do seu objeto e sua explicitação conceitual. Para tanto, o recorte conceitual proposto, através da reconstrução das categorias economia, tempo, espaço, sujeito, comunicação, diversão, tecnologia, ideologia, imaginário e pós-modernidade, marca um posicionamento intelectual de resistência à submissão da realidade filistina (econômica, mercadológica) das evidências sobre o saber turístico.

A incompletude da teoria do turismo proposta mobilizou na direção de uma epistemologia social do turismo. O que nos remete a uma ruptura epistemológica com os autores pré-paradigmáticos como Sessa, Molina, Lainé e Beni, no entendimento sobre a utilidade de uma ciência do turismo. O que requer profundos questiona-

mentos sobre sua episteme – o principal nódulo das divergências sobre o turismo como ciência. Essas divergências estão na compreensão do que é o objeto científico da teoria do turismo, pois a visão economicista não alia sujeito-objeto em seus estudos. Entendo ser esta a propositura sobre a forma do fenômeno turístico, o que não permitiu, porém, avançar, pois a forma é formadora! E o não rompimento epistemológico imobilizou o entendimento da complexidade do objeto estudado.

A epistemologia social do turismo, assim concebida, situa-se, portanto, de imediato, numa lógica da descoberta quanto numa lógica da prova. O modo de produção do conhecimento interessa-lhe tanto quanto seus procedimentos de validação. Consequentemente, a metodologia deve apreender a ciência como um processo vivo e não como produto sequencial.

2 Ruptura epistemológica

Turismo como um objeto de conhecimento requer uma ruptura epistemológica nas concepções deterministas até então consagradas; o que é um desafio, pois devemos superar os discursos institucionais e acadêmicos fossilizados, nos quais o objeto do turismo nem sequer tem consistência para ser uma disciplina. Além disso, turismo não é algo dado, ele está ligado às culturas e o ato de receber um visitante é enraizado no código da tradição.

No código da hospitalidade, é necessário venerar o viajador errante, oferecendo-lhe o que é mais precioso, ou seja, o que é mais íntimo. Tampouco o conceito de hospitalidade cai do céu: é uma construção ligada a uma cultura. Também é em nome do rigor científico que tentam construir todo o corpo teórico do fenômeno estudado, mas através da ideia que gostariam de ter dele, visto terem renunciado aos seus apelos e às suas significações.

Mas então, qual a dificuldade a resolver? Entendemos que a razão da não construção de uma teoria do turismo está na má compreensão do domínio do objeto turístico, no objeto de investigação mal definido e, consequentemente, na assimilação insuficiente dos conhecimentos adquiridos. Por isso ainda perguntamos se há falta de reflexão sobre o estudo. É aqui que se situa o ponto de partida do ato completo do pensamento. A amplitude do objeto desafia o entendimento humano; esse objeto que, simultaneamente, é exterior a nós. Ele está em nós e interage conosco, suporta mal o isolamento do sujeito em relação ao seu objeto. Entretanto, a hiperespecialização impede de ver o global — o sistema turístico — (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial — o sujeito turístico — (que ela dilui).

E, infelizmente, o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender “o que é tecido junto”, isto é, o complexo. Apresenta-se, então, a dificuldade em definir de uma maneira simples o objeto da ciência do turismo. Explicamos, sobretudo que o objeto não pode dissociar-se do sujeito, chegando mesmo a estabelecer-se entre eles uma dialética complexa.

Ao escaparem à ordem dos valores e das significações, por exigências de rigor metodológico, os objetos das disciplinas humanas teriam ingressado no domínio dos fatos, analisados segundo os procedimentos da verificação experimental, e expressos numa linguagem o quanto possível formalizada. É nessa direção que as teorias do turismo não avançam, arrastando o pensamento do turismo sobre ele mesmo.

Mas para a compreensão do turismo na atualidade, temos um outro dispositivo que é o corte epistemológico, em contraposição à instauração da Ciência do Turismo na ordem da objetividade. Isso porque ela não pode reduzir-se a um puro conhecimento dos dados. Torna-se imprescindível, portanto, uma decisão de ordem metodológica, porque a ideia do conhecimento objetivo inclui o reconhecimento do caráter ilusório da experiência imediata e vivida.

Sabe-se que a ciência não é uma leitura da experiência a partir do concreto. Fundamentalmente, ela consiste em produzir, com a ajuda de abstrações e de conceitos, o objeto a ser conhecido. Ela constrói o seu objeto próprio pela destruição dos objetos da percepção comum. Diante dessa percepção, temos que o saber do turismo não pode ser linear. Seu progresso não se faz por acumulações, novas verdades vindas para justapor-se ou sobrepor-se às já estabelecidas. Não há evolução, mas “revolução” progredindo por reformulações, por refusões em seu corpo teórico, por retificações de seus princípios básicos. É assim que ela marcha em direção a um saber sempre mais objetivável, jamais inteiramente objetivo.

3 Modelos metodológicos

Dentro deste campo paradigmático, o modelo é uma construção metodológica que se operacionaliza em dois momentos: o da construção e reconstrução da estrutura do objeto, e a construção e reconstrução do processo de conhecimento. Assim, para buscarmos uma ciência do turismo devemos ir muito além da construção de uma metodologia, já que esta não deve ter um fim em si mesmo, mas ser um meio para se atingir o fim cognitivo

Sabemos que a prática científica não se reduz a uma sequência de operações, de procedimentos necessários e imutáveis, de protocolos codificados, o que faz da

metodologia científica uma simples tecnologia. As “pesquisas” assim apreendidas frequentemente se convertem em pequenos estudos estatísticos sobre os mais insignificantes assuntos.

Evidentemente, não negamos a importância dos instrumentos de medida das Ciências Humanas. O que nos parece contestável é a pretensão de se conhecer os fenômenos apenas pelos instrumentos metodológicos, como se eles constituíssem o único meio que essas disciplinas possuem para o ingresso na cientificidade e a eliminação da subjetividade.

Aqueles que se recusam a tratar de problemas importantes e interessantes, unicamente porque não conseguem usar os instrumentos de medida, a exemplo de Tribe (1997), para os fatores em jogo, condenam sua ciência à esterilidade epistemológica. E quando as Ciências Humanas se deixam subjugar pelos aparelhos administrativos e organizacionais das instituições e do Estado, sem dúvida é porque já está em estagnação epistemológica, como o tratamento dado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) quanto à cientificidade do turismo.

Se a metodologia é válida e necessária para a formação dos cientistas humanos, parece-nos que é muito mais enquanto disciplina instrumental, disciplina de indagação e de questionamento sobre a maneira com que eles devem conhecer seu objeto. Sendo, pois, seu objeto de estudo um fenômeno social. Destacamos, então, que o objetivo de uma ruptura epistemológica não é o de dar uma série de respostas, mas de fornecer outros métodos de pensamento que não os das ciências naturais, na esperança de que isto contribua para tornar as práticas sociais, no estudo particular – o turismo – por um lado, mais responsáveis e humanas

Muitos vivem sem jamais deixar o nível do código restrito, a exemplo das análises dos autores da área epistemológica do turismo e suas reproduções bibliográficas que têm uma formação extremamente aprimorada, quando se trata de códigos restritos, e formação alguma quanto à utilização das tradições relativas ao código elaborado. Por isso, arriscar-se a uma linguagem elaborada sobre a lógica do turismo no seu sentido mais amplo deve ser, nesses termos, reivindicado. Dentro da perspectiva de Fourez (1997), o termo “lógica” recobre o estudo da maneira pela qual os saberes humanos se estruturam; implica pesquisar em que condições eles podem ser considerados como válidos. Esse domínio corresponde ao que se chamou por vezes também como filosofia da ciência, que considera a maneira pela qual os saberes se organizam, ou seja, a epistemologia, que em grego, significa “a ciência do saber”.

A pesquisa epistemológica proposta tem significação apenas para aqueles a quem a história e as decisões humanas colocam uma questão sem querer impor esta ques-

tão a todos, sem absolutizar um novo discurso, dominando os anteriores. Portanto, construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas deve ser uma conquista interdisciplinar, em que a cada momento é, simultaneamente, produzida e produtora, numa recursão organizacional, na qual a parte está no todo e o todo está na parte.

Mais uma questão pode ser destacada nesse processo de consubstanciação do turismo na atualidade. Trata-se do princípio de identidade, que pode ser revelado como o sustentáculo da Razão Imperial, refúgio do estudo do turismo numa lógica identitária, segundo a qual os números estatísticos do turismo constroem uma motivação comportamental. Isso porque o turismo como atividade industrial não teria sentido; sem o reducionismo determinista do turismo como indústria e a ciência do turismo não teria história. Para além dos métodos, das técnicas, das receitas, dos truques da profissão, é preciso aprender, a saber, ver e a saber pensar. São duas fases indissociáveis do processo do conhecimento. Ignorá-lo é nos tornar cegos, surdos, insensíveis, sem olfato e sem paladar, uma vez que, no fundo, qualquer método que mereça esse nome deve, antes de tudo, ser um método crítico.

Para Morin, o problema do método é ligar a crítica à autocrítica. Um método crítico que critique tudo, exceto os seus próprios pressupostos, quer dizer o seu próprio sistema de confiança e de racionalização, pois saber pensar significa indissociavelmente saber pensar o pensamento. Temos necessidade de nos pensarmos pensando e nos conhecermos conhecendo.

A epistemologia proporciona os pressupostos gerais em que se apoiara a criação de uma teoria particular, a do turismo, neste caso, com o propósito de que esta seja consistente com os pressupostos de seu desenvolvimento. As doutrinas que fundamentam a teoria que se quer elaborar determinarão o conteúdo e o método da mesma. Ademais a teoria geral do conhecimento, o construtor de teorias deve saber aplicar a teoria das categorias.

Uma historiografia evolutiva das grandes descobertas científicas não é o suficiente para o construto de uma epistemologia. Assim, esse artigo não abarca a totalidade de um projeto de “explicação” cujo objeto não é a sucessão dos conhecimentos científicos sobre o turismo, não para determinar suas causas, mas para determinar estruturas reais de sua produção. Cabe a essa epistemologia integrar, em sua construção, o estudo das condições sociais econômicas, históricas e ideológicas das ciências, embora não deva se reduzir a nenhuma dessas dimensões, pois conforme Granger “a tarefa da epistemologia é a de descrever e fazer compreender o sentido, o alcance e os processos do esforço de racionalização, na explicação dos fenômenos que o movimento das ciências exprime” (apud HAMBURGER, 1988, p. 97).

Indo um pouco mais além, temos que se toda a ciência funciona num setor cuja definição assegura a pertinência de suas proposições, como se demarcar as fronteiras da ciência do turismo? Sobre essa questão, são as posições epistemológicas que, do ponto de vista histórico e metodológico, ainda se conflitam. Ao construir um fato observável – o turismo –, colocamo-nos à prova da observação. Como de resto, a maioria das “provas” que encontramos nos manuais científicos consiste em uma releitura do mundo utilizando o modelo que se colocou.

A primeira posição considera que o turismo é uma indústria. Clara abordagem econômica, de caráter empírico, mas a nebulosa demarcação do elemento industrializado nos chamados recursos que fornecem as experiências, serviços e felicidades para a formulação de um sistema de turismo separa a sua parte industrial e não industrial, na tentativa de análise do envolvimento econômico, administrativo e governamental. Entretanto, ainda não foi produzida uma definição única de indústria do turismo que tenha conseguido reconhecimento geral, assim várias publicações afirmam que há uma indústria do turismo; outras, que a indústria do turismo não é um setor único identificável da economia, mas múltiplas indústrias estão envolvidas, que uma indústria no sentido literal do termo nunca se materializou. Nessa posição fica clara a similaridade quanto à humanização da natureza, a natureza enquanto algo que deve ser dominado pela humanidade. O turismo como indústria é a manifestação da técnica que domina a natureza, o tempo e o espaço, colocando-os como recursos de uso mercantil.

A segunda posição defende o turismo como um fenômeno. Diversos argumentos e estruturas relacionados à epistemologia do turismo foram propostos, concentrando-se principalmente sobre o debate da disciplina-domínio. A terceira posição privilegia o objeto da ciência do turismo, não o fato científico em si mesmo. Considera o objeto da ciência do turismo como algo produzido na história humana, devendo ser compreendido quando estudado na sua processualidade, portanto de forma dialética e interdisciplinar.

Todo mundo exterior representa aquilo que se designa comumente por uma única palavra: o real. Pode tratar-se de uma paisagem ou de um grupo de turistas, de um *resort* ou de museu, de uma praia ou de um luau, de uma criança indígena ou de um quadro octogênio, da água de uma cascata ou da visão da Terra em 3D, das recordações ou dos fatos de uma viagem, do imaginário ou do social, do orgânico ou do físico etc. Mas, bastará dizê-lo e descobrir verdadeiramente? Tudo depende: se o real é dado imediatamente e não por processo complexo de mediação, o conhecimento do real revela-se realizável à primeira vista. Porém, é um caso raro.

Trata-se de uma representação do mundo exterior orientada para certo fim. Exis-

te, pois, algo de conhecido, mas não é o real. E o que há para conhecer só o pode ser sob forma de uma representação, que Lacan (1992) define como sendo realidade. Daí a segunda vertente da primeira distinção relativa aos níveis de conhecimento. A realidade é sempre a nossa representação do mundo exterior. E essa representação está sobre influência de questões ou de hipóteses erguidas pela ciência; está também sobre a dependência dos preconceitos, das crenças, das ideologias, dos mitos... É por isso que a realidade é incrivelmente diferente segundo as épocas e as culturas. Estados mentais imprimem as nossas ações e percursos que são característicos tanto dos obsessivos como dos cientistas, dos perversos como dos artistas, união da *poesis* e do pragmatismo.

O objeto já não é algo apreensível e definível por si só. Existe uma relação entre objeto e o sujeito que não é apenas explicativa. O objeto encontra-se num ambiente investigado por um sujeito, ele próprio existente num ambiente particular (a família, o meio, o país, a língua, a religião, a cultura). Daí esse objeto que é apreendido por diversas vias (simbólico e imaginário) e que nunca se torna real. Mas uma realidade é o fruto de um conhecimento, de saber, de conceitualização do mundo exterior que é pessoal, ao mesmo tempo em que depende de uma cultura singular.

Segundo Morin (2000, p. 115), “é preciso ecologizar as disciplinas, isso é, levar em conta o que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se”. Quanto mais é desenvolvida a inteligência geral, maior é a sua capacidade de tratar os problemas especiais.

O real do turismo é uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia, imaginário, comunicação, diversão e ideologia são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas ela ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico: sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia.

O problema turístico deve ser estudado em sistemas. Segundo Arguello (1994), todas as partes do sistema interagem, sendo possível desenvolver teorias a partir das suas interações. A interação seria mais do que buscar as ciências isoladamente. Tratar-se-ia de estudar o fenômeno turístico segundo os sistemas em que ele se insere e se constitui numa complexa trama de elementos e interações. O sistema

turístico, assim entendido, é um sistema aberto, complexo, contrapondo-se à concepção histórica sobre sistemas fechados, utilizados pelos físicos e biólogos.

Para a construção do objeto científico do turismo, destacamos a epistemologia social, que é a teoria de uma prática, a qual, por ser humana, se transformará paulatinamente na prática de uma teoria. Assim, a teoria adquire uma estrutura efetiva de prática material, ao mesmo tempo em que a prática está, pela intencionalidade, na teoria. É na unidade da dialética fundamental entre a teoria e a prática que nasce a epistemologia social.

No transcurso de uma consolidação da epistemologia social do turismo cabe registrar o papel de um estatuto ontológico com vistas a figurar no processo histórico, desde o termo turismo de raiz cartesiana e empirista até a estrutura na qual a dialética e a complexidade predominam e, portanto, se reconhece a primazia do intencional e do sentido sobre o meramente econômico e produtivo. Assim, o turismo como uma “ciência social” tem condições de autojustificar-se cientificamente a partir de uma teorização própria, que tenha em conta o sujeito e o encontro; ou melhor, o sujeito na sua totalidade, na intencionalidade para o deslocamento, no ir e vir, como resposta pessoal aos apelos da transcendência humana.

O turismo é visto então como uma prática social da vida humana, preparada para o chamamento mais radical (que exige uma opção fundamental) que nos orienta para a superação e encontra seu dinamismo enraizado numa experiência ontológica do nomadismo e anseio de superação. Nessa perspectiva, o ser humano é movimento, comunicação, presença. A mulher e o homem são sujeitos nômades, nomadismo que se faz representar historicamente pelo tipo de deslocamento, deslocamento que se expressa determinado pelas condições econômicas, sociais, tecnológicas e ideológicas de cada tempo histórico, mas criadora acima de tudo. Assim, o turismo pode ser percebido e estudado como ciência autônoma.

A busca de estruturas mutáveis no fenômeno turístico permite em sua epistemologia histórica ver ressurgir sempre e outra vez renovadas, coisas arquivelhas, arquétipos, emergindo sob nossos olhos, como nos cita Maffesoli (1994). Formas matriciais, que só com uma nova sensibilidade teórica, complexa, onde, ao lado da via régia da razão, existe um mundo da paixão, explicitador de novas estruturas brotadas do cotidiano.

A história nos mostra que a domesticação está na passagem do nomadismo ao sedentarismo. O nomadismo é totalmente antiético em relação à forma de estado moderno; assim, o nômade pós-moderno – o turista –, rompe as fronteiras desses estados políticos e tecnocráticos, através do deslocamento autônomo, motivado

pelo imaginário arcaico de reviver o passado, ou reencontrar a natureza, ou mesmo reencontrar-se em sua humanidade. Exemplificamos novamente com o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Brasil, como espaço e processo desse encontro nômade.

Essa mudança de paradigma propõe um corte epistemológico: de uma atividade econômica o turismo passa para uma prática social. Mas, mesmo que façamos, no estudo atual, uma epistemologia ao jeito da arqueologia foucaultiana, ou seja, uma história dos discursos, há ainda o privilégio de uma história conceitual. Os defensores das antigas fortalezas do turismo como indústria só não sairão das muralhas atrás das quais esconderam os seus saberes, se não lograrem discuti-los com quem quer dialogar e, em conjunto, avançar para novas descobertas. Certamente, o modelo a ser desenvolvido para a produção do conhecimento turístico deve ter o caráter socialmente determinado, pois se ele constrói como experiência nômade da pós-modernidade. Assim, temos que romper o caráter apenas utilitário, funcionalista, como uma forma de lazer em movimento, como um direito ao descanso do trabalho. Contudo, não somos os mesmos da modernidade; a ambigüidade e a complexidade do tempo científico marcadamente refletido no modo de vida do século XX perderam sua confiança, estamos de novo perplexos; a quebra dos paradigmas se apresenta novamente.

Sabe-se que uma historiografia não abarca a totalidade de um projeto de “explicação” cujo objeto não é a sucessão dos conhecimentos científicos sobre o turismo, que determine suas causas, mas, para determinar as “leis” reais de sua produção, cabe a essa epistemologia integrar, em sua construção o estudo das condições sociais econômicas, históricas e ideológicas das ciências, embora não deva se reduzir a nenhuma dessas dimensões.

A epistemologia é a filosofia de, em, desde, com e para as ciências, que estuda a emergência, produção e transformação dos conhecimentos científicos e bem assim as condições institucionais que as tornam possíveis. Por conseguinte, devemos reconhecer que nenhuma disciplina em Ciências Humanas é, em si, pura. Num ponto ou noutro, aflora outra disciplina. Cada vez que uma observação não concorda com uma teoria é sempre possível, mais do que modificar a teoria, modificar as regras de interpretação da observação e descrever diferentemente o que vemos. Uma observação seria, portanto uma maneira de olhar o mundo integrando-o à visão teórica mais antiga e aceita. Em um dado objetivo da realidade histórico-social do turismo, temos um fator ativo, transformador (e re-criador) das situações objetivas, dando, assim, gênese ao seu objeto. Em suma, não observamos simplesmente o que que-

remos ver, inserimo-nos em algo maior, em uma história humana e em um mundo.

Na primeira etapa da complexidade proposta na construção da epistemologia social do turismo, segundo o pensamento complexo de Morin (2001), temos conhecimentos simples que nos ajudam a conhecer as propriedades do conjunto. Uma constatação banal que tem consequências não banais: o sistema turístico é mais que a soma das partes – seus subsistemas – que o constituem. Um todo é mais que a soma das partes que o constituem. No sistema turístico, como em toda a organização viva, os subsistemas não estão dispostos ao acaso. Estão organizados em função de um tecido de sustentação que serve de sustentação das diversas estruturas do sistema, de uma unidade sintética em que cada parte contribui ao conjunto. O turismo mesmo é um fenômeno perceptível e cognoscente, que não pode ser explicado por nenhuma lei simples.

A segunda etapa diz respeito à definição da dificuldade, pressupõe um controle do problema, precede as tentativas de solução deste; comanda por um momento a suspensão de qualquer juízo. Portanto, a formulação de um problema tem a sua origem no trabalho do investigador. O trabalho do investigador se inscreve nos esquemas de ação do sujeito. Ora, estes não são independentes do meio, da cultura de cada um, da experiência, do saber acumulado bem como da observação.

O recorte definido para o objeto teórico estará relacionado às tendências do currículo, considerando-o no âmbito da educação e do turismo. Portanto, seriam duas abordagens que se complementam. No caso do turismo, há poucas publicações específicas a respeito do tema, ainda que sejam feitas muitas alusões ao mesmo. Contudo, é importante observarmos que já há registro das preocupações sobre a sistematicidade de uma teoria do turismo (o esforço de dar conta do tema amplamente), mas pouca é a ação investigativa que gere a sua objetivação (esforço de tratar a realidade assim como ela é, compromisso metodológico de dar conta da realidade) propriamente dita, e até mesmo, sobre o real interesse de uma discutibilidade (propriedade da coerência no questionamento, evitando a contradição performativa, conjugando a crítica e autocrítica) sobre o tema no meio acadêmico

A terceira etapa do ato de reflexão, de uma epistemologia, relaciona-se com a explicação sugerida, constituindo um salto no desconhecido, mas não passará da realização de um ensaio. Sentimos que está aqui o grande desafio do ensino e da pesquisa em turismo. Como avançarmos na sua compreensão relacionando as diferentes partes de sua constituição em um todo orgânico? A realidade deste fenômeno, sua prática social, exige uma nova práxis, um novo saber-fazer, com uma nova referência, conjugando objeto, teoria, método e a prática

Não se trata de jogar fora o paradigma cartesiano, mas refletir sobre outras contribuições em nossas práticas de conhecimento. Os defensores da objetividade sentir-se-ão incomodados com essa perspectiva, mas ela faz parte do processo de conhecimento e situa-se no ponto de partida de uma investigação. Está mesmo na base da acumulação do saber, quer dizer dos conhecimentos adquiridos e elaborados ao longo dos séculos. Esses conhecimentos que se impõem alimentam nossas possibilidades de investigação.

4 De erros e acertos na criação da disciplina

A minha memória traz ao consciente as imagens e sentimentos recheados de alegria, prazer, aromas, gostos, cores, variações climáticas, viagens longínquas, minha infância foi recheada de práticas turísticas, mas a hospitalidade de minha avó materna com seus hóspedes de um velho hotel familiar marca fortemente minha forma de ser e minhas preocupações com a mercantilização do ato de receber. Minhas análises pessoais convenceram-me de que os inúmeros estudos sobre o turismo não atingiram os objetivos previsíveis, porque esta etapa decisiva na investigação foi escamoteada ou simplesmente negligenciada. A minha opinião não constitui uma prova, mas levanta um problema para quem queira ver e evitar o amadorismo científico ou a falsa representação científica. A ausência da identificação clara e não ambígua do problema é um dos erros mais frequentes na redação de relatórios de investigação. Mas, somente a partir do século XX é que serão considerados os estudos particulares do turismo, em que se aterá principalmente ao turismo como fato econômico, e outro, ao turismo como uma prática social, dando nascimento à disciplina do turismo.

Foi com base em noções vagas relativas ao deslocamento humano, ao imaginário do sujeito turístico, percorrido de forma nodal pela comunicação e pela informação, que a disciplina se estruturou em torno de um sistema próprio, determinado pelo tempo e espaço, criando uma tecnologia intelectual, que permite pensar os problemas do deslocamento – nomadismo e do sedentarismo – o encontro entre visitantes e visitados. O turismo, a bem da verdade (e todas as disciplinas fazem o mesmo), irá definir o que são para ele o nomadismo e o sedentarismo, o espaço e o tempo, o imaginário. Uma disciplina científica nasce como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em ressonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época

Há momentos em que a evidência de um “paradigma científico” é colocada em questão. Hoje, os fatores psicossomáticos e os fatores ambientais ganham um es-

paço cada vez maior. Está presente aí uma maneira de “reestruturar” o objeto de conhecimento turístico. O objeto de uma disciplina não existe, portanto, antes da existência da própria disciplina; ele é construído por ela. Ou, como diz Heidegger (1958, p. 199): “a ciência não atinge mais do que aquilo que seu próprio modo de representação já admitiu anteriormente como objeto possível para si”. Em outros termos, uma disciplina científica não é definida pelo objeto que ela estuda, mas pelo que ela determina. E, na revolução de uma disciplina, esse objeto pode variar. Portanto, para construir uma “ciência do turismo” é preciso encontrar uma definição do que é o Turismo; isto só será possível após termos escolhido um ponto de vista preciso para descrever o turismo.

Tradicionalmente, numa concepção cartesiana, o turismo é dividido em três campos de entendimento a partir de sua definição. Segundo Leiper (1979), são definições econômicas, técnicas e holísticas. Na construção do objeto da ciência do turismo, o paradigma-sistema de Morin, (2001) por ser complexo, nos obriga a unir noções que se excluem no âmbito do princípio da simplificação/redução, articulando organicamente e recursivamente o uno e múltiplo, o todo e as partes, a ordem/organização com a desordem, sujeito (observador) e objeto (sistema observado).

Para Morin (2001), um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutiladoras. Essa é, para ele, a patologia contemporânea do saber. A patologia moderna do espírito está na hipersimplificação que a torna cega perante a complexidade do real, no idealismo, no doutrinário, e na racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral. O sistema não é uma qualidade intrínseca da coisa em si, senão uma atitude ou apreciação de cada um sobre o objeto de estudo. Observamos, então, que o sistema turístico como sistema vivo, se auto-organiza, e realiza sua autoprodução, ao mesmo tempo que realiza a auto-eco-organização e a sua auto-eco-produção, pois ele está envolvido em um ambiente externo que se encontra, ele mesmo, integrado a um sistema eco-organizador, o ecossistema. Conforme Morin (2001), o princípio da auto-eco-organização tem valor hologramático, assim como a qualidade da imagem hologramática está ligada ao fato de que cada ponto possui a quase totalidade de informação do todo, do mesmo modo, de certa maneira o todo é o todo que nós somos parte, está presente em nosso espírito. Por óbvio, materializamos o desejo de estarmos no mundo deslocando-nos e a viagem permite experienciar o conhecimento da parte do cosmo, uma eco-organização de nossa posição hologramática, pois nos permite a alteralidade.

Dentro do sistema turístico aberto e orgânico, na forma de um holograma, a

energia, que propicia a sua dinâmica é humana, para nossa construção teórica é o deslocamento, o qual denominaremos de nomadismo pós-moderno, utilizando a categoria de Maffesoli (2001), e o sedentarismo, que é o momento do encontro. Já o imaginário é o desejo projetivo que impulsiona este deslocamento, sendo a energia que permite a dinâmica do sistema turístico orgânico de forma hologramática. Assim, a ideia de turismo nos remete a um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do(s) sujeito(s), em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto, explicitadores de uma estética diante da busca do prazer, assim denso de invariantes conceituais permitindo um movimento axiomático. Nessa perspectiva, uma epistemologia do Turismo envolve cuidados teóricos, advindos de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de formas diferenciadas, a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em um mundo que se globaliza.

5 Considerações finais

A conjugação dos tempos vivenciais diferenciados, a espaços cada vez mais unos, favorecendo a convivência física entre as pessoas e a vivência com intensidade das inter-relações, em praias massificadas ou em bucólicos recantos rurais, requer novas reflexões e teorias explicativas, para uma melhor atuação dos bacharéis em turismo, no processo de planejamento. As novas práticas turísticas requerem uma nova práxis turística. O turismo é um sistema aberto, mas não pode ser estudado como uma entidade radicalmente isolada. Daí seu conteúdo interdisciplinar. Teórica e empiricamente o conceito de sistema aberto abre a porta a uma teoria da evolução, que não pode derivar mais que de interações entre sistema e ecossistema e que, em seus laços mais notáveis, pode ser concebido como um transbordo do sistema em um metassistema.

Analisar as diversas interpretações deste fenômeno no transcorrer do tempo, permite a formulação de problemas que visam desvelar a episteme subjacente, refletindo sobre a produção do saber turístico existente, apontando seus limites históricos no que tange a compreensão de seu objeto de conhecimento. Portanto, compreender a problemática do desenvolvimento crescente da atividade turística é relevante não só à medida que seus produtores, vendedores intermediários, consumidores continuam produzindo, vendendo e consumindo sem limites ou critérios, sem outro fim que o próprio benefício do primeiro e a satisfação egoísta do consumidor, mas pela persistência do problema, disfarçado nas concepções implícitas

desses conceitos.

Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalística, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação junto à realidade, através da relação entre visitantes e visitados.

O comportamento mercadológico determinista, que utiliza o turismo como objeto de consumo do sistema econômico, desconsidera sua interdisciplinaridade, principalmente, enquanto relação intercultural passível de interferir e atribuir novas relações e códigos estéticos e éticos, diferentes daqueles produzidos e destruídos em seres, segundo identidades, reconhecidas e reconhecíveis em grupos previamente rotulados – nativo/visitante, dominado/dominador. Tomando em consideração que o turismo é um processo humano, ele ultrapassa o entendimento enquanto função de um sistema econômico. E, como um processo singular, necessita de ressignificação às relações impositivas, aos códigos capitalísticos e aos valores colocados como bens culturais.

“Partir de férias” é um acontecimento dotado de particular significado para cada sujeito. Existe, hoje, uma abundância fantástica de apelos publicitários, para que o maior número de pessoas viaje. A maquinaria material das comunicações e do espetáculo permanente, celebrando o consumo de objetos, é muito mais forte que os apelos de proximidade social entre diferentes sujeitos. Não viajar, para alguns, é similar a não possuir um carro ou uma bela residência. É algo que confere *status*, distinção. É um bem cultural.

A crise no estatuto do saber científico, causada pela era pós-moderna, paradoxalmente, abre um espaço analítico qualificado, para aprofundar as causas que gestaram um fazer-saber no Turismo, senão um saber-fazer. Avançar sobre o saber-fazer direciona uma nova agenda para os estudos turísticos, em temas como a motivação, as escolhas, as necessidades, o prazer, as diferenças suportáveis, as trocas culturais, a aprendizagem, a desterritorialização, a homogeneização, a destruição ambiental, o impacto cultural e social, a comunicação intercultural, a hibridização cultural, o tempo atemporal, o espaço virtual, a construção de não-lugares, e permite uma posição de relevância, juntamente aos demais temas da pesquisa acadêmica contemporânea.

Para analisar a questão do saber turístico na atualidade, é preciso abandonar as análises cartesianas do pensamento científico, examinando suas possibilidades de superação. O objetivo da ciência, no cenário pós-moderno, não é mais a busca da verdade. O seu eixo passa a ser a busca do poder, o problema colocado sob a égide da

constituição do discurso desse poder e sua legitimação. Mas há, também, um cenário em que o saber se mercantiliza e sua legitimação passa de um processo de prescrição das condições estabelecidas pela consistência interna e verificação experimental, para uma relação *in put/out put*, ou seja, a administração da prova, por créditos de cientificidade, por um jogo de linguagem no qual o que está em questão não é a verdade, mas o desempenho, a melhor *performance*. Cientistas, técnicos e tecnologias não estariam mais a serviço da busca da verdade, mas do aumento do poder.

Considerar que só há interesse setorializado é decidir permanecer para sempre no domínio da linguagem restrita. Pelo contrário, aceitar a questão global da existência é abrir-se a uma pesquisa e a um debate em uma linguagem elaborada, iniciando uma busca de sentido. Assim, na base de nossa investigação, está a segunda escolha, a busca do sentido, o que vem a ser estruturante no fenômeno turístico. Por isso, construir um novo campo teórico para o turismo requer um método que avance na concepção do que seria conhecimento, ciência e teoria. O tratamento disciplinar que vem sendo dado ao estudo do turismo – e daí a dificuldade em sua superação – faz parte do contexto da produção do conhecimento científico moderno. A disciplinaridade é consequência do uso do paradigma analítico na construção dos saberes; até bem pouco tempo, este paradigma era tido como único e incontestável. Este método divide problemas grandes ou complexos em partes, acreditando, assim, diminuir sua complexidade ao diminuir a intensidade das informações e relações.

Ainda hoje, os currículos universitários, na sua maioria, tratam o conhecimento numa abordagem analítico cartesiana. E o turismo, assim construído na cabeça do estudante, é, ora, uma indústria, ora uma atividade econômica do setor de serviços, ora uma empresa que precisa ser administrada (hotel, agência, eventos), ou um campo para consultores em planejamento, que requereria um perfil de empreendedorismo. O conhecimento turístico assim compartimentado acaba entregue a uma série de especialistas, técnicos treinados para enfrentar problemas dividindo-os por regiões, segmentos, atividades etc.

Como, então, avançar na sua compreensão relacionando as diferentes partes de sua constituição em um todo orgânico? Acreditamos que a realidade deste fenômeno, sua prática social, exige uma nova *práxis*, um novo saber-fazer, com uma nova referência, conjugando objeto, teoria, método e a prática. Então, a solução é estudar o turismo em sistemas, em que todas as partes interagem, sendo possível desenvolver teorias a partir das suas interações. A interação seria mais do que buscar as ciências isoladamente, constituindo, assim, numa complexa trama de elementos e interações. O sistema turístico, assim entendido, é um sistema aberto, complexo, contrapondo-se a

concepção histórica sobre sistemas fechados, utilizados pelos físicos e biólogos. Para tanto, o conhecimento pertinente é aquele capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que estiver inscrita, contextualizando e englobando. Criar uma ciência do Turismo significa buscar dar conta da complexa multiplicidade do que é humano. Ao trabalhar a questão epistemológica interdisciplinar, seria possível, então, abrir mais opções de foco – o que defendo por representar a minha postura ideológica em relação ao projeto de investigação.

Retificamos que o estudo do turismo requer um questionamento sistemático de tudo que existe, do fazer-saber turístico, e do que se quer fazer. O saber turístico é e será objeto de desconstrução. Este pressuposto aponta uma virtude, tipicamente metodológica, do conhecimento dialético diante da análise da realidade turística. Construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas, deve ser uma conquista interdisciplinar, em que cada momento é, simultaneamente, produzido e produtor, numa recursão organizacional, em que a parte está no todo, e o todo está na parte (Demo: 1995).

Se o conhecimento moderno tornou-se um produto do mercado neoliberal, porquanto o lucro depende, cada vez mais, de produção e do uso intensivo das informações e saberes. A intervenção inovadora do fazer-saber turístico parece ser propulsora de consumos, inexistindo uma consciência crítica em sua produção e distribuição. O questionamento metodológico, a ser utilizado na desconstrução do fazer-saber, é o instrumento mais adequado para intervir na realidade turística, numa perspectiva de questionabilidade contínua.

Referências

- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.
- FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- HAMBURGER, Jean. *Filosofias e Ciências Hoje*. Lisboa: Fragmentos, 1988.
- JAFARI, Jafar. La cientificación del turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.
- MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre, Artes e Ofício, 1995.
- _____. *Sobre o nomadismo: Vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O tempo das tribos – O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2002.

MORIN, Edgar. *Introducción al pensamiento complejo*. Espanha: Gedisa, 2001.

_____. *O método 3. O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001, 5ª ed.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (OMT). *Introducción al turismo*. Madrid: jun. 1998.

_____. *Turismo: horizonte 2020 Nuevas Previsions de la Organización Mundial del Turismo*. Madrid, 1998.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Sabedoria e Ilusões de filosofia. Problemas de Psicologia genética. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre a ciência*. São Paulo: Cortez, 2009, 6ª ed.

TRIBE, Jonh. The indisciplin of Tourism. *Annals of tourism research*. Great Britain Pergamon, v. 24, n. 4, p. 638-657, 1997.

Tourism for all: Accessibility and social inclusion in Brazil – the case of Socorro (São Paulo State) tourism destination

Turismo para todos: Acessibilidade e inclusão social no Brasil – o caso do destino turístico da cidade de Socorro (São Paulo)

Gilson Zehetmeyer Borda¹

Donária Coelho Duarte²

Ana Beatriz Borges Serpa, MSc³

1 Pós-doutorando no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). Professor e coordenador do Núcleo de Estudos em Turismo Responsável, Acessível e Sênior para Todos – Inclusão Social e Inserção Econômica do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Pesquisador do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS/CDS). E-mail: gborda@unb.br.

2 Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Turismo Responsável, Acessível e Sênior para Todos – Inclusão Social e Inserção Econômica do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). Pesquisadora do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS/CDS) Professora no Campus Planaltina/ UnB. E-mail: donaria@unb.br; donaria@hotmail.com.

3 Mestre em Gestão de Turismo pela Universidade de Brasília Técnica de Nível Superior no Ministério do Turismo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Turismo Responsável, Acessível e Sênior para Todos – Inclusão Social e Inserção Econômica do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). E-mail: anabeatrizserpa@gmail.com.

Abstract

The article reflects about the relationship between accessibility and social inclusion for people with disabilities (PWD) – people with physical, intellectual or sensory impairments and senior people – through tourism. Brazilian tourism industry is preparing for the 2014 FIFA World Cup and the 2016 Olympic and Paralympic Games in Rio de Janeiro. The paper analyses the case of Socorro, a tourist destination 130 km far from São Paulo City (capital of São Paulo State). Socorro has been recognized as having multiple initiatives in accessible and inclusive tourism focused on PWD as tourists, public infrastructure and hospitality organizations adapted to this segment. These organizations also search for the economic insertion and social inclusion of PWD as employees. The results show that comparing with Brazilian and International accessibility legal requirements/guidelines Socorro can be visualized as a reference destination although it has improvements to enhance.

Keywords: Accessibility. Social inclusion. People with disabilities. Brazilian tourism. Tourist destination

Resumo

O artigo reflete acerca da relação entre acessibilidade e inclusão social para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (PDMR) – pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial e pessoas na terceira idade – via turismo. O sistema turismo brasileiro está se preparando para a Copa Mundial de Futebol FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, no Rio de Janeiro. Foi analisado o caso de Socorro, um destino turístico a 130 km de São Paulo (SP). Socorro foi reconhecida pelas múltiplas iniciativas em turismo acessível e inclusivo focalizadas nas PDMR como turistas, infraestrutura pública e organizações hoteleiras adaptadas a esse segmento. Essas organizações têm buscado ainda a inclusão social e inserção econômica dos PDMR – como empregados. Os resultados mostram que – comparada às normas de acessibilidade nacionais e internacionais – Socorro pode ser percebida como destino referência, embora haja melhorias a serem realizadas.

Palavras-Chave: Acessibilidade. Inclusão Social. Pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Turismo no Brasil. Destino turístico.

1 Introduction

Throughout the world, the mega events bring to a country thousands of people that would not be there in regular conditions. In Brazil – with the proximity of 2014 FIFA World Cup and 2016 Olympic and Paralympic Games in Rio de Janeiro – the situation is not different. In these special occasions, the question of accessibility and social inclusion take a prominent place. Rio+20 Conference has declared about the Future they look at (UN 2012: 2): ‘We strive for a world that is just, equitable and inclusive, and we commit to work together to promote sustained and inclusive economic growth, social development and environmental protection and thereby to benefit all’. Tourism Forum from People Summit at the same event searched for another model of tourism “focused in questions as social inclusion, responsibility and citizenship (TFPS 2012: 1). Both declarations can be included in the UNWTO (2013) theme “Tourism for all”.

Scientific works, governmental and private efforts related to Social Inclusion have been increasing in Brazil during the last years. Even so, the subject Social Inclusion and Accessibility in Tourism need further investigation and reflection since the expectation is that the three close to happen mega events will bring more than a million new inbound tourists to Brazil. The Tourism Industry in the Brazilian cities involved with the mega events – 2014 to 2016 – is developing strategies of Accessible and Inclusive Tourism. Socorro⁴, viewed in Brazil as an Icon in Accessible Adventure Tourism – even by Brazilian Ministry of Tourism – is central to this study.

2 People with disabilities in the tourism context

Accessibility and tourism are two related concepts that combine increased competitiveness and social value to the tourism market, as a significant business opportunity (BORDA and NASCIMENTO 2011). Tourism destinations and businesses compete in an increasingly globalised and challenging market. The new standards of tourism development are moving towards new critical issues such as quality, sustainability, image, innovation and accessibility (BORDA, 2009; GARCÍA-CARO, WAAL and BUHALIS 2012).

Contrary to classical marketing methodologies that target tourism products based on the motivations of the markets, accessible tourism focus at the visitor’s condition, offering solutions to overcome physical, intellectual or sensory impairments – or any other disabilities (FONTES and MONTEIRO 2009).

In recent decades, people with disabilities and researchers around the world have

4 Socorro is a tourist destination, 130 km far from São Paulo – Brazilian largest city with more than 10 million inhabitants.

contributed to a growing change in social perceptions about disability. This change also leads to a reconsideration of dilemmas like equality and difference in the context of disability (PINTO 2012).

The group of people that need accessibility as a requirement for participation in all aspects of society includes those with physical impairments (e.g., mobility and manual dexterity conditioned and / or wheelchair users), sensory, learning and mental impairments. Also, including persons temporarily suffering the effects of an accident, parents carrying strollers, travelers with heavy luggage, families with children, or elderly (DEVILE 2009).

Tourism should be opened to any individual, including those who have limitations, due to its characteristics of plurality, diversity of peoples, races, or creeds (DUARTE 2005). Thus, the principles of inclusive tourism should aim tourism for all those who wish to enjoy such services.

According to the Brazilian decree 5296/2004, accessibility is an essential condition for a person with disabilities or reduced mobility being able to use with safety and autonomy – whether aided or not – space, urban furniture and equipment, buildings, transportation and media services (MTUR 2006).

UNWTO (2013: 1) declares: ‘the facilitation of tourist travel for persons with disabilities is a vital element of any responsible and sustainable tourism development policy’. The organization considers that ‘great efforts should be made to ensure that tourism policies and practices include persons with disabilities’. It emphasizes ‘the need of providing clear information on accessible tourism facilities, the availability of support services in destinations for persons with disabilities, and the training of employees on the special needs of these individuals’.

All these policies and declarations show that the issue of accessibility – although included in local and global agenda – need some additional positive steps to move from talking to action.

Serpa (2009) discusses tourism facing the PWD as the offer of facilities among all aspects and steps of a trip, such as accessible transportation, touristic information, accommodation, leisure options, adapting to an environment that people with disabilities can enjoy in the same way that a person without a disability, among other adaptations that facilitate their social inclusion.

In this context, training is a highly significant aspect. Nevertheless, there is no official body regulating and / or approving the activity. Beyond this, there is a large variation in this marketplace. Therefore, accessible tourism needs to be developed

conceptually and incorporated in the training programmes at different levels. This will enable the industry to promote employees awareness and achieve total quality (GARCÍA-CARO, WAAL and BUHALIS 2012).

Primarily, accessibility in tourism connects with the universal rights of the person, PWD in particular. The Charter of Fundamental Rights of the European Union – Title III – Equality – Article 26 – discusses about the integration of people with disabilities: ‘Brazil recognizes and respects the right of persons with disabilities to benefit from measures designed to ensure their independence, social and occupational integration and participation in the life of the community’ (EC 2009).

Beyond looking at the rights of PWD, seems that this group desire increasing their participation in the Tourism and they did not do so until now in consequence of accessibility problems in destinations. According to European Union statistics, there are 100 million people who would travel more if tourism establishments and destinations improved their accessibility. So new business opportunities are evident (GARCÍA-CARO, WAAL and BUHALIS 2012).

The European Network for Accessible Tourism (ENAT), composed by 13 organizations, has the purpose of promoting the development of accessible tourism – internationally – as a mean of enhancing social inclusion. The main objective of the association is to coordinate actions which support tourist activities of its members; to keep them informed of any question concerning accessible tourism in its technical, economic, social, legal and cultural aspects; and to disseminate to the wider community information concerning accessible tourism (ENAT 2008).

Australia – considered an icon in accessibility – has a website (www.australiaforall.com) that was created for and by people with disabilities. It indicates locations accessible to all kinds of limitations, whether physical, visual or hearing.

In this country, one in five people (about 4 million in Australia) have a disability. Their total spending power is around U\$1.5 billion per year; in other words, including this people in tourism is not just an ethically correct action, but it is also economically and financially attractive (AFA 2013, ABS 2012).

However, in Australia, a survey of the barriers confronted by tourists with disabilities when making travel arrangements, finding accommodation and visiting tourist venues has highlighted the challenges that tourists with disabilities confront when making arrangements to a holiday, compared to tourists who do not have the need for accessible facilities.

The survey confirms that the number of accessible hotels/motels and other tou-

rist facilities in Australia is low, making the arrangement of holidays for tourists with disabilities difficult and time-consuming. The survey of 1307 people across all disabilities identified many factors that made their holidays less enjoyable. Amongst these were:

- 42.7% of tourists with a physical disability had problems in finding suitable accessible accommodation
- 36% of tourists with a physical disability found that hotels/motels displayed the international symbol for access, but the accommodation was not wheelchair accessible.
- 80% of tourists with a vision impairment highlighted a lack of audio display in hotels/motels and tourist venues such as museums.
- 86.7% of tourists with a vision impairment highlighted the lack of Braille and/or tactile signage in hotels/motels and tourist venues.
- 100% of tourists with a hearing impairment highlighted the fact that there were no visual alarms for emergency egress in hotels/motels or tourist venues.
- 100% of tourists with a hearing impairment highlighted the fact that – especially in cases of emergency egress – airports did not provide visual information to complement their public address announcement.
- 18.7% of tourists who took their mobility aids on a flight with them found it was damaged on arrival at their destination. A number of those same tourists reported that their mobility aids had been damaged more than once (AFA, 2013).

In other words, there is still lack of accessible tourism offers in Australia, concerning accommodation, touristic attractions, information, and so on. This is real about Brazil, likewise. There are no official data on the percentage of adapted touristic structure, but it is possible to say that a long way has to be walked to provide appropriate services and assistance to PWD tourists in Brazil.

Relatively to Brazilian legislation, the rights of people with disabilities are in some articles of the Federal Constitution, and there are other specific laws on pension rights, accessibility on public transportation and public buildings. For example, the Law 10,098/2000, 'establishes general standards and criteria for the promotion of accessibility for persons with disabilities or reduced mobility, by removing barriers and obstacles on roads and public spaces, the furniture, construction and renovation of buildings and in transportation and communication'. This law says that the government has to provide an annual budget for programs of promotion of ac-

cessibility, and informative campaigns to population on integration of people with disabilities (BRAZIL, 2000). It is perceived that the law promote all kinds of physical, intellectual or sensory impairments, even if the condition is temporary or permanent. In the specific case of tourism, the Decree 3298/1999, article 46, establishes that the agencies and entities of the Federal Public Administration must:

- a) to support and to promote the publication and use of tour guides with appropriate information; b) to stimulate the expansion of tourism for people with disabilities or reduced mobility offering accessible hospitality facilities and adapted transportation services.

The legislation includes all disabilities but do not specify clearly what are the necessary actions to guarantee the accessibility for each group. Exemplifying the situation, a study with twenty-eight hotels in Brasília (capital of Brazil and one of the 2014 FIFA World Cup games cities) indicated that the majority of the surveyed hotels (19 hotels) adapted their property only to meet legislation (DUARTE AND BORDA 2012).

Specifically, the Law 3298/DODF/2004 (regional law for Brazilian Federal District including the capital of the country – Brasília) determines – for the hospitality sector – that approximately 4% from apartments and toilets must be accessible to the **physically disabled with wheelchairs** [emphasis added]. So, most of the businesses have provided accessible equipment and facilities only for physically disabled people with wheelchairs. People with visual or hearing impairment in most of the cases do not have accessible equipment and facilities adequate to their needs.

In Brazil, 23.9% of the population – 45.6 million people – has some impairment or disability. When segmented by different kinds of impairments, 58.3% has vision impairments, 15.8% has hearing impairments and 4.3% has mental/intellectual impairments. Interestingly, the mostly known as PWD, the people with hand/mobility impairments represent 21.6%. Based on these data, most of the PWD – people with hearing impairments, mental/intellectual impairments and vision impairments that together represent 78.4 % from the total, have not the right attention to their needs. The laws need to be enforced in the inclusion of these people (IBGE 2011).

This fact strengthens the evidence that such public seems not be viewed as a market segment. However, twenty hotels believe that there is a regular or quite frequent demand of that public and 15 respondents consider that the adjustments fostered the demand for their services by the PWD and their families (DUARTE and BORDA 2012).

The estimations suggest that, during 2014 FIFA World Cup, about 500,000 tourists visit the country – in addition to the visibility that reaches billions of people worldwide through the internet and television broadcasts (MTUR 2010).

3 Methodology

A survey was conducted primarily to literature, permeating an exploratory study of issues related to the theme proposed to provide the necessary theoretical background. The main advantage of literature lies in the fact that it allows the researcher to cover a range of phenomena much broader than could be made by direct research (GIL 1991).

Also, it was used document analysis of Brazilian and International relevant legislation, policy and procedural manuals, and other key documents related to the projects carried out in the City of Socorro; as well as international research and practice literature about accessibility (BERG 1998; RICHIE ET AL. 2005).

The work began an exploratory phase of data collection in 2009 followed by interviews performed by telephone and personally in 2013. The goal was to investigate how the City of Socorro has become a benchmark at Accessible adventure tourism in Brazil.

The 2009 interviews were conducted with two managers from Socorro City Hall, one consultant of Socorro Accessible Tourism development project – supported by Brazilian Ministry of Tourism, two owners of hotels and one owner of an adventure tour operator that worked with Accessible Tourism in a total of six semi-structured interviews.

In 2013, allied to literature, it was prepared a new script of semi-structured interviews consisting of open questions directed to public managers and entrepreneurs from the Tourism industry in the city. A new round of interviews were done with five hotel owners, one tour operator owner, the president of municipal tourism council, the mayor of the city, three managers from the city hall, one consultant from the city, and two employees from Brazilian Tourism Board (EMBRATUR) that work with the promotion of the destination. Totalizing fourteen persons. It is understood that this aspect of exploratory research provides greater familiarity with the problem in study, having as main objective the improvement of an additional source of data collection.

The study used participant observation as two researchers of the group visited and observed the accessibility equipment disposable in the main tourism organizations, tourism attractions and public facilities from Socorro. Two visits were developed in April and September 2009 (three days long, each) and one in May 2013 (one day long). One researcher has participated of two practical training courses promoted by Brazilian Ministry of Tourism focused on Adventure Accessible Tourism – Socorro and in two meetings of the Socorro Tourism Council. It was perceived the way the

local tourism industry worked, what initiatives to adequate the tourism destination to PWD were in development and the level of integration between them. In the occasion, were visited public facilities, tourism businesses and tourist attractions.

To Valladares (2007), participant observation involves listening, looking, making use of all the senses. The researcher need to learn when to ask and when not to ask, as well as what questions asking at the right time.

Finally, the work fits as qualitative and case study. Qualitative research incorporates in the data the question of meaning as inherent to acts, relationships and social structures as human constructions (MINAYO 2004).

Socorro was chosen as a parameter of this paper, framed, therefore, as a case study. Yin (1994: 23) conceptualizes the case study research method as an empirical research 'that investigates a contemporary phenomenon within its real-life context; when the boundaries between phenomenon and context are not clearly evident; and in which multiple sources of evidence are used'.

4 The city of Socorro: Brazilian reference in adventure accessible tourism

Socorro is a tourism destination with 37,000 inhabitants, 130km far from the city of São Paulo. Its proximity to the most prominent tourism emissive market in Brazil makes Socorro a regional destination for people who look for rural and adventure tourism activities (around 100.000 visitors/year).

The main question is: how did Socorro have become a reference destination in Adventure Accessible Tourism?

Socorro has been for a long time an Adventure Tourism destination. With the Brazilian decree 5296/2004, it was established an adaptation time of four years for the services sectors (hospitality, tourist attractions, etc) to be accessible. Socorro used to participate of Adventure Sport Fair (a two-yearly event), in São Paulo.

In the 2005 event, Brazilian Ministry of Tourism was stimulating tourism destinations to become accessible. It was highlighted that because of its complexity – it would require not only adaptations like ramps, toilets, chairs, etc but also the innovation of creating safe and comfortable equipment to PWD – Brazilian Ministry of Tourism was financing the development of one reference destination in Adventure Accessible Tourism to be replicated throughout the country.

There were more than 20 activities whose viability to PDW should be tested – with variations in risk and control not only to the practitioner, but also to the conductors.

Hard work and great responsibility were involved. The tourism destination choice was not easy.

The chosen destination should have run a large number of Adventure Tourism activities. Socorro was close to São Paulo (the biggest city of Brazil, having an annual inbound flow of more than 80,000 tourists) and – compared to other competitor cities – had the greatest number of adventure tourism attractions – 24 different activities. It was verified also that Socorro had the necessary infrastructure. As Socorro was the destination with the best conditions to the difficult challenge, it was chosen.

For the project – named ‘Special Adventurers’ – it was developed a joint action between the Ministry of Tourism, NGO Special Adventure, Field of Dreams Farm Hotel, the Park of Dreams, the Rivers of Adventure, Monjolinho Park and Socorro City Hall. Representatives of these organizations conducted the necessary studies to develop the best conditions to receive well PWD.

The group indicated specialized professionals – doctors, psychologists, physiotherapists, nurses, engineers, communication specialists, etc – who would study the proposed activities and understand not only the anatomy of the body of practitioners, but also the best way of communicating with them. PWD volunteers that participated in the process were fundamental to its success.

The money allocated to the process was transferred to the NGO Special Adventure, which coordinated the whole process. The tourism operators offered their tourism attractions, space, time and people to run the study of adaptation, as well as, participation in technical workshops. Socorro City Hall participated with ambulances and local transportation.

There were many difficulties during the two-year project development. For example, the creation of equipment to conduct safely and comfortably quadriplegic people. It involved creative engineering design; training and capacitation of conductors to work technically secure but treat carefully and cheerfully PWD.

In 2007, the initial project ended with great success. Among the adventure activities studied, 8 were fully adapted to PWD (after, two more were included, totalizing 10 activities). Based on it, Brazilian Ministry of Tourism published the guide Accessible Tourism: Introduction to an Inclusive Trip (MTUR 2008) – application of the results to be transferred to others.

Socorro was challenged with a new project by Brazilian Tourism Ministry: Accessible Socorro – adapting the center of the city to receive PWD tourists – due to the success of the first project. Streets and sidewalks – at the center were strategically

adapted to PWD, contemplating places used by the tourists such as banks, shops.

It was based on Decree 5296/2004 and developed according to Brazilian Accessibility Standard 9050/2004 – ABNT (Brazilian Association of Technical Standards). From 2007 to 2008, the Ministry has invested US\$ 804,000 dollars for tourism infrastructure and professional training in the city.

In 2013, an elevator to PWD visit the highest observation point of the city is being constructed with community participation within the project. New projects – according to international standards and based on universal design – are in development.

As mentioned before, Brazilian adaptations for PWD normally focus on people with hand/mobility impairment. Socorro is different. The signalization on tourism attractions is available in braille and self-relieve. Traffic lights provide audible alert to help blind tourists, and there is telephone equipment adapted to deaf in some hotels. So the city has searched adaptation to all kinds of impairments.

In 2009, when the first data collection took place, the Brazilian Ministry of Tourism nominated the city as a “reference destination” in Accessible Adventure Tourism, and promoted it like this since then, among the costumers and Tourism Industry all around Brazil and abroad.

At that time, it was possible to conclude that the key of the success of accessible tourism in Socorro was the participation of all spheres of tourism management, such as federal, state, and municipality members, tourism trade organizations, and entrepreneurs themselves, on positioning the destination as accessible.

Furthermore, in planning and managing accessibility as a whole, providing adaptations in all phases of a trip, such as information, access, attractions, leisure offer, accommodation, food, and others, the destination offered accessible tourism product for all the needs of PWD.

Researches on costumer’s characteristics are done twice a year, and the results show a level of satisfaction between 95% and 98%, and a confirmation on the regional demand, in which 87% to 94% come from São Paulo state, and similar percentage used a car as transportation to get there. Being a reference in accessible tourism, Socorro has chosen not to have surveys on people with disabilities in their public opinion research.

The situation seems contradictory. Nevertheless, the explanation found during the research development was that Socorro was a regular tourism destination. Some ye-ars ago a tourist with a hand/mobility problem searched the region to Adventure Tourism. He has gone to the city several times and liked to stay in the same hotel. This

hotel was one of the best in the city and had Adventure Tourism attractions. This man talked with the owner of the hotel and convinced him to experience adapting his business to Accessible Adventure Tourism. The owner did so, and his business was running very well. He has turned an enthusiastic about Accessibility, and like a viral marketing the main owners of businesses in the city began to adequate their businesses to PWD.

Nevertheless, the two men that began the movement always thought that the adaptations must be with the objective of receiving all kinds of visitors – not only people with visual, mental/intellectual, hearing or hand/mobility impairment: a city opened to everyone. Socorro tries to practice Tourism For All.

5 Final considerations

As a successful experience, Socorro has to offer to other Brazilian cities the example of a City Tourism Council able to plan and manage the destination with coordinated action. That is not easy in tourism destinations. This integrated work is also presented in the regional coordination in Circuito das Águas Paulista (Regional Tourism Board).

The other aspect Socorro could inspire other Brazilian destinations is concern about the qualification of the people who give assistance to the tourist, making the adaptations on the service go further elimination of architectural barriers. Many times the adaptation has happened only in the service, having no need of new equipment to serve PWD.

Looking to promote the city as a “reference destination”, representatives of Socorro have been in conferences, events, seminars in tourism destinations throughout Brazil, and also in some international countries, such as Chile and South Africa, presenting the successful issues of the destination.

In 2013, there was a new data collection to indicate Socorro initiatives in preparation to receive the mega sporting events, due to the proximity with São Paulo – one of the cities where FIFA World Cup 2014 games will take place. One of the first challenges for Socorro is that Brazilian Tourism Board (EMBRATUR) has not pointed the city for international promotion since its product has been labeled as attractive for regional demand.

Nevertheless, the same government institution organized a press trip, bringing journalists from South America and Europe to know the city, so that they could write reviews on Socorro Accessible Tourism in their home countries.

The city has, also, a partnership with a tour operator in São Paulo specialized in accessible tourism products and that organizes group visits to the destination.

According to the City Hall, the destination intends to diversify the tourism product, by repositioning the brand in the market, based on studies that will take place in the next few months.

This trajectory of eight years, between 2005 and 2012, left to Brazil an example of understanding the needs of the PWD and perceiving the accessible tourism potential market. Together with the city tourism industry integrated group work, the result was at the same time a greater proximity with the objective: Tourism for All – through the creation of adequate facilities for tourists with disabilities – and a successful marketing position that made a difference to a city that wants to receive people – People with disabilities and people without disabilities – and receive all in the best way.

References

Australian Bureau of Statistics (ABS) (2012). 'Disability, Ageing and Carers, Australia: Summary of Findings, 2009.' available at: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Latestproducts/4430.0Main%20Features22009?opendocument&tabname=Summary&prodno=4430.0&issue=2009&num=&view=> (accessed 14th March 2013).

Australia For All (AFL) (2013). Media Release. available at: <http://www.australiaforall.com/Holiday%20Survey.html> (accessed 24th February 2013).

BERG, B.L. (1998). *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*, (3rd edn.) Allyn and Bacon, Needham Heights.

BORDA, G. Z. (2009). 'Trust Relations Ading Value: social and environmental success cases'(Portuguese). Félix, J. D. B. e Borda, G. Z. (Orgs – Editors). *Gestão da Comunicação e Responsabilidade Socioambiental*. Editora Atlas, São Paulo, pp. 201-235.

BORDA, G. Z. e Nascimento, E. P. (2011). 'Organizational Social Capital: Trust and Social Value' (Portuguese), *Polêm!ca*, vol. 10, pp. 103–114.

BRAZIL (2000). Law 10,098 / December 2000. available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm (accessed 12th March 2013).

DARCY, S., Cameron, B. and Schweinsberg, S. (2012). Accessible tourism in Australia. In *Aspects of tourism. Best Practice in Accessible Tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism*. Channel View Publications.

DEVILE, E. L. (2009). 'O desenvolvimento do turismo acessível: dos argumentos sociais aos argumentos de mercado.' *Journal of Tourism and Development*, no. 11, pp. 39-46.

DUARTE, D. C. (2005). 'Methodology for development of relationship supporting portals to practice communities: an application to tourism área and to people with special needs – PSN (Portuguese)', PhD thesis, Department of Production Engineering, Santa Catarina Federal University, Brazil.

DUARTE, D. C.; Borda, G. Z. (2012). 'Senior Tourism in Brasilia: a study on accessibility and sustainability in hospitality sector' (Portuguese). *XVII International Congress AECIT 2012, O Carballiño – Galicia – España*.

European Network for Accessible Tourism (ENAT) (2008). *ENAT Statutes*. available at: http://www.accessibletourism.org/resources/enatadministration/enat_statutes_finall_en.pdf (accessed 27th February 2013).

European Comission (EC) (2009). Charter of Fundamental Rights of the European Union. available at: <http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?val=470234%3Acs&lang=en&list=689949%3Acs%2C689008%3Acs%2C470234%3Acs%2C&pos=3&pag> (accessed 24th February 2013).

FONTES, A. and Monteiro, I. (2009). 'O projecto "Lousã, Destino de Turismo Acessível": um estudo de caso da aplicação de uma abordagem sistémica ao turismo acessível,' *Journal of Tourism and Development* no. 11, pp. 61-72.

GARCIA-CARO, S. N., Wall, A. de and Buhalis, D. (2012) 'Special Needs Customer Care Training for Tourism' in Buhalis, D., Darcy, S. and Ambrose, I. *Best Practice in Accessible Tourism: inclusion, disability, ageing population and tourism*. Channel View Publications, Bristol.

BRAZIL. Ministry of Tourism (MTUR) (2006). *Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações*, Brazilian Ministry of Tourism, Brasília.

MTUR (2008). Accessible Tourism: Introduction to an Inclusive Trip (Portuguese). Available in <http://www.turismo.gov.br> (accessed 28th may 2013).

MTUR (2010). *Brasil 2014: Uma visão a partir do marketing e do turismo*. Available in http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/copa_cabeca/detalhe/artigo_Josep-Chias_20100108.html (accessed 23 august 2012).

PINTO, P. C. (2012). *Dilemas da diversidade: interrogar a deficiência, o gênero e o papel das políticas públicas em Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

RITCHIE, B. W., Burns, P. and Palmer, C. (2005). *Tourism Research Methods: Integrating Theory With Practice*, CABI Publishing, Oxfordshire.

SERPA, A. B. B. (2009). 'Accessibility for People with Disabilities – PWD – and Social Inclusion in Tourism: the experience of Socorro city – SP (Portuguese)', Master Dissertation. Centre for Excellence in Tourism – CET. Brasilia University – UnB, Brasilia.

TFPS – Tourism Forum from Peoples Summit (2012). 'Declaration Tourism, Sustainability and Future.' (Portuguese) available at: <http://turismoefuturo.webnode.com/sobre-nos/> (accessed 14 February 2013).

UN – United Nations (2012). 'The future we want.' available at: http://www.un.org/disabilities/documents/rio20_outcome_document_complete.pdf (accessed 14 February 2013).

UNWTO (2013). 'Ethics and Social Dimensions of Tourism,' available at: <http://ethics.unwto.org/en/content/accessible-tourism> (accessed 27th February 2013).

VALLADARES, L. (2007). 'Os dez mandamentos da observação participante,' *Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]*, vol. 22, no. 63, pp. 153-155 available at: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso. (accessed 5th March 2013).

YIN, R. K. (1994). *Case study research: Design and methods* (2nd ed.), Sage Publications, California.



Turismo, ética e responsabilidade social com crianças e adolescentes

Tourism, ethics and social responsibility with children and adolescents

Neio Campos¹

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor e diretor do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: neiocamp@unb.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo traçar algumas considerações acerca da promoção de ações articuladas de prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Trazemos o debate com o propósito de discutir a responsabilidade social corporativa e a universalização dos direitos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Exploração Sexual. Crianças. Adolescentes. Turismo.

Abstract

This article aim is to draw some considerations on promoting coordinated actions to prevent and combat sexual exploitation of children and adolescents in tourism. We bring the debate with the purpose of discussing social corporate responsibility and universal rights of children and adolescents.

Keywords: Sexual Exploitation. Children. Adolescents. Tourism.

1 Introdução

Se, ao abordarmos o assunto criança e adolescente, utilizamos a palavra violência é porque este termo representa o que de mais temeroso podemos prever para o futuro desses pequenos cidadãos. Segundo Eisenstein e Souza (1993, p.95), violência é toda ação danosa à vida e à saúde do indivíduo, caracterizada por maus tratos ou cerceamento da liberdade ou imposição da força. Tema difícil e complexo, porém, necessário para a reflexão acerca da proteção de nossas crianças e adolescentes, pois, ainda de acordo com Eisenstein e Souza, são elas, que, por sua maior vulnerabilidade e dependência, são vítimas frequentes. Mas, paradoxalmente, também é o que nos motiva a acreditar que uma sociedade melhor, mais justa, mais feliz pode, sim, não ser apenas utopia. Em outros termos, traz-nos a ideia de valores que se traduzem na conquista da igualdade de direitos à educação, à saúde, à moradia, à vida. Enfim, o direito a ter direitos.

Para este debate, é preciso nos situarmos no Brasil de hoje, em que os avanços sociais, políticos e jurídicos são muitos. Porém, ainda não o bastante para fazer valer

em sua totalidade a dimensão simbólica da lei – aquela que resguarda o indivíduo-cidadão. Pensar assim requer, pois, refletir acerca da esfera pública na defesa, na manutenção, na criação de direitos e no aniquilamento de privilégios daqueles que se assumem acima das leis – questão das mais relevantes, dada a correspondência entre turismo e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Falar desse tema não é tarefa das mais fáceis, pois que dolorosa. Com efeito, a preocupação em combater o crime da exploração sexual de crianças e adolescentes traz imensos desafios. Com eles, o papel de disseminar ações de responsabilidade para todos os agentes da cadeia produtiva do turismo, em consonância com o que diz o Código Mundial de Ética do Turismo:

A exploração de seres humanos, em qualquer de suas formas, principalmente a sexual, e em particular quando afeta as crianças, fere os objetivos fundamentais do turismo e estabelece uma negação de sua essência. Portanto, conforme o direito internacional, deve-se combatê-la sem reserva, com a colaboração de todos os Estados interessados, e penalizar os autores desses atos com o rigor das legislações nacionais dos países visitados e dos próprios países destes, mesmo quando cometidos no exterior (Organização Mundial do Turismo/ONU).

2 Redes de exploração *versus* redes de proteção

As redes de exploração sexual são muitas e nefastas. Para combatê-las, não basta a boa vontade do Estado em manter programas de enfrentamento e combate a esse tipo de crime, mas é imprescindível a participação consciente de organizações e instituições públicas e privadas, que podem se articular em redes de proteção. Para tanto, o Ministério do Turismo mantém o programa *Turismo Sustentável e Infância* (TSI), com a parceria de algumas instituições. Com o objetivo de identificar a real situação da exploração sexual no turismo brasileiro e adotar ações de proteção a crianças e adolescentes, o programa TSI foi criado em 2004, como resposta a uma solicitação do então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, para que todos os ministérios direcionassem ações de combate a todo tipo de violência contra crianças e adolescentes.

Face à essa demanda, o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB) adere ao chamado do Ministério do Turismo e passa a desempenhar papel crucial no desenvolvimento do *Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo*. Também reafirma seu compromisso de trabalhar para a efetividade da legislação nacional e internacional em defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de violência sexual. Com essa parceria e a responsabilidade que teve durante a vigência do convênio, ao sensibilizar os agentes da cadeia produtiva do turismo para esse grave crime, o CET/UnB destaca o

papel da Universidade como agente de reforma social e propositora de políticas públicas, pois entende-se que a própria razão de ser da universidade pública brasileira está na sua missão de colaborar para mudanças estruturais na sociedade.

Todos sabemos que a atividade turística é um importante segmento da economia e a que mais cresce no mundo, trazendo dividendos ao país e empregando milhares de pessoas. Porém, e infelizmente, uma boa parte de “turistas” deslocam-se com a ignóbil intenção de “desfrutar prazer” com adolescentes, e até mesmo com crianças. Todos sabemos também que a questão a permear a exploração sexual reside, principalmente, na condição desigual da sociedade. E nesse despertar de interesses e de reflexões é que temos ainda de perceber que, para o sujeito infrator, a prepotência é o princípio de tudo aquilo que passa a ser regulado pela lei do mais forte. Nisso é que reside a dominação – o desrespeito ao Outro – desse sujeito opressor sobre meninas e meninos, que, na sua ingenuidade, comum nessa faixa etária, acreditam no sonho da “vida melhor” que lhe oferecem seus algozes. Essas observações devem ser compreendidas a partir do que disse Kant(1973, AB 43 e A142):

Respeito significa o reconhecimento de um valor que não tem preço, enquanto desrespeito significa o ajuizamento do não valor de uma coisa, ou seja, o tratamento de outro como simples coisa [...]; todas as coisas que podem ser comparadas, podem ser trocadas e têm um preço. Aquelas que não podem ser comparadas, não podem ser trocadas, não têm preço, mas dignidade.

3 Violação dos direitos humanos

Considerada grave violação de direitos humanos, a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo deve ser combatida com a conjugação de forças entre todos aqueles que defendem o direito à infância e conscientes de que sua participação pode determinar novos rumos em histórias marcadas pelo sofrimento. Normalmente, o alvo são crianças pobres, vistas por seus algozes como desprovidas de personalidade. Sem educação, elas sofrem a indiferença de muitos. Podemos falar da indiferença moral, que é a desresponsabilização do indivíduo, e da indiferença política, que é a passividade. Interrogar a indiferença é, pois, questionar a relação entre indivíduos, ou, em outros termos, possibilitar a construção de um pacto para mobilizar, articular e sensibilizar entes da sociedade, principalmente aqueles inseridos no segmento do turismo.

Prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo consiste em mobilizar e articular toda a cadeia produtiva do setor. Para esse embate, o Brasil tornou-se signatário do Código Mundial de Ética do Turismo, elaborado a partir de resolução adotada na Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1997. Este

documento é marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo e destaca princípios para guiar seu desenvolvimento no mundo. Tem por objetivo minimizar o impacto negativo do turismo no ambiente e na cultura, ao mesmo tempo em que maximiza os benefícios do turismo. ao promover o desenvolvimento sustentável, aliviar a pobreza e facilitar o entendimento pacífico entre as nações.

O Brasil também estabeleceu lei que se aplica extraterritorialmente, especificamente contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. A polícia brasileira trabalha integrada à Interpol para localizar agressores no Brasil e no exterior. Essa ação permite que cidadãos que cometem crimes fora de seus países sejam processados e punidos no território onde praticam o ato delituoso.

Para a promoção de ações de prevenção, há de se levar em conta também a questão ética tanto do ponto de vista corporativo como individual. Com efeito, a preocupação com a ética está presente em todas essas reflexões e nos debates da sociedade contemporânea. Mas aqui, neste tema, sua presença deve ser insistente para o reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, com foco em sua dignidade e liberdade. Não se deve, pois, deixar que nossos sentimentos se desloquem para a compaixão, porque assim não há reflexão e compreensão adequadas para o reconhecimento do real problema que se apresenta.

A violação da inocência choca, escandaliza e revolta. E para que essas histórias não sejam recorrentes, um dos caminhos pode estar na opção por uma educação humanista, em que esteja vigente a capacidade de identificação e do reconhecimento do Outro. Hannah Arendt falava em “humanizar a humanidade”. Nesse sentido, reconhecer que esses pequenos indivíduos também têm direitos. Reconhecer a necessidade de uma educação formadora do espírito livre, de tolerância e compreensão do Outro. Por fim, reconhecer o paradoxo do mundo moderno – ou seja, a sociedade que promete felicidade pelo consumo, mas produz a violência contra crianças e adolescentes cujo cerne está justo nessa infame promessa – para lembrar ao homem sua própria ignorância.

Desse ponto de vista, também acreditamos que “não ver é querer não ver”. Essa “cegueira voluntária”, que muitas vezes nos leva ao contraditório de nós mesmos, ao comodismo, à omissão. Por isso, compreender que a persistência desse “não ver”, do silêncio e do esquecimento podem levar a resultados de uma barbárie. Nisso reside a possibilidade de criar em nós um sentimento capaz de desestabilizar o comodismo e de ver nascer a aversão à grave violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Assim é que acreditamos, também, que o papel disseminador dessa ação humanizadora de prevenir a exploração sexual de crianças e adoles-

centes pode dilacerar o nó que está atado na cadeia produtiva do turismo e formar uma grande rede de cidadãos conscientes.

4 Turismo e infância

A exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo é um problema complexo e envolve muitos coadjuvantes. São visíveis os impactos negativos que esse fato traz para a sociedade e para o destino turístico. Preocupação constante das esferas do governo, essa ação vem sendo combatida no Brasil, com a preocupação focada na garantia dos direitos humanos. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que resultou da luta da sociedade civil em expor a gravidade desse delito, é um dos instrumentos para lidar com a questão:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 4º. – A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Embora um problema crônico desde tempos remotos, a exploração sexual comercial infanto-juvenil, a partir do debate Constituinte, que consagrou a “nova” Constituição brasileira, em 1988, adquiriu o enfrentamento necessário para seu combate. Várias ações tiveram relevância, como a Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infanto-Juvenil, iniciada em 1993; o Seminário das Américas, realizado em Brasília, em 1996; o Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças, realizado no Rio de Janeiro, em 2008; entre outros tantos. Esses eventos resultaram em resoluções firmes para impulsionar a ação do Estado rumo à extinção desse malefício em nossa sociedade.

O Brasil tem ainda como salvaguarda o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 –, que reza em seu artigo 18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. E ainda em seu artigo 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Alguns de seus artigos estão direcionados explicitamente à indústria do turismo, como

o artigo 70, que transforma em dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. O artigo 82 também é taxativo: proíbe a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento semelhante sem autorização ou acompanhamento dos pais ou do responsável. Se não houver o cumprimento dessa norma, o estabelecimento poderá ser autuado, estando o sujeito a multa de 10 a 15 salários e a ter cassada a licença de localização e de funcionamento. O ECA também estabelece pena de quatro a dez anos para quem submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

Mas, como sabido, as questões que permeiam a exploração sexual residem, principalmente, na condição desigual da sociedade e em disparidades econômicas, estruturas socioeconômicas injustas, falta de educação, entre outras. Meninas e meninos pobres, seduzidos pelo sonho de uma vida melhor, perdem a juventude, aliciados por agenciadores inescrupulosos, infiltrados em toda a cadeia produtiva do setor turístico.

5 Respeito à infância

Chamam a atenção também as relações de poder, caracterizadas pela subjugação do Outro que se encontra em situação inferior. Essas condições estão impostas, histórica e culturalmente, pela concepção arraigada desde tempos imemoriais de que mulheres e crianças devem ser submissas e dominadas por homens. Essa situação reforça o pensamento machista, que desencadeia as circunstâncias que levam a que crianças e adolescentes sejam desrespeitados e sua sexualidade colocada como mercadoria.

A esse entendimento, acrescenta-se o que afirma Lajolo a respeito da infância:

Enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um Outro em relação àquele que a nomeia e estuda. As palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas demais línguas derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de ausência da fala [...] Assim, por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso, e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora (2001, p 229-230).

Negligência, omissão e maus-tratos sofridos em casa também aumentam a vulnerabilidade dessas crianças e adolescentes, que, geralmente discriminados, não têm voz para se fazer ouvir, pois não são vistos como seres humanos ou cidadãos completos. É fato que muitas dessas crianças vitimadas pela exploração sexual vêm de lares com registros de abusos entre parentes, inclusive pais. É a ultrapassagem de todos os limites de que o ser humano pode ser capaz. Nada justifica impor práticas

sexuais por meio da violência física, da ameaça ou da coação. Como também nada justifica uma mãe negociar suas filhas em troca de comida, roupa, sapato e entregá-las a cafetões e cafetinas, vendendo-lhes a inocência.

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é um crime que remonta à Grécia Antiga. Sabe-se que, naquela época, meninas escravas de apenas cinco anos de idade eram comercializadas para a prostituição. Esse triste fenômeno foi tomando novas formas e sofrendo alterações de acordo com o contexto em que estava inserido. Hoje, é uma espécie de tentáculo do crime organizado, ligado diretamente ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Absurdamente, há em torno dessa prática uma rede de silêncio, conivência, omissão, impunidade, além da violência, sustentada pelo lucro e que precisa ser rompida. E, muito infelizmente, o Brasil figura como um dos principais destinos internacionais para a prática da exploração sexual no turismo. Segundo Faleiros:

A rede autoritária de exploração sexual de crianças e adolescentes está centrada no lucro comercial que se possa obter com o trabalho do corpo da criança ou adolescente na sua transformação e submissão em mercadoria humana para benefício sexual do cliente e benefício comercial dos proprietários do comércio e aliciadores (1988).

Os dados falam por si. Cerca de um milhão de crianças entram para o mercado do sexo no mundo a cada ano, segundo estimativas do Unicef. No Brasil, o número pode chegar a pelo menos 100 mil crianças e adolescentes explorados sexualmente, conforme levantamento divulgado, em 2001, no relatório Unicef “Lucrando com o abuso”.

No Brasil, o Nordeste é a região onde está registrado o maior número de casos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso se deve à grande demanda de turistas nacionais e estrangeiros, atraídos pelas belas praias. Com a maior costa litorânea do País, natureza rica e diversificada, o Nordeste é um dos mais concorridos destinos turísticos do Brasil. Contudo, a prática é corriqueira também nas demais cidades litorâneas, em garimpos, nas estradas e em pequenas cidades do interior. Essas redes de exploração diversificam-se de acordo com o mercado de usuários, podendo ser formadas redes de luxo para altos executivos, empresários e políticos e também redes que se voltam para a classe média ou a de baixa renda.

Identificando-se os locais dessa prática, fica mais fácil observar e direcionar o olhar para mais além do que normalmente costumamos ver. Um olhar que possibilite uma responsabilização perante a vulnerabilidade de crianças e adolescentes expostos a fatores de risco, como a exploração sexual.

Crianças ou adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual desenvolvem uma noção diferente do mundo e de seus relacionamentos afetivos. Convivem com a culpa

e a baixa estima e podem ter dificuldades de construir relações duradouras. Ao sofrer abuso ou exploração sexual, crianças ou adolescentes têm uma visão deturpada do sexo e podem carregar transtornos psicológicos para o resto da vida. Podem ser afetados por sérios problemas físicos, emocionais, cognitivos e sociais e por enfermidades, como doenças sexualmente transmissíveis, abortos espontâneos e outros.

Sob a perspectiva da criança vitimada, Summit (1983)², refere-se à síndrome de adaptação da criança vítima de abuso sexual, afirmando que ela pode se adaptar à situação abusiva. Isso significa que, se, ao buscar ajuda, a criança não a encontrou, não foi protegida, resta a ela como única opção aceitar a situação como forma de sobreviver, identificando-se com seu agressor e aceitando suas imposições. Seu agressor é a pessoa que ela mais teme, mas, ao mesmo tempo, confia.

6 Considerações finais: Sensibilizando os profissionais do turismo

A responsabilidade social de conter a exploração sexual de jovens no turismo envolve vários aspectos relacionados à ética, à transparência, à sociedade, ao governo, entre outros. Com relação aos profissionais do turismo, é preciso primeiramente identificar qual seu grau de conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, bem como sobre o comércio sexual destes.

Sensibilizar para a questão é o passo seguinte. É preciso que o profissional do turismo saiba que acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nos pontos turísticos requer o envolvimento de muitos atores, e que a dedicação a esse tema pode atrair outras pessoas e familiares desses profissionais e envolver também fornecedores e parceiros. Os profissionais do turismo têm ainda uma importante ferramenta para orientar sua participação no enfrentamento desse crime – trata-se do Código de Conduta para a Proteção da Criança contra a Exploração Sexual em Viagens e Turismo (The Code). O documento orienta como empresas de turismo podem e devem atuar para prevenir esse crime, assumindo sua responsabilidade como agente social.

O Código foi elaborado pela Articulação Internacional contra a Prostituição, Pornografia e Tráfico de Crianças e Adolescentes (ECPAT), em parceria com a Organização Mundial de Turismo e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e já recebeu a adesão de empresas de turismo de 32 países, entre eles o Brasil. Podem associar-se agências de viagens e de eventos, operadoras, associações, sindicatos, cooperativas, casas noturnas, restaurantes e meios de hospedagem.

² Citado no projeto Prevenir é poder. A Justiça e a Terapia Familiar na Construção da Paz e a Não Violência. In http://prevenirepoder.com.br/Pag_18_Apostila%20final.htm#VIOL%C3%8ANCIA%20CONTRA%20CRIAN%C3%87AS. Consulta em 17/07/2012.

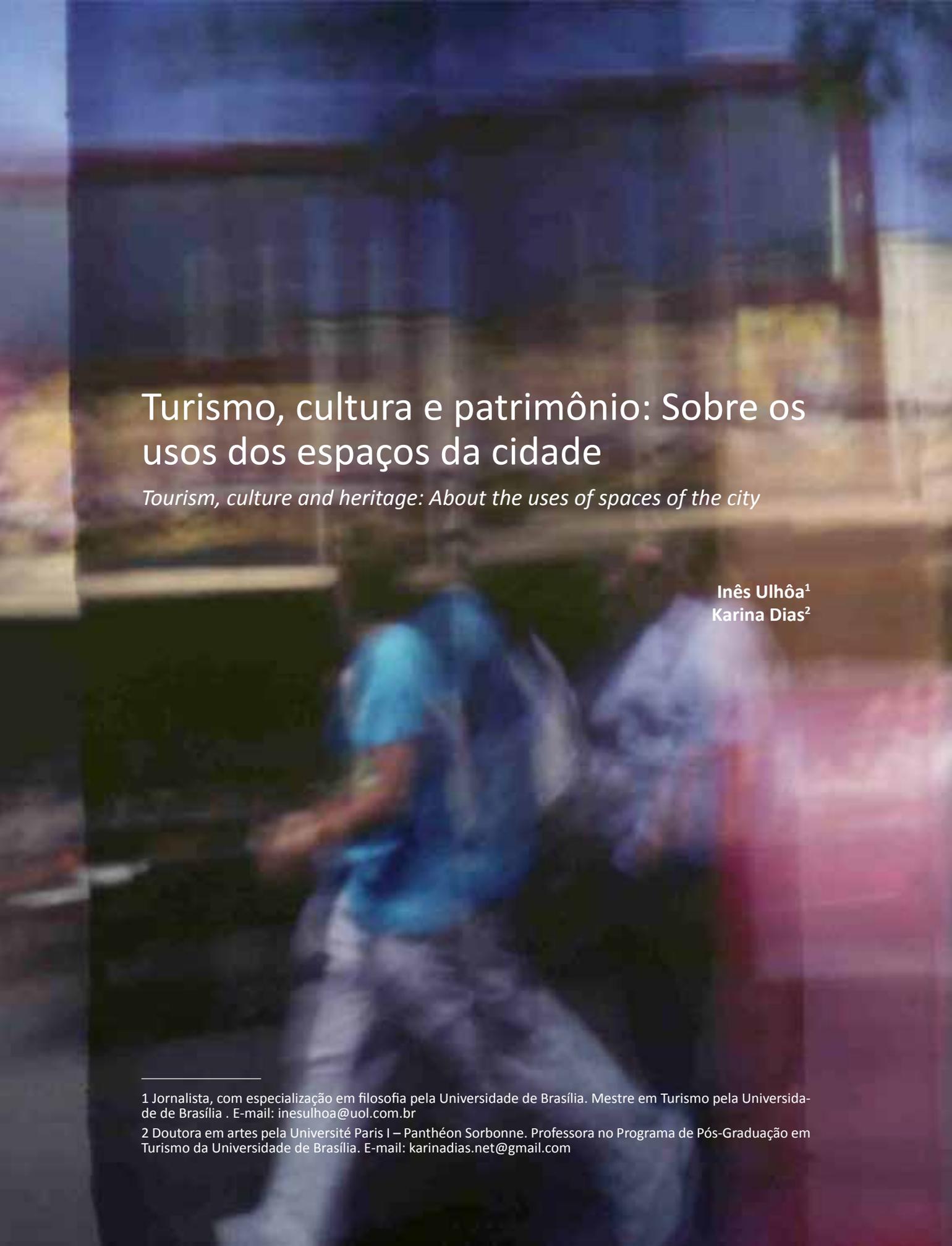
O Código estabeleceu ações que devem ser cumpridas pelas empresas que se associam a ele. O documento exige que as empresas expressem abertamente seu repúdio à exploração sexual infantil, rechacem todo tipo de contato com redes de prostituição e capacitem seus funcionários sobre regras de ética. Todo profissional da cadeia produtiva do turismo deve ter amplo conhecimento dessas ações para que possa fazer valer seus princípios.

Com isso, podem ser compartilhados esforços, entendimentos e competências para o enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil. Para tanto, é preciso conhecer e reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e entender que eles não podem ser submetidos, mesmo que por aparente vontade própria, à exploração sexual. No combate a essa prática não se pode aceitar que a pobreza e a miséria possam servir de justificativa para não agir no enfrentamento dessa questão.

Essa reflexão obriga-nos a “querer ver” e a “querer ouvir” este problema e a colocar em foco questões estruturantes da sociedade, dando visibilidade a esses pequenos cidadãos, com seus direitos a ter direitos. É reforçar a crença de que existe uma relação direta entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito, entre a objetividade e a subjetividade, pois nosso papel no mundo “não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (FREIRE, 200, p.79). É buscar as possibilidades de legitimar uma cultura de paz. É, como disse Benjamim (1985, p.223): “Não existem, nas vozes que escutamos hoje, ecos das vozes emudecidas?”.

Referências

- BENJAMIM, Walter. *Obras escolhidas, volume 1*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- EISENSTEIN, Evelyn e SOUZA, Ronald Pagnocelli de. *Situações de riscos à saúde de crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- FALEIROS, Vicente. Redes de exploração sexual e redes de proteção. In Anais do 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1988.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p.79.
- KANT, I. *Fundamentação à metafísica dos costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, AB 43 e A142.
- LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.



Turismo, cultura e patrimônio: Sobre os usos dos espaços da cidade

Tourism, culture and heritage: About the uses of spaces of the city

Inês Ulhôa¹
Karina Dias²

¹ Jornalista, com especialização em filosofia pela Universidade de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília . E-mail: inesulhoa@uol.com.br

² Doutora em artes pela Université Paris I – Panthéon Sorbonne. Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: karinadias.net@gmail.com

Resumo

Neste artigo, as autoras examinam a relação turismo, cultura e patrimônio e seus usos nos espaços das cidades, bem como analisam as relações de poder dentro da sociedade em que o turismo muitas vezes está relegado à subordinação das leis de mercado de consumo. O artigo procura contemplar pontos importantes para a compreensão dos processos que determinam como o espaço produzido historicamente pode condicionar a apropriação e o uso dos lugares.

Palavras-chave: Turismo. Cultura. Patrimônio. Cidade.

Abstract

In this article, the authors examine the relationship tourism, culture and heritage, and its uses in areas of the city, as well as analyzes the relations of power within society in which tourism is often relegated to the subordination to the laws of the consumer market. The article seeks to address important points to understand the processes that determines how the space historically produced may affect the ownership and use of places.

Keywords: Tourism. Culture. Heritage. City.

1 Introdução

Embora os estudos do turismo ainda se encontrem incipientes e ainda está em curso uma busca de paradigma, podemos dizer que, atualmente, a área vem ganhando destaque, principalmente pela sua dimensão econômica, mas também pelas questões sociais nela imbricadas, como um fenômeno sociocultural, em que também pode ser observada a produção de culturas. Temos, assim, que enxergar nele um sentido mais amplo e complexo do que a simples prática ou sob uma perspectiva comercial, como muitos preferem vê-lo, pois envolve uma rede de pessoas e serviços, mesmo aqueles que não participam diretamente de sua realização.

Nessa perspectiva, é possível entender o turismo como ciência, “compreendido a partir de sua totalidade histórica, com sua dimensão explicativa, partindo da economia, da

política, da cultura e dos aspectos sociais que cercam uma comunidade”, como bem analisa Magalhães (2008, p.96). A questão para o autor é entender o turismo a partir de sua multidisciplinaridade, que tem em seus aspectos teóricos os instrumentais para a leitura do real e, assim, ver como o turismo se insere no mundo do trabalho, tendo em vista que conceitos como ócio, lazer e tempo livre estão presentes nas relações de produção e nos conflitos de classe.

Similarmente, Moesch defende que “a realidade desse fenômeno, sua prática social, exige uma nova práxis, um novo saber-fazer, com uma nova referência, conjugando objeto, teoria, método e prática” (2002, p. 27). Para a autora, criar uma ciência do turismo significa buscar dar conta da complexa multidisciplinaridade do que é humano. Por isso, Moesch propõe criar novos comunicantes entre ciências e disciplinas que se apropriam do fenômeno turístico, como exemplos do real, simplificando-o e adaptando-o. Segundo ela,

O real do turismo é uma amálgama na qual tempo, espaço, diversão, economia, tecnologia imaginário, comunicação, diversão e ideologia são partes de um fenômeno pós-moderno, em que o protagonista é o sujeito, seja como produtor ou consumidor da prática social turística. Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas esta ocorre historicamente, em espaços e tempos diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um sujeito biológico. Sujeito objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em ideologias, imaginários e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia (MOESCH, 2002, p.31).

Para além da necessidade de construir um novo campo teórico, se levarmos em conta que o turismo, que opera também como “consumidor de culturas”, pode possibilitar o entendimento da realidade, como a tradição e a história, torna-nos possível, então, compreender como os interesses econômicos sobressaem-se e confirmam que, em grande parte, iniciativas de preservação de alguns locais se observam pura e simplesmente em atendimento às exigências da indústria do turismo, que, conforme constata Lemos (2010, p.30), “vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades”³

3 Segundo o *Dicionário do pensamento marxista* (BOTTOMORE (Ed)1988, p. 314), reificação é o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.

as práticas turísticas, tanto por parte da indústria do turismo, quanto pelos próprios consumidores da prática, os turistas.

2 O turismo e as leis de mercado do consumo

O turismo, de acordo com Lemos (2010), floresce em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e, hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismos [provocando quadros artificiais, como os tantos resorts espalhados pela costa brasileira], modificando paisagens. Nessa lógica [da exploração capitalista] está fortemente entronizada a comercialização da cultura, que passa a ser vista e explorada pelas indústrias cultural e do turismo, como instrumento para a obtenção de lucro, ou o uso da cultura “como conveniência” (YÚDICE, 2004).

Para Harvey, a indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura de grife e o cultivo de juízos estéticos distintivos “se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano, em muitos lugares” (2006, p. 233). Assim, o consumidor do turismo fica ao sabor da manipulação operada pela indústria, que, interessada apenas no valor econômico que a atividade traz, desde tempos imemoriais, promove a segmentação do setor, como estratégia competitiva no mercado, tais como: turismo verde, turismo de aventura, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo da terceira idade, entre outros.

Mas foi com a Revolução Industrial – que marcou o início do capitalismo industrial e modificou as relações sociais e territoriais, intensificando o fenômeno da urbanização – que o turismo inicia sua atividade com esse caráter de consumo voltado para atender as necessidades econômicas do mercado. Hoje, ele pode ser visto como “uma criação da sociedade de consumo, que, a partir da importância do lazer na sociedade atual, passa a vender o turismo ou a comercializar a viagem como um novo produto, nos moldes de uma sociedade de consumo, atrelado, portanto, às leis de mercado” (SIQUEIRA, 2005, p. 64).

É justamente na (re)afirmação da sociedade de consumo, proporcionada pelo capitalismo, que surge também a cultura de massa, imposta pela indústria cultural, que, por sua vez, impulsiona o turismo também de massa, que, em parte, é uma opção da classe trabalhadora em busca do lazer em tempos de férias remuneradas. Esse contexto se afirmou na divisão tempo de trabalho-tempo livre, que surgiu a partir da lógica do domínio do capital em meados do século 18 na Inglaterra, com a Revolução Industrial, e que se expandiu a outros países no século 19. Segundo Siqueira (2005, pp. 41, 45):

Ao se tornarem livres para trabalhar como força de trabalho para os donos do capital e dos meios de produção (as máquinas, o local, a matéria-prima), os antigos camponeses ou artesãos tornam-se livres, também, para serem consumidores das agora mercadorias. [...] Mas como a lógica capitalista do lucro ainda impera, estamos todos aprisionados à lógica do tempo de trabalho-tempo livre, porque o motor das sociedades capitalistas continua sendo a geração do lucro.

Na transição das sociedades pré-capitalistas para o capitalismo, conforme observa Siqueira, o próprio tempo passou a ser comprado e vendido, espelhado na famosa frase de Benjamim Franklin de que “tempo é dinheiro” – o ócio se transformou em lazer. Segundo a autora, antes produzia-se para viver e não para acumular ou se ter um excedente e as várias atividades da vida conviviam de maneira bastante integrada (trabalho, religiosidade, diversão, ócio, festa). No capitalismo, porém, a vida passa a se estruturar nessa nova divisão [de tempo] e o trabalhador será submetido a uma severa disciplina.

Nesse contexto, em que o turismo pode ter um caráter supérfluo e à medida que amadurecemos a compreensão do papel contingente da indústria do conhecimento e do patrimônio e da produção cultural voltada para o entretenimento de massa, assinalamos como a produção destrutiva do capital pode se expressar de múltiplas formas, inclusive na prática turística, como assinala Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 110):

Tal como para Marx a alienação assentava sobretudo na “estúpida compulsão do trabalho”, talvez a nossa assente, mais do que em qualquer inculcação ideológica, “na estúpida compulsão do consumo”. Aliás, as duas compulsões estão hoje mais interpenetradas do que nunca. Dantes, o operário procurava que o seu tempo livre fosse o contrário do trabalho. Hoje, o tempo livre é cada vez mais semelhante ao tempo de trabalho. E não me refiro apenas ao tempo homogêneo e abstrato que, tal como o do trabalho, domina o turismo organizado. Refiro-me ao tempo do cotidiano, ao *jogging*, ao exercício físico, à maquilagem, à aparência física cada vez mais importantes como forças produtivas do trabalhador. (grifos do autor).

As inevitáveis transformações provocadas pela expansão do modo de produção capitalista, que foram se reproduzindo no século 20, fizeram com que a cultura urbano-industrial, dominante neste modo de produção se impusesse sobre as demais culturas, conforme assinala Siqueira (2005). Como a concepção de turismo está ligada a movimento, a deslocamentos, conseqüentemente, esse fenômeno vai criar novas necessidades, provocar mudanças e, assim, alterar a configuração das cidades e a sua expansão para a prática da atividade turística, provocada também pela indústria cultural.

Assim, pode-se verificar o caráter contingente da acumulação do capital na criação de grandes cidades e sua rápida urbanização, pela ruptura de fronteiras e a consequente concentração no espaço de forças produtivas e do poder político e econômico, acentuadas pelo impacto das políticas neoliberais, mais recentemente. Esses são sinais do gradativo processo de globalização e acumulação de capital, que se estabeleceu em nível mundial, como profetizaram Marx e Engels, ainda em 1848, no *Manifesto Comunista* (2007, p. 43):

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações auto-suficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum.

Ademais, a reflexão e o debate sobre as cidades revelam simultaneamente a crescente necessidade de rever conceitos, tal como a globalização (e seu uso político), e a emergência de valorização do lugar ou dos lugares como reveladores das realidades sociais. De acordo com Lemos, é preciso entender a cidade como um artefato, como um bem cultural de um povo. Mas, segundo ele, “um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação” (2010, p. 48).

3 Na dinâmica das cidades, cultura, patrimônio e turismo se revelam

Se a cidade é obra dos homens, seu cenário está sempre se modificando, conjugado às forças sociais que nela se interagem pelas relações cotidianas, afinal, ela “constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades” (MARX e ENGELS, 2002, p. 55). Kevin Lynch, ao traçar a fisionomia das cidades, afirma a importância de sua imagem como elemento de orientação e identificação de seus moradores com elas e como a paisagem urbana também é algo a ser visto e lembrado. “Cada cidadão”, diz ele, “tem vastas associações com alguma parte de sua cidade, e a imagem de cada um está impregnada de lembranças e significados” (2010, p. 1). As formas da cidade,

assim como os objetos, não são, segundo Lynch, só passíveis de serem vistos, mas, principalmente, de se fazerem presentes e nítidos aos sentidos.

A imagem da cidade é alinhavada em meio à inventividade dos que a habitam, pois o mundo dos homens, de acordo com o pensamento marxiano, é resultado da atividade dos próprios homens. Assim, nessa paisagem urbana, não somos meros observadores, somos parte. Por isso, a importância de percebermos a cidade como símbolo, onde inscrevemos nossas lembranças e nossas emoções. Portanto, é onde se dão relações de identidade entre seus habitantes e que se reproduzem por todo o espaço urbano, pois “as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do nosso eu” (HALBWACHS, 2011, p. 157).

Diz o sociólogo francês Michel Maffesoli (2010) que uma cidade não é composta somente dos esboços e desenhos das ruas e da arquitetura edificada, ela é mesclada também de fantasia, mistérios e interpretações que seus habitantes fazem dela. A cidade é então um espaço construído por sensações, odores, ruídos, lugares de encontros constitutivos dessa teatralidade cotidiana, que faz dela, segundo Maffesoli (2010, p. 243), “um objeto animado, uma materialidade dotada de vida”, pois a ideia de cidade não é restrita a uma identidade política e social, mas ampliada a uma representação cultural, depositária também de memórias.

Uma cidade que é sempre labiríntica porque se compõe do que vemos e do que *invemos*, dos caminhos percorridos e daqueles outrora sonhados. Uma cidade-paisagem cartografada em seus múltiplos pontos de vista, cambiante, sempre em constituição. Pensar a cidade, é (re)desenhar constantemente o seu contorno. A cidade tem a medida de nosso olhar, a escala de nossas percepções (DIAS, 2010).

Como as cidades ocupam papel central na produção dos espaços, com todas as suas representações culturais, elas também difundem ideias, comportamentos, valores e formas de lazer. Porém, sabe-se que inventar sempre uma nova necessidade humana é a chave para a expansão do capitalismo sobre a vida urbana e a cultura que ela engendra. Por isso, os espaços da cidade podem ser considerados um campo onde forças antagônicas se encontram: é onde a geopolítica do capitalismo impõe a sua força, incorporando e criando valor a espaços que passam por transformações profundas, mediados por interesses de grupos, dando a sua lógica a territórios turísticos e constituindo, assim, ícones culturais, como tantos espalhados pelas cidades do mundo. Ao valorizar os espaços urbanos como destinação turística, os agentes capitalistas, mais particularmente a indústria turística, que se aproveitam de uma necessidade do homem em se (re)aproximar da natureza, intensificam a atividade social dos mercados e das pessoas, por caminhos nem sempre politicamente

corretos, com vistas ao processo de acumulação.

Evidentemente, a percepção dos sujeitos sociais não está imune ao entendimento de que o Estado e o mercado são os atores hegemônicos no processo de produção de uma lógica que pode, também ser destrutiva para o próprio desenvolvimento do turismo. Nessa perspectiva, concordamos com Moesch (2008, p.11), quando ela afirma que o desenvolvimento do conhecimento do turismo ocorre condicionado ao funcionamento da sociedade contemporânea, cuja importância “está atrelada à magnitude das cifras econômicas que cruzam as fronteiras internacionais” por meio da atividade turística.

A partir da leitura que Moesch faz a respeito do contexto social onde o saber turístico se desenvolve, fica claro o uso do paradigma marxista para explicar que a sociedade divide-se em duas partes, que, segundo a autora, estão dialeticamente relacionadas, na qual sua força motriz é a luta de classes.

Dentro desse paradigma, o turismo é um campo produtivo, localizado na infraestrutura da sociedade, portanto determinado pelas forças de mercado – leia-se luta entre as diferentes classes sociais – reduzido a produto de consumo, acessível às classes economicamente dominantes (2008, p.11).

Interessante observar que as críticas de Karl Marx e Friedrich Engels às condições de exploração contidas no modo de produção capitalista e à força da ideologia do capital traziam embutidas também a preocupação com o mundo do lazer, o mundo do “não trabalho” (tempo livre, ócio), da classe operária. Em *A Ideologia alemã*, eles destacam que,

na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel-prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico (2002, p. 28).

Na perspectiva dessa dinâmica nas cidades, é possível entender que o ócio e o lazer são produtores também do movimento espacial porque favorecem conhecer novos lugares, culturas e pessoas, que impulsionam o lado subjetivo da demanda turística. Milton Santos (2004) defendeu a ideia do espaço como resultado de uma relação indissociável entre sistemas e objetos, “casando duas coisas, ação e materialidade”. Para ele, o que realmente entra na dialética social “não é o espaço tal como definido antes, como materialidade, mas o espaço vivido, usado pelos homens” (2004, p. 25). Por isso,

o transitar de pessoas que buscam no turismo o entretenimento e a cultura, colocando-as em contato com outras expressões culturais e outros modos de vida, pode ser visto como um atributo da cidadania, por afirmar os direitos culturais e (re)afirmar que o espaço vivido compõe-se pelas práticas espaciais cotidianas e é, antes de tudo, social. A cultura vista assim como condição da própria existência humana e revelada no encontro e na troca de conhecimento leva o homem a encontrar sentido em sua existência e no mundo que o rodeia (ULHÔA, 2013).

Daí que emerge a urgência de ver a cidade, sistema dinâmico e complexo, não apenas como uso de um mercado global, em que a técnica da informação “tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações” (SANTOS, 2011, p. 25), mas também entrever nela o poder da cultura como aglutinadora de pessoas e propulsora do desenvolvimento material e humano da sociedade, que, juntamente com o entretenimento, pode possibilitar novas formas de se praticar o turismo.

Para a leitura interpretativa dos lugares da cidade como possibilidades do turismo, recorreremos a Gastal e Moesch, para quem as pessoas moradoras ou usuárias das cidades fazem parte dos fluxos que percorrem os espaços citadinos, devendo-se incentivá-las a viver a sua cidade e desfrutá-la, para além de suas rotinas. Assim, essas pessoas tornar-se-iam turistas em sua própria cidade [turismo cidadão], cujos deslocamentos são cobertos de subjetividade, pois possibilitam, de acordo com as autoras, “afastamentos concretos e simbólicos do cotidiano, implicando, portanto, novas práticas e novos comportamentos diante da busca do prazer” (2007, p. 11).

Para Gastal e Moesch, olhar a cidade com maior cuidado “não é mais uma tarefa exclusiva dos turistas que a percorrem. Mesmo para os moradores das cidades, a sua complexidade coloca, cada vez mais, maiores desafios. Decifrá-los é fundamental para sobreviver e viver nas cidades com qualidade” (ibidem, p.19). Essa possibilidade de experimentar, vivenciar e conviver práticas sociais, culturais e turísticas na própria cidade pode, de acordo com as autoras, se dar até mesmo no mesmo bairro em que a pessoa habita ou a visitar um outro bairro de sua cidade, o que pode significar um espaço, mas também um tempo, diferente daquele do cotidiano de quem se desloca. “E isso [a experiência desse turista cidadão] ocasiona surpresa, mobiliza sentimentos e comportamentos” (ibidem, p. 12).

Por essa razão, Gastal e Moesh chamam a atenção para uma postura cidadã, em que comunidades locais podem aprender a valorizar seus recursos naturais e culturais, segundo elas, desenvolvendo maior sentimento de pertencimento e, conse-

quentemente, elevando seu grau de cidadania, ou seja, podem se tornar “protagonistas nos processos de decisão sobre o tipo de turismo e de turistas com os quais estão dispostos a compartilhar seu próprio espaço de vivência” (ibidem, p. 16).

No entendimento das autoras, levando em conta que as cidades, cada vez mais, são resultado da rede de processos simbólicos, de comportamentos e culturas, que acontecem em seu interior e abrigam experimentações, o constante exercício do conviver com a diversidade aceleraria e transformaria a ideia de cidadania. Isso é o que possibilitaria perceber que para viver outros cenários não seria mais necessário sair dos limites urbanos, “pois estes se tornaram o território da multiplicidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território” (ibidem, p. 37). Assim, se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias espaciais para um conceito que priorizasse a sua prática, como o percorrer tempos-espacos diferentes dos rotineiros. Turismo seria, então, “menos o percurso no espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espacos, em especial culturais, diferentes daqueles a que se esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências” (ibidem, p. 37).

Na reflexão ora proposta, Gastal e Moesch defendem a noção de cidadania associada ao turismo e às políticas públicas, pois, segundo elas, ao se ver o turismo também como a possibilidade de mediação, pode-se chegar às suas possibilidades como importante contributo na construção da cidadania e, avançando na cidadania, na figura do turista cidadão. Ou seja, “a cidadania, se associada ao turismo, encaminharia outras possibilidades de construção do sujeito histórico, aquele em condições de se expressar e de se apropriar das suas circunstâncias espaciais e temporais, seja como sujeito histórico urbano, seja como sujeito histórico planetário” (ibidem, p. 56).

Para esse novo exercício de cidadania, as autoras argumentam, em torno do conceito de turista cidadão, envolvendo o habitante que desenvolve um relacionamento diferente com o local onde mora no seu tempo de lazer, que:

para o cidadão turista, os fixos que compõem a cidade deixam de ser desconhecidos. O território torna-se familiar e, nele e com ele, constrói-se relação de pertencimento e identificação, pois se passa a compartilhar seus códigos e, de posse dos mesmos, a situar a própria subjetividade em relação aos fixos presentes no urbano (ibidem, p. 60).

A partir dessa análise, podemos dizer que o turismo, ao ser pensado não somente para o visitante, mas também para o morador, aparece como elemento particularizador quando aplicado para uma reflexão sobre as inter-relações entre cultura e turismo, pois “se a cultura incorpora a noção de aglutinadora da vida em sociedade,

ela explica porque, sob este prisma, pode ser considerada como um dos principais insumos ao fazer turístico” (GASTAL, 2008, p.114).

A necessidade de procurar entender a cultura e sua importância social e política, indissociáveis da transmissão de conhecimento e de experiências de pensamento nas relações sociais, deve considerar que a cidade é lugar de apropriação, onde agem forças sociais diferenciadas no constructo das significações e dos bens simbólicos, revelando patrimônios que consistiram apenas das possibilidades de transformação da realidade, pois a definição de patrimônio “passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (PELLEGRINI e FUNARI, 2009, p.32).

Também, como bem destaca José Luiz dos Santos, “a discussão sobre cultura pode nos ajudar a pensar sobre nossa própria realidade social. De fato, ela é uma maneira estratégica de pensar sobre nossa sociedade, e isso se realiza de modos diferentes e às vezes contraditórios” (2003, p. 9). Inserido no contexto social, o homem é capaz de criar representações simbólico-sociais que se voltam para a interação social. Nesse universo, alguns indivíduos produzem símbolos; outros são receptores, assimilam e se aproximam daquilo que os identificam.

Contudo, sabe-se que, na sociedade capitalista, a maior parte do tempo livre das pessoas é dedicada ao entretenimento, não como elemento ativo, mas passivo diante do que lhes oferecem os modernos meios de comunicação de massa, a exemplo dos programas sensacionalistas e de péssimo gosto a que se dedica a televisão brasileira, carregados de valores falsos e abertos à mediocridade, como uma forma de dominação e de construção de uma hegemonia, deturpando o próprio conceito de cultura. Esses meios de comunicação, invertidamente ao seu papel social, ao invés de motivar na população a busca efetiva por cultura, utiliza-se do potencial consumidor dos cidadãos para exercer um poder controlador e manipulador sobre os valores, gostos e preferências dos indivíduos, o que facilita a dominação econômica e cultural.

Para essa discussão, não poderemos nos furtar de trazer ao debate as relações de poder dentro de uma sociedade ou entre sociedades. Isso porque, como dimensão do processo social, conforme José Luiz Santos, “a cultura registra as tendências e conflitos da história contemporânea e suas transformações sociais e políticas. Além disso, a cultura é um produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam” (2003, p. 80).

Acreditamos que, mais do que um exercício de reflexão, essas questões podem

conduzir a um rico debate teórico, no qual é possível considerar a cultura como direito de todos os cidadãos, “porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural” (CHAUÍ, 2006, p. 138). Mas, além disso, a estrutura da sociedade deve possibilitar a todos os cidadãos o acesso a esses direitos, com o aval do Estado e a consequente mobilização dos setores sociais.

Em face disto, é que não podemos deixar de considerar que também o campo da cultura, com seu lugar destacado na atualidade, não escapa das tensões e impactos provocados pelo poder hegemônico do capitalismo e dos seus efeitos de dominação e controle, que se fazem sentir nas práticas de um mercado, que tudo transforma em mercadoria, consumo e consumidores e que procura, cada vez mais, impor limites à autonomia e emancipação da sociedade e ao papel exercido pelo Estado. Antonio Albino Rubim (2009), um pensador da cultura e da sociedade, observa, em consonância com o pensamento de Pierre Bourdieu, que um campo social é sempre um campo de forças, onde, segundo ele, “existem elementos de agregação e complementariedade, mas também de disputa e conflito: hegemônias e contra-hegemonias, enfim”. Para ele, é a partir desse momento e movimento, que a cultura passa a ser percebida como esfera social determinada, e, portanto, a ser estudada em sua singularidade.

Portanto, problematizar a cultura como fator essencial da prática e da reflexão sobre o turismo, faz-nos entender que “ao usufruirmos formas singulares de celebração e conhecimento, nós retomamos parte de nossas identidades comuns” (PELLEGRINI e FUNARI, 2008, p. 8), que são continuamente (re)construídas pelos sujeitos na complexidade das situações sociais cotidianas. Desse ponto de vista, Gastal (2002, p. 69) lembra que se o binômio turismo-cultura “constituía-se na manifestação que levou os primeiros pensadores do turismo a criar a categoria turismo cultural para designar uma das motivações dos viajantes nas suas decisões sobre os destinos a serem buscados”, hoje, segundo a autora, esse mesmo binômio passa a exigir novos enfoques. Ou seja, para além do romantismo de viagens ou em seu aspecto mercadológico, ou em que se verifica a força econômica e social da atividade turística, a cultura, no dizer de Gastal, deve ser deslocada da função secundária a que era submetida por agentes de viagem, como simples inspiradora de deslocamentos, para “o eixo que envolve desde a formatação dos produtos turísticos” [desde sua concepção e planejamento], até “suas implicações sociais em termos de identidade e memória” (ibidem, p. 70).

Esse pode ser um aspecto importante para o turismo atual se for levado em conta o debate que se coloca entre a cidade como espetáculo (que, associado a setores

de *marketing* e de captação de recursos para a realização de megaeventos, pode atrair turismo de massa) e a cidade que dá o sentido social a seus bens materiais e simbólicos.

Sabe-se também que toda prática social e cultural é simbolicamente marcada, principalmente se ela é resultado da ação e da liberdade criativa de sujeitos, que, independentes da indústria cultural, promovem a cultura, associando-a a ações sociais e comunitárias não com o propósito de produzir cultura apenas como entretenimento para atrair turismo, mas para promover acesso do cidadão aos bens e serviços da cultura.

Nessas condições, tendo o espaço como instrumento de realizações do homem, seria o caso de se indagar sobre o significado da cidadania, sem perder de vista os direitos que o termo abrange, incluído aí a cultura. Ou seja, a cidadania só pode ser afirmada se, por extensão, estiver garantidos tanto os direitos do homem como os direitos sociais e culturais, pois todos os cidadãos, independente do seu nível social, têm direito a consumir cultura. Trazemos aqui também a aguda percepção de Chauí sobre a questão do que vem a ser cidadania cultural. Em essência, seu argumento é o seguinte: a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões de mercado. Para ela, a cultura se realiza como direito de todos os cidadãos:

direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

Afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe (2006, p. 138).

Portanto, afirmar a cultura como um direito e opor-se à política neoliberal, que a transforma em privilégio de classe, é fazer entrar em cena os atores, os sujeitos sociais e políticos, para a consagração da cidadania. Afinal, cidadania é “uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância” (SANTOS, 2007, p. 19). Assim, percebemos que cidadania e cotidiano são, igualmente, a base para a reprodução da vida na cidade. Ambos os termos trazem em si a ideia de movimento, de mudanças que se operam na cidade por intermédio dos múltiplos sujeitos fazendo o acontecer histórico.

4 Considerações finais

A prática do turismo, que se revela muito mais além de ser uma das engrenagens do capitalismo, promove a fuga do estresse e possibilita a busca do novo, do belo, do prazer, com a afirmação, do consumidor, do seu direito à cultura, pode, então, proporcionar ao cidadão explorar e fruir o que as cidades oferecem em termos de lazer e de cultura no tempo livre do trabalho. Como atividade cada vez mais intensa, conjugada a vários fatores de dinamismo da sociedade, pode-se, na busca de novas modalidades do tempo livre, ter o turismo presente no cotidiano, pois está nele [cotidiano] o próprio construir de nossa história, que se forma no nosso mover-se no mundo e nas relações com o mundo.

Podemos dizer que o espaço produzido historicamente pode condicionar a apropriação e o uso dos lugares e, assim, proporcionar novas necessidades e novos desejos, pois a sociedade se realiza no espaço e a partir dela é que se pode compreendê-lo, conforme ensina Milton Santos (2009). Para ele, o espaço nada mais é do que a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra.

E, ao (re)inventar o seu cotidiano, o habitante pode experimentar as ruas de sua cidade. Ser *flâneur*⁴, “sair quando nada nos força a fazê-lo e seguir nossa inspiração como se o simples fato de dobrar à direita ou à esquerda já constituísse um ato essencialmente poético”⁵, se deslocar e descobrir, em sua dimensão subjetiva, o inesperado. Nessa movimentação, há, evidentemente, o contato humano e cultural, pois a cidade “é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros” (SANTOS, 2004, p. 319). A paisagem urbana é algo a ser visto e lembrado, o cotidiano dos lugares, o pulsar das ruas e dos carros e ônibus que cruzam a cidade, a ordem e a desordem, enfim, uma coisa a ser percebida, a ser explorada, a ser visitada, a ser olhada, compreendida e sentida como concerto para o corpo e a alma. Pode-se dizer, assim, que a compreensão no ver, no olhar, para além do simples apelo ao visual, possui um valor e um sentido que ultrapassa o monumento em si e até mesmo as intenções de quem o criou, e acaba por despertar a fruição estética.

Por isso, contemplar lugares do cotidiano, o patrimônio urbano, para além de sua objetividade, leva-nos a ver a cidade como uma obra coletiva, permeada de representações simbólicas, pois, “na maioria das vezes, nossa percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial, fragmentária, misturada com concepções de outra

4 *Flâneur*, do francês, flanador, passeante, é aquele que anda pela cidade com atitude de interesse e curiosidade pelo que ocorre à sua volta.

5 Trecho do artigo de Edmond Jaloux (publicado em 1936, em *Le Temps*) e citado por Walter Benjamin em *Obras escolhidas: Charles Baudelaire – um lírico no auge do capitalismo*, vol. III. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, 2ª. edição, p.210.

natureza. Quase todos os sentidos estão em operação, e a imagem é uma combinação de todos eles” (LYNCH, 2010, p. 2). Acreditamos, assim, que cada pessoa tem a sua própria afinidade com lugares de sua cidade e a imagem deles é impregnada de lembranças e significados. As pessoas podem ter clareza de que há espaços na cidade que podem significar muito em termos de prazer cotidiano, mas não com a apropriação negligente, a exemplo do que fazem alguns agentes do turismo, que descuidam a comunidade e os lugares. Isso porque a atividade turística deve ser vista para além da dimensão material do espaço, pois o consumo turístico, muitas vezes alienado e alienante, se mostra incapaz de compreender a beleza que existe nos lugares públicos e na cultura local, elementos de composição da história do lugar. A partir dessa conscientização, os espaços e seus objetos devem ser vistos em função dos significados que lhes atribuímos, por intermédio de nossa subjetividade.

Isso é o que nos sugere ainda pensar como e de que forma conhecer a cidade além de seus monumentos, não apenas a cidade como uma coisa em si, mas seu patrimônio cultural pensado e consentido por seus habitantes e como um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, pois aponta para modos de vida, práticas e relações sociais. Mas, antes restrito ao excepcional, patrimônio, hoje, expressa também a riquíssima diversidade incrustada em vidas cotidianas. Pode, assim, ser assimilado como produto cultural de importância e valor social, cultural e histórico e, por isso, relevante para ser visto e apreciado. Por isso, a cidade, a cultura, o patrimônio e o turismo não podem ser vistos, muito menos entendidos, independentemente, quando se tenta dimensionar o uso dos lugares para a atividade turística. Ainda que os termos carreguem um substrato político individual, eles devem ser vistos, para a apropriação do tempo livre, na dinâmica das relações que existem entre os lugares e suas necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, 2ª. edição

CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIAS, Karina. *Entre visão e invisão: paisagem (por uma experiência de paisagem no cotidiano)*. Brasília: Programa de Pós-graduação em Arte. Universidade de Brasília, 2010.

GASTAL, Suzana (Org.). *Turismo: Investigação e crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

GASTAL, Suzana e MOESCH, Marutschka. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Coleção ABC do Turismo. São Paulo: Editora Aleph, 2007.

GASTAL, Suzana (Org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Coleção Comunicação. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, 4ª. edição revisada.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005, 2ª. edição.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2011, 2ª. edição, 5ª. reimpressão.

LEMONS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Coleção Mundo da Arte. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, 2ª. edição.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Tradução Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 4ª. edição.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. Discussão crítica acerca do turismo numa perspectiva materialista histórica. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol.8, n.º. 2, 2008, pp 95-104. UFRJ, p.96. <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1154/115415175009.pdf> Consulta em 30/01/2013.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Tradução Luis Cláudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 1ª. edição, 5ª. reimpressão.

MOESH, M. “Para além das disciplinas: o desafio do próximo século”. In GASTAL, Susana (Org.). *Turismo, investigação e crítica*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MOESCH, M. O fazer-saber turístico: possibilidades de superação e limites. In GASTAL, S. (Org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, 4ª. edição revisada.

PELLEGRINI, Sandra C.A. e FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PELLEGRINI, Sandra C.A. e FUNARI, Pedro Paulo. *Patrimônio histórico e cultural*. Coleção Passo a Passo. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009, 2ª. edição.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível.

In Blog do Curso de Políticas Culturais do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC-UFBA).<http://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/03/politicas-culturais-entre-o-possivel-e-o-impossivel.pdf>. Consulta em 22/06/2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2101b, 13ª. edição, 1ª. reimpressão.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, 16ª. edição, 9ª. reimpressão.

SANTOS, Milton. *Testamento intelectual*. São Paulo: Editora Unesp, 2004a.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2004b, 4ª. edição.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2009, 5ª. edição.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007, 7ª. edição.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011, 20ª. Edição.

SIQUEIRA, Deis. *História social do turismo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond / Goiânia: Editora Vieira, 2005.

ULHÔA, Maria Inês A. *Entre carnes e livros: a arte plural de um açougue e sua apropriação como patrimônio cultural*. Brasília: Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade de Brasília (dissertação), 2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.



Turismo em Fernando de Noronha – Uma visão de sustentabilidade a partir do estruturalismo

Tourism in Fernando de Noronha - A vision of sustainability from structuralism

José Murilo Rocha¹
Iara Lucia Gomes Brasileiro²

1 Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: rmjf@unb.br

2 Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. Coordena o Núcleo de Turismo e Sustentabilidade no Centro de Excelência em Turismo (CET/UnB) E-mail: ibrasileiro@unb.br.

Resumo

O arquipélago de Fernando de Noronha, também conhecido com a “Esmeralda do Atlântico” devido à coloração esverdeada de suas águas, se estabeleceu como um dos roteiros turísticos mais procurados devido às suas belezas naturais exuberantes. Desde o início da década de 1980, o turismo tem sido incrementado na ilha e a preocupação com a conservação desse patrimônio natural foi implementada tornando o lugar uma Área de Proteção Ambiental (APA) e Parque Nacional Marinho. Dentre as teorias do turismo, destacamos aqui, para esta visão do turismo em Fernando de Noronha, a teoria estruturalista, concebida pelo professor Mário Carlos Beni, apresentando o arquipélago através dos conjuntos das relações ambientais, da organização estrutural e das ações operacionais. Assim, este artigo se propõe a demonstrar, através desta teoria, como o turismo ora praticado em Fernando de Noronha pode ser considerado sustentável.

Palavras-chave: Estruturalismo. Atrativos da natureza. Superestrutura. Infraestrutura.

Abstract

The archipelago of Fernando de Noronha, also known as the “Emerald of the Atlantic” because of the greenish color of its waters, has established itself as one of the most sought after tourist itineraries because of the lush natural beauty. Since the early 1980’s, tourism has been growing on the island and concern for the conservation of natural heritage size was implemented making the place an Area of Environmental Protection (APA) and a National Marine Park. Among the theories of tourism, we highlight here for this vision of tourism in Fernando de Noronha, the structuralist theory conceived by Professor Mario Carlos Beni, presenting the archipelago through sets of environmental relations, organizational structure and operational actions. Thus, this article aims to demonstrate, through this theory, such as tourism time practiced in Fernando de Noronha can be considered sustainable.

Keywords: Structuralism. Attractive nature. Superstructure. Infrastructure.

1 Introdução

O arquipélago de Fernando de Noronha destaca-se, já há algum tempo, no Brasil e no exterior, como um dos principais roteiros turísticos do mundo. Muito se ouve a respeito do lugar, por aqueles que já tiveram o privilégio de lá estarem e também por aqueles que ainda têm este desejo, como um de seus maiores sonhos de consumo. Do primeiro grupo, a versão é sempre a mesma: Valeu demais! Fantástico! Indescritível! Voltarei! Já do segundo grupo, sempre a mesma desculpa: É muito caro! Fica mais barato uma viagem para o exterior. Caro ou não, a “Esmeralda do Atlântico”, como também é conhecida a ilha, experimentou a partir do final da década de 1980, um *boom* turístico, ocasião em que surgiram e se multiplicaram as hospedarias familiares e todo um comércio turístico, formal e informal.

Com tantos atrativos turísticos e pela própria natureza do lugar, a ilha foi sabiamente protegida pela legislação em todos os níveis, tornando-se Área de Proteção Ambiental (APA) e Parque Nacional Marinho. Dessa forma, o turismo, sempre crescente, pôde ser controlado, principalmente no que se refere à quantidade de visitantes e às atividades permitidas no arquipélago. Assim, com as medidas tomadas, pode-se afirmar que o turismo em Fernando de Noronha vem sendo realizado de forma sustentável. Este artigo, se propõe a demonstrar, por meio da teoria estruturalista de turismo, essa forma sustentável de turismo praticada na ilha.

2 Modelo estruturalista de turismo

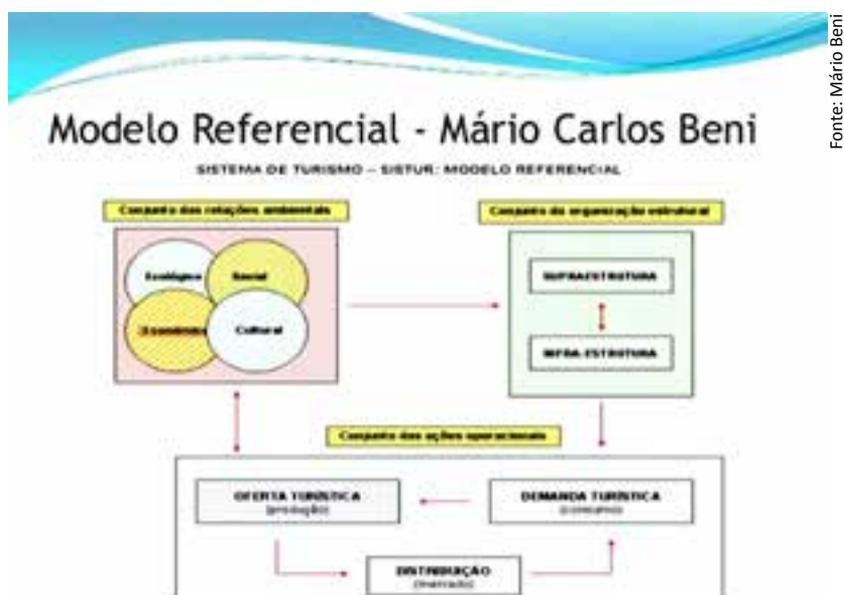
De acordo com Beni (1998), a Teoria Geral dos Sistemas afirma que cada variável, em um sistema específico, interage com todas as outras variáveis desse sistema e com as de outros sistemas que com ele realizam operações de troca e de interação. Neste sentido, o turismo, na linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, deve ser considerado como um sistema aberto, permitindo, assim, a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema, o que facilita os estudos multidisciplinares de aspectos particulares do fenômeno, a partir de várias perspectivas com ponto de referência comum.

A partir dessa definição de sistema apresentada, Beni, em sua obra *Análise Estrutural do Turismo* (1998), buscou produzir um modelo referencial para o Sistema de Turismo (Sistur) que tenha a capacidade de retratar, até seus limites máximos, a configuração que tenta assumir um fenômeno como o do turismo, tão sujeito a variáveis internas e externas que escapam, no momento da análise científica, a praticamente todo o esforço de cristalização para se poder estudá-las, determiná-las e avaliá-las.

Para tanto, foram relacionadas várias funções inerentes à natureza da atividade do turismo, tais como: o conjunto de fatores que geram as motivações de viagens e a escolha dos destinos turísticos; o deslocamento do indivíduo no espaço e no tempo; os equipamentos de transporte oferecidos; o tempo de permanência no núcleo receptor; a disponibilidade e a solicitação de equipamentos hoteleiro, extra-hoteleiro e de alimentação, de recreação e entretenimento; a fruição dos bens turísticos; o processo de produção e distribuição desses bens e serviços e também a estrutura e o comportamento dos gastos do turista.

Assim, a partir dessa base conceitual, Beni afirma que se pode configurar o diagrama de contexto do Sistema de Turismo, o qual permite visualizar três grandes conjuntos: o das *Relações Ambientais*, o da *Organização Estrutural* e o das *Ações Operacionais*, bem como seus componentes básicos e as funções primárias atuantes em cada um dos conjuntos e em interação no sistema total. Cada componente desses três conjuntos pode ser considerado um subsistema em si, uma vez que apresenta funções próprias e específicas que assumem características individualizadas.

A seguir está ilustrado o diagrama do Modelo Referencial do Sistema de Turismo, o qual serve, neste artigo, como base para demonstração de uma sustentabilidade do turismo em Fernando de Noronha. A análise a ser feita, parte, assim, de cada um dos conjuntos componentes do Modelo Referencial: *Relações Ambientais*, com seus componentes ecológico, econômico, social e cultural; *Organização Estrutural*, com seus componentes Superestrutura e Infraestrutura e o conjunto das *Ações Operacionais*, com os seus componentes de mercado: oferta, demanda e distribuição.



3 Conjunto das relações ambientais

Nesta parte analisamos os atrativos turísticos de Fernando de Noronha no que diz respeito principalmente aos atrativos da natureza e também ao aspecto econômico, no que diz respeito a ser o turismo o principal aspecto econômico da ilha já há algum tempo, desde quando houve o crescimento da atividade no final da década de 1980. Também são considerados, ainda que de forma mais breve, os aspectos socioculturais do lugar.

3.1 Atrativos da natureza

A natureza exuberante no arquipélago, principalmente o mar, é o principal atrativo turístico. Localizado a 380 km de Natal e a 545 km de Recife, Fernando de Noronha é uma formação vulcânica formada há milhões de anos, isolada no Atlântico Equatorial Sul, sendo sua ilha principal a parte visível de cadeia de montanhas submersas (Dorsal Mediana do Atlântico). Correspondendo a 70% da área total do Arquipélago, é um parque Nacional Marinho desde 1988. Recebeu também o título de Patrimônio Natural da Humanidade desde o ano de 2001. Abrangendo 1/3 da ilha maior e mais as ilhas de Rocas, São Pedro e São Paulo, também é uma Área de Proteção Ambiental desde 1986. Assim, cada área protege o meio ambiente com a finalidade de assegurar a preservação das espécies e a ocupação racional deste lugar que tem sido considerado um “Santuário Ecológico”.

O principal atrativo turístico da natureza de Fernando de Noronha para o visitante, com certeza, é o mar, seja contemplando a paisagem marinha ou aproveitando o prazer de estar no mar, com suas águas limpas e cristalinas.



Fonte: José Murilo Rocha – Mar/96

Arquipélago de Fernando de Noronha, Patrimônio Natural da Humanidade

Outro atrativo que a bela natureza oferece é a fauna, principalmente a marinha. Em Fernando de Noronha existem inúmeras piscinas naturais que permitem o contato direto com a variada fauna marinha do arquipélago, a qual também é muito admirada através das atividades de mergulho. Nas águas mais rasas podem ser observados os peixes coloridos como a “Donzela de Rocas”, o “Sargentinho”, a “Coroca” e também as “Moreias” que assustam a muitos por seu formato semelhante à cobra. Já em águas profundas, podem ser encontrados o “Frade”, o “Budião”, a “Ariquita”, a “Piraúna”, e o “Borboleta”. Já os “Caçães”, o “Lambaru” e as “Arraias” podem ser contempladas repousando no fundo de atea ou em formações de coral.

A fauna marinha também oferece outro espetáculo aos visitantes, são os “Golfinhos Rotadores”, conhecidos por este nome devido aos saltos com a rotação do corpo, que costumam executar fora da água. Vivendo no arquipélago, costumam acompanhar as embarcações de turistas em seus passeios e fazer o seu show. Existe um projeto que estuda e protege esses simpáticos animais, existindo na ilha principal, uma baía só para eles, para onde retornam ao final do dia, voltando a sair pelas manhãs. Sendo proibida a navegação e mergulho sem prévia autorização no local, existe um mirante, de onde os turistas podem observar toda a movimentação dos golfinhos, especialmente cedo pela manhã.



Os golfinhos oferecem um espetáculo à parte

Outro espetáculo da fauna marinha para o turista são as tartarugas. O projeto Tamar desde 1984 zela no arquipélago pelas fêmeas, ovos e ambientes de reprodução e avalia as suas populações. Assim, esses animais são protegidos por decreto-lei, o qual estabelece a proibição da captura, pesca e molestamento de todas as espécies de quelônios em águas brasileiras. Na ilha principal, existem duas praias protegidas pelo Parque Nacional Marinho, como praias de desova das tartarugas aruanas (*Chelonia mydas*), a praia do Leão e a do Sancho. Nessas praias, o turista

encontrará placas que demarcam locais de desova. Assim, além de poderem ser observadas, quando adultas, em um mergulho, em sua lenta e suave navegação, quando nascem, oferecem um espetáculo impar aos turistas, formando um trilho, como que em uma esteira na praia, indo em direção ao mar desde o local da desova, nesta aventura, são muitas e também muitas não conseguem chegar à idade adulta, sendo predadas antes no ambiente marinho. Esse espetáculo de corrida para a vida das pequenas tartarugas costuma acontecer à noite. É possível ao visitante também adotar uma tartaruga e depois poder, quem sabe, encontrá-la quando adulta.

Na fauna marinha existem também os tubarões que também vivem ao redor do arquipélago, e são temidos pelos turistas, uma vez constatada a forma como eles têm atacado ao longo da costa da cidade do Recife. Entretanto, a espécie mais encontrada no arquipélago é o “Caçã” ou “Lixa” como é conhecido, e mesmos os de outras espécies, como o “Cabeça Chata”, por exemplo, ao navegarem nas águas do arquipélago, não costumam atacar o ser humano, ainda que isto seja possível. Não existem relatos de ataques de tubarão a pessoas no arquipélago, e a razão é muito simples: além de a carne humana não fazer parte da principal alimentação desses animais, o arquipélago possui uma alimentação farta em peixes para eles. Existe na ilha um museu do tubarão, onde se pode conhecer e obter maiores e melhores informações.

A fauna local apresenta ainda uma atração para o turista de Noronha – é a Avifauna. Existem 40 espécies de aves registradas no arquipélago, que abriga as maiores colônias reprodutivas de aves marinhas entre as ilhas do Atlântico Sul Tropical. Dentre as aves protegidas pelo Parque Nacional a mais comum é a viuvinha (*Anous minutus*). Outras aves de grande concentração no arquipélago são a viuvinha grande (*Anous stolidus*), o trinta réis de manto negro (*Sterna fuscata*) e a viuvinha branca (*Gygis Alba*). Em todas as ilhas podem ser encontradas também seis espécies de aves parentes dos pelicanos. Existe ainda um grupo de aves que visita o Parque chamado aves migratórias, de longo percurso, que em geral são provenientes do hemisfério norte e chegam para descansar e se alimentar. São doze espécies de maçaricos e batuíras, sendo a mais comum o vira pedra (*Arenaria interpres*). Uma das boas atrações para o turista que vai a Fernando de Noronha é poder segurar um peixe recém-pescado na praia em sua mão, levantando-a para contemplar o espetáculo das aves que vêm buscar o peixe em sua mão. Algo inconcebível em um grande centro urbano como Recife por exemplo.

Outra grande atração natural para o visitante de Noronha é o mundo subaquático, que pode ser contemplado através de um mergulho, de flutuação (livre) ou autônomo (com equipamento Scuba) ou até mesmo em uma embarcação que possui o fundo transparente e realiza um *tour* ao redor da ilha. Assim, o mergulho é uma

das principais atrações de Fernando de Noronha. Existem três operadoras oficiais que cuidam das operações de mergulho no arquipélago: Atlantis, Noronha Divers e Águas Claras. Existem 24 pontos de mergulho mapeados no arquipélago distribuídos nos níveis de iniciante inexperiente até intermediário, avançado e técnico. Isto se referindo ao mergulho autônomo, o qual o visitante, que nunca fez nenhum curso ou mergulhou com equipamento, pode fazê-lo como acompanhamento dos instrutores das empresas operadoras, é o chamado “batismo”, uma experiência inesquecível. O mergulho livre, para aqueles que não querem mergulhar com equipamento autônomo, é muito praticado nas excelentes piscinas naturais que se formam, principalmente na Baía dos Porcos, sendo também muito praticado na praia do Sancho.



Fonte: José Murilo Rocha – Mar/96

Vista da Bahia dos Porcos e Mapa de Mergulho



Fonte: JNoronha.info

As praias do arquipélago são, sem dúvida, outra grande atração natural do lugar. Considerando o “mar de dentro” (Brasil) e o “mar de fora” (África), como são conhecidas as costas da ilha principal, são treze praias próprias para visitação e banho, além de cinco baías e algumas enseadas. As praias do mar de dentro são: Biboca, Cachorro, Do meio, Conceição, Boldró, Americano, Quixabinha, Bode, Cacimba do

Padre e Sancho. As do mar de fora são: Sueste, Leão e Atalaia. As baías são: a Dos Porcos, Sancho, Dos Golfinhos, De Santo Antônio e Baía do Sueste.

Uma atração das praias, além de suas águas extremamente limpas, é o surfe. Conhecido como “Havaí brasileiro”, a ilha tem nas praias do Bode, Boldró e Cacimba do Padre, as ondas prediletas para os surfistas, pelo fato de possuírem ondas de bom tamanho e tubulares devido a uma bancada de areia bem formada e bastante rasa. Importantes campeonatos de surfe como o WQS, divisão de acesso do campeonato mundial, são ali realizados. Todo mês de janeiro costuma entrar um “SWEL” de grandes proporções, ocasião em que as ondas passam dos cinco a seis metros de altura. O último ocorreu em janeiro deste ano, ocasião em que até algumas embarcações que se encontravam ancoradas no porto de Santo Antônio, foram danificadas.



Fonte: José Murilo Rocha – Mar/96

Fernando de Noronha atrai visitantes de todo o mundo

3.2 Aspectos socioculturais e econômicos

No ano de 2005, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, a ilha era o local do Nordeste com maior Índice de Desenvolvimento Humano (0,862), maior renda *per capita* (R\$ 558,95 em 2000) e maior esperança de vida (75,11 anos). Possuía também menor percentual de pobres (2,74%) e de analfabetos com 25 anos ou mais (6,69%) da região. O que se destaca nesses dados é seu contraste com a média nordestina, uma vez que a principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, a mesma de muitas outras cidades da Região. Para o coordenador regional da Fundação Getúlio Vargas em Pernambuco (2005) e organizador do Mapa do Fim

da Fome no Estado, Jorge Jatobá, a ilha é um caso especial. A população pequena, a grande oferta de trabalho bem-remunerado no turismo, a comunidade bem articulada politicamente são os principais fatores que influenciam a prosperidade do lugar. De acordo com Jatobá, as demandas sociais sempre foram cobradas de forma forte pelos líderes comunitários. A administração do arquipélago nunca deixou de investir em saúde e educação.

O administrador da ilha em 2005, Edrise Aires, concordava que o controle populacional contribuiu para o sucesso do local, mas explica que as regras de migração existem porque há um limite de ocupação do arquipélago que tem duas áreas de proteção ambiental. De acordo com Aires, quanto maior o número de moradores, menor é a quantidade de turistas que a ilha pode receber e como a força motriz de desenvolvimento de Fernando de Noronha é o turismo, controlar o nível populacional da ilha é essencial para que se conquiste bons resultados econômicos. Para ser reconhecido como habitante de Fernando de Noronha é preciso morar na ilha há pelo menos dez anos e, se estiver em idade ativa, desenvolver alguma atividade econômica no local.

Embora esses comentários sejam de 2005, com uma população atual de aproximadamente 3 mil habitantes e um fluxo médio mensal de 2 mil turistas, a realidade não mudou muito de lá para cá, ainda que no último dia 27 de junho, fazendo coro com a onda de protestos do país, o povo de Fernando de Noronha também saiu às ruas por melhores condições de vida.

A principal atividade econômica de Fernando de Noronha é, sem dúvida, o turismo. De acordo com Gisela Maria R. e Nelson A. Quadros Vieira Filho (dez 2007), apesar de a população de Fernando de Noronha ser relativamente recente, o ilhéu tem características próprias bem enraizadas e demonstra grande orgulho de ser "nativo", o que gera certa resistência em aceitar quem vem de "fora". A identidade do ilhéu é defendida na comunidade, em contraposição à identidade dos novos moradores, ou "haoles".

O turismo na ilha apresenta certa ambivalência. Por um lado, representa novas oportunidades de trabalho, geração de renda, valorização sociocultural e consequente estímulo à manutenção dos valores da comunidade. Por outro lado, gera importantes custos sociais, informados em entrevistas realizadas com parte dos moradores, em que se destaca a ameaça ao estilo de vida e à cultura da comunidade local.

Ainda de acordo com os autores supracitados, são marcantes as transformações ocorridas em Fernando de Noronha após a consolidação do turismo como principal atividade econômica no final da década de 1980. Foi nesse período que surgiram as hospedarias familiares e todo um comércio, formal e informal. O turismo é o

maior gerador de emprego e renda de Noronha, proporcionando benefícios econômicos à comunidade, mas, paradoxalmente, traz uma série de impactos socioculturais que afetam a identidade local. Essa transformação, em parte, relaciona-se com o aumento do fluxo de turistas e com o crescimento populacional de moradores temporários, que modificam o espaço físico e o uso do solo urbano, produzindo uma nova ordem espacial. Certas transformações não se restringem às mudanças na delimitação do espaço insular e envolvem novas formas de viver. O contraste socioeconômico entre moradores e visitantes resulta em uma gradual exclusão social da comunidade de certos processos e benefícios advindos da atividade. A relação desigual acarreta uma série de conflitos para os moradores, que percebem o turista de forma ambígua, oscilando entre aceitação e a rejeição.

De acordo com os mesmos autores, ainda que nem toda e qualquer modificação que esteja ocorrendo no espaço insular se deva exclusivamente ao contato com os turistas, os mesmos são vistos pelos ilhéus entrevistados como o grande catalisador de informações e transformações na ilha, aportando novos padrões comportamentais e afetando direta e indiretamente a comunidade local. Nesse processo, a vivência material e imaterial da comunidade não se perde, transforma-se. O que se percebe é que no “tempo de turismo” na ilha é impossível vivenciar o encontro e o conflito entre diversas culturas, cujo resultado ainda é imprevisível, podendo tanto resultar na rejeição da cultura dos “haoles” e turistas pelos ilhéus, quanto em um crescente hibridismo cultural.

4 Conjunto da organização estrutural

4.1 Superestrutura

De acordo com Beni (1998), esse subsistema refere-se à complexa organização tanto pública quanto privada, que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistor. Compreende a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico-administrativa, que se manifesta no conjunto de medidas de organização e de promoções dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor.

Fernando de Noronha, sendo um parque marinho e uma área de proteção ambiental, possui toda uma legislação específica, federal, estadual e distrital. Sendo também distrito do Estado de Pernambuco, existe uma administração local da ilha, sendo cobrada uma taxa de R\$ 45,60, por dia, para cada visitante adulto, sendo a mesma paga, na chegada, no aeroporto ou mesmo pela internet.

De acordo com o site do governo do Estado, cabe ao administrador do arquipélago os seguintes deveres: cuidar do desenvolvimento local, na economia, saúde, turismo, entre outros, prestando contas do que faz ao Estado de Pernambuco; representar o Poder Executivo Estadual no papel de agente normativo e regulador das atividades desenvolvidas no âmbito do Distrito Estadual; preservar e proteger o meio ambiente do Arquipélago de Fernando de Noronha, assegurando a integridade do seu ecossistema natural e a diversificação genética das espécies integrantes de sua flora e fauna, terrestre e marinha; preservar e proteger o patrimônio histórico do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, garantindo a manutenção das características urbanísticas e arquitetônicas das correspondentes épocas históricas; organizar, executar e manter os serviços públicos locais diretamente ou mediante regime de concessão, permissão ou autorização; organizar, dispor e manter os serviços administrativos e de apoio operacional necessários ao contínuo e regular exercício das atividades sob a responsabilidade do Distrito Estadual; e assegurar, organizar e regulamentar o abastecimento da população do Arquipélago quanto às suas necessidades básicas.

De acordo com o site da EcoNoronha, a Área de Proteção Ambiental, criada em 1986, compreende a porção urbana da ilha, bem como áreas destinadas à conservação dos recursos naturais e da vida silvestre, totalizando 1/3 da ilha de Fernando de Noronha. É fiscalizada ambientalmente pelo ICMBio e sob gestão do governo de Pernambuco. A APA tem como objetivo proteger e conservar a qualidade ambiental e as condições de vida da fauna e da flora, compatibilizar o turismo organizado com a preservação dos recursos naturais e conciliar a ocupação humana com a proteção ao meio ambiente.

O Parque Nacional Marinho é a maior parte do arquipélago, 2/3 da ilha principal e inclui as ilhas secundárias. Criado com o objetivo de valorizar os ambientes naturais e a beleza cênica local, protegendo os ecossistemas marinhos e terrestres, preservando a fauna, a flora e os demais recursos naturais, é também fiscalizado pelo ICMBio e administrado na visitação pela EcoNoronha, desde 2012.

A EcoNoronha é a empresa vencedora para a concessão que busca a sustentabilidade e o manejo correto do ecoturismo. Pertence ao grupo Cataratas do Iguaçu S.A, que implantou diversas infraestruturas e serviços turísticos no Parque Nacional do Iguaçu, que resultaram na ampliação e melhoria da qualidade da visitação, com menor impacto ambiental, sendo também a responsável por melhoras no Parque Nacional da Tijuca. Desde setembro de 2012 é cobrado um ingresso (extra TPA) no valor atual de R\$ 75,00 (brasileiro) e R\$ 150,00 (estrangeiro), que também pode

ser pago pela internet, e dá direito ao visitante acessar todas as áreas de visitação pública do Parnamar, suas trilhas e praias.

4.2 Infraestrutura

Conforme Beni (1997), aqui são examinadas as principais classes da infraestrutura relacionadas com o Sistor, as questões relativas à natureza e ao custo dos investimentos necessários e o momento adequado para realizá-los. O que se analisa em maior detalhe neste subsistema, diz ele, é a infraestrutura de acesso com seus componentes viário e de transportes e a infraestrutura urbana, ou seja, aquela que reúne as condições básicas de habilidade e apoio aos equipamentos e serviços turísticos.

De acordo com informações veiculadas no site da EcoNoronha, a primeira etapa das obras do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha está finalizada. O projeto compreende a revitalização e manutenção de trilhas e mirantes, melhoria de infraestrutura nas áreas de visitação e pontos de acesso, acessibilidade, nova sinalização e monitoramento. A previsão de investimentos para o biênio 2012-2013 é de R\$10 milhões e estão sendo investidos nas áreas de concessão, que compreendem o Mirante dos Golfinhos, as praias do Sancho, Sueste, Baía dos Porcos, Leão, Atalaia e Caieiras, bem como várias outras trilhas que levam a diversos pontos de visitação na área do Parque Nacional. Além disso, também será construído o Centro de Visitantes e a Sede Administrativa.

Para a sobrevivência de uma população de 2.630 pessoas (IBGE 2010) e para o atendimento ao turismo crescente praticado no arquipélago, de acordo com o site Portal Noronha, muitos serviços foram sendo implantados. Fornecimento de energia elétrica, abastecimento d'água, educação maternal, infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Saúde, coleta e reciclagem de lixo, obras urbanas, telefonia, comunicações por rádio e televisão, entre outras.

As hospedarias classificadas pela Administração de Fernando de Noronha e Embratur ganham uma identificação de acordo com sua categoria, existindo desde as pousadas mais simples até as mais *top*, com diárias que chegam a R\$ 4.500,00. Em setembro de 1988, antes da criação do Parque Nacional Marinho, havia no Arquipélago um hotel e duas pousadas, com capacidade total de 120 leitos.

O total de pousadas na ilha em 2006 era de 120, de acordo com publicação do Ministério do Turismo. Gloria Maria (2007), em sua tese de doutorado, afirma que existem 132 meios de hospedagem na ilha. O controle da entrada de visitantes certamente contribui para a sustentabilidade na infraestrutura da ilha.



Fonte: pousadatribou.com.br

Existem atualmente em Fernando de Noronha mais de 130 meios de hospedagem

4.3 Cruzeiros

De acordo com o site *viagens.ig.com.br* (Jan 2013), na temporada de cruzeiros de 2010/2011, o licenciamento ambiental concedido ao navio da CVC Blue de France autorizava o desembarque de 700 passageiros, sendo 350 em passeios de barco e 350 em terra. De acordo com a mesma matéria, o navio Ocean Dream, o único que poderia atracar em Noronha para a temporada 2011/2012, tem o dobro da quantidade permitida. Ele também permaneceria por três dias na ilha, em vez de dois, o que facilitaria o revezamento terra/água.(350/350). Na mesma matéria veiculada no site, o oceanógrafo José Martins afirma que os turistas de cruzeiros, por terem apenas um ou dois dias para conhecer a ilha, provocam uma sobrecarga instantânea no ecossistema local, já que todos tendem a se concentrar em um mesmo lugar, ao mesmo tempo. Também afirma, como responsável pelo projeto golfinhos-rotadores, que dados do projeto da ONG indicam que os golfinhos-rotadores estão abandonando Fernando de Noronha. Fato relacionado diretamente ao incremento do número de vindas dos cruzeiros.

Conforme matéria publicada no caderno suplementos/turismo, do *Jornal do Comércio*, no último dia 2 de julho de 2013, o arquipélago de Fernando de Noronha só suporta receber navios que operem com, no máximo, 750 passageiros. Autoridades alegam que um número maior do que esse é o suficiente para causar impactos ambientais na ilha. Como na última temporada (2012-2013) não contou com transatlânticos que seguissem esse limite, Fernando de Noronha ficou então sem receber cruzeiros por um bom tempo. De acordo com a mesma matéria, essa realidade mudará a partir de 30 de novembro, quando o arquipélago passará a acolher o navio Louis Aura, da República de Malta, fretado pela BCR Turismo. A matéria diz ainda

que a coordenadora de Ecoturismo de Fernando de Noronha, Luciana Carvalho, vê com bons olhos a volta dos cruzeiros, pois a operação movimentava a economia na ilha e oferece outra opção de entrada aos turistas, além do transporte aéreo – só este é responsável por trazer uma média de 246 pessoas por dia diariamente ao arquipélago. De acordo com Minton Sanches, presidente da BCR Turismo, o navio só ficará um dia e meio na ilha, e Luciana Carvalho, coordenadora de ecoturismo da ilha, afirma que geralmente 50% dos turistas desembarcam para circular pela ilha, os outros 50% permanecem na embarcação. Para aqueles que desembarcarem, Luciana frisa que haverá todo um suporte para exploração de Fernando de Noronha. “E eles serão divididos em grupo. Cada um irá para um lugar diferente. Toda a operação será acompanhada pela administração local e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), afirma Luciana.



Fonte: Louis Cruises/Divulgação

A volta dos cruzeiros a Fernando de Noronha movimentava a economia da ilha

4.4 Água doce

A água doce é sempre um problema na ilha. Existem poucos açudes na ilha e a estação de chuvas é “curta” correspondendo ao período de “inverno” que vai do fim de fevereiro ao fim de agosto. De acordo com o site ilhadenoronha.com.br, um dessalinizador foi instalado pelo governo de Pernambuco utilizando água do mar. O dessalinizador marinho representa um importante reforço no abastecimento de água para a comunidade de Fernando de Noronha. O equipamento é formado por dois módulos operacionais que podem funcionar até 18 horas por dia, produzindo 288 mil litros de água potável, o que representa 40% do consumo da Ilha. Com a pou-

ca água existente, também o lixo, pela quantidade de garrafas PET deixadas, é grande (70% do total de lixo), afirma o site da empresa EcoNoronha. Neste sentido, com o objetivo de reduzir o lixo exagerado, a empresa implantou, desde 23/04, o abastecimento de água gelada para os visitantes em *squeeze*, nos PICs (postos de informação e controle) Golfinho Sancho e Sueste que dão acessos às respectivas baías.



4.5 Transportes

De acordo com o site ilha de Noronha, a maioria das ruas de Noronha é de terra. Só há uma estrada, a BR-363 – com 7 km de extensão, que liga o porto à Baía do Sueste. Os carros e motos que circulam na ilha, bem como mantimentos, são transportados por embarcações que fazem a travessia somente para esse fim. Não é permitido o transporte de passageiros a turismo. Carros(buggy) e motos podem ser alugados. A EcoNoronha implantará em breve também aluguel de bicicletas.

Existe um ônibus circular que, de acordo com o site, o turista pode utilizar esse serviço (tarifa por volta de R\$ 3,10) oferecido pela Administração, que faz a linha Sueste Porto de Santo Antônio com entrada nas vilas, funcionando das 5h às 22h. Serviços de táxi também estão disponíveis.

4.6 Bancos

No site ilha de Noronha, encontramos a informação de que atualmente existe uma agência bancária com três caixas eletrônicos, que funciona na ilha das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira, e não faz serviços de câmbio; recomenda-se fazê-lo no continente antes do embarque. Após o fechamento da agência, as pessoas podem utilizar os serviços de caixas eletrônicos interligados à rede do Banco 24 HORAS

(no aeroporto) e o terminal da Caixa Econômica Federal num supermercado. A ilha também tem um Banco Postal do Bradesco em convênio com os Correios ECT.

4.7 Restaurantes

De acordo com o site fériasbrasil.com.br, foi-se o tempo em que, em Fernando de Noronha, as refeições eram feitas apenas nas pousadas/pensões. Hoje, bons restaurantes se espalham pela ilha. A maioria é especializada em frutos do mar, mas há opções em massa e comida japonesa. A maioria dos restaurantes só abre a partir das 18h. São atrações típicas da ilha o bolinho de “Tubalhau” e a tapioca, na rampa da Vila dos Remédios.



Atualmente, há vários restaurantes para atender turistas

5 Conjunto das ações operacionais – Mercado

5.1 Oferta e demanda

Como mostrado no início, o principal produto turístico de Fernando de Noronha são seus próprios atrativos da natureza. A motivação “ecoturismo” tem se mantido a principal razão da viagem, mas, principalmente o segmento de mergulho tem demonstrado um grande crescimento. Todos esses atrativos turísticos mantêm sempre alta a procura por Fernando de Noronha. A oferta, espera-se, será sempre o mesmo Patrimônio Natural da Humanidade, devidamente preservado, mantendo-se sempre sob controle, o número do fluxo de turistas e a capacidade de instalações e infraestrutura.

5.2 Preços

Com a distância do continente e a desproporção crescente entre oferta e demanda, os preços, tanto na infraestrutura geral, quanto ao deslocamento até o arquipélago, tendem a ser manter em alta principalmente na alta estação. Existem promoções fora deste período. A Administração do Distrito promove, desde 2012, a temporada “Mais Noronha”, uma campanha de baixa estação, com preços reduzidos em todos os serviços, desde a passagem até aos restaurantes. Na primeira edição da campanha houve um aumento de cerca de 31% no fluxo de turistas, nacionalmente, na baixa estação

5.3 Agências

De acordo com Widner (2007), naquele ano já haviam nove agências de turismo em Noronha. Hoje, diversas em todo o país vendem pacotes. Só a CVC, bloqueou no início deste ano 60 lugares em vôos e pousadas para seus clientes, com saídas semanais às quartas e domingos.

5.4 Vôos

Existem vôos a partir de Recife ou Natal. As empresas Gol e a Azul são as empresas que fazem vôos regulares para o arquipélago, sendo que a Gol só opera de Recife. É importante lembrar que o horário de Fernando de Noronha em relação ao de Brasília é uma hora a mais.

6 Considerações finais

Pelo que foi exposto neste artigo, chegamos à conclusão de que, apesar de o tema da sustentabilidade em Fernando de Noronha ser bastante amplo, cabendo muito mais considerações do que o que aqui foi descrito, como por exemplo, se está se tratando de sustentabilidade do Turismo ou da Ilha propriamente dita ou dos dois ao mesmo tempo e do fato de haver muita discussão acerca de uma já descaracterização da ilha, apesar disso, tem havido por parte das autoridades sim, ao longo dos 25 anos, uma preocupação e, mais que isto, um cuidado manifestado através de uma legislação pertinente e eficaz, para uma sustentabilidade não só do Turismo, mas, principalmente da ilha em si. Claro que o que já foi conquistado neste sentido requer uma constante vigilância para permanência, por meio não só das autoridades, como também da sociedade brasileira. É claro, também, que sempre

haverá muito por se fazer no sentido da sustentabilidade no local e na atividade do turismo, que sempre andarão juntos, pois a ilha, pode-se assim dizer, já está estabelecida como um dos principais roteiros turísticos do mundo.

Desta forma, que toda gestão por uma sustentabilidade possa continuar sempre presente e eficiente nos dois sentidos, da ilha e da atividade turística, mesmo que em um nível mínimo, para que as futuras gerações possam desfrutar das mesmas belezas deste paraíso ecológico chamado Fernando de Noronha.

Referências

BENI, Mário Carlos. *Análise Estrutural do Turismo* – São Paulo: Ed. Senac, 1998..

ADMINISTRAÇÃO. Administração do arquipélago. Disponível em <http://www.noronha.pe.gov.br/>. Acesso em 18 de jul de 2013.

Editoria Férias Brasil. *Onde comer em Fernando de Noronha*. Disponível em <http://www.feriasbrasil.com.br> . Acesso em 25 de Jul de 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fernando de Noronha-Síntese de Informações. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de Jul de 2013.

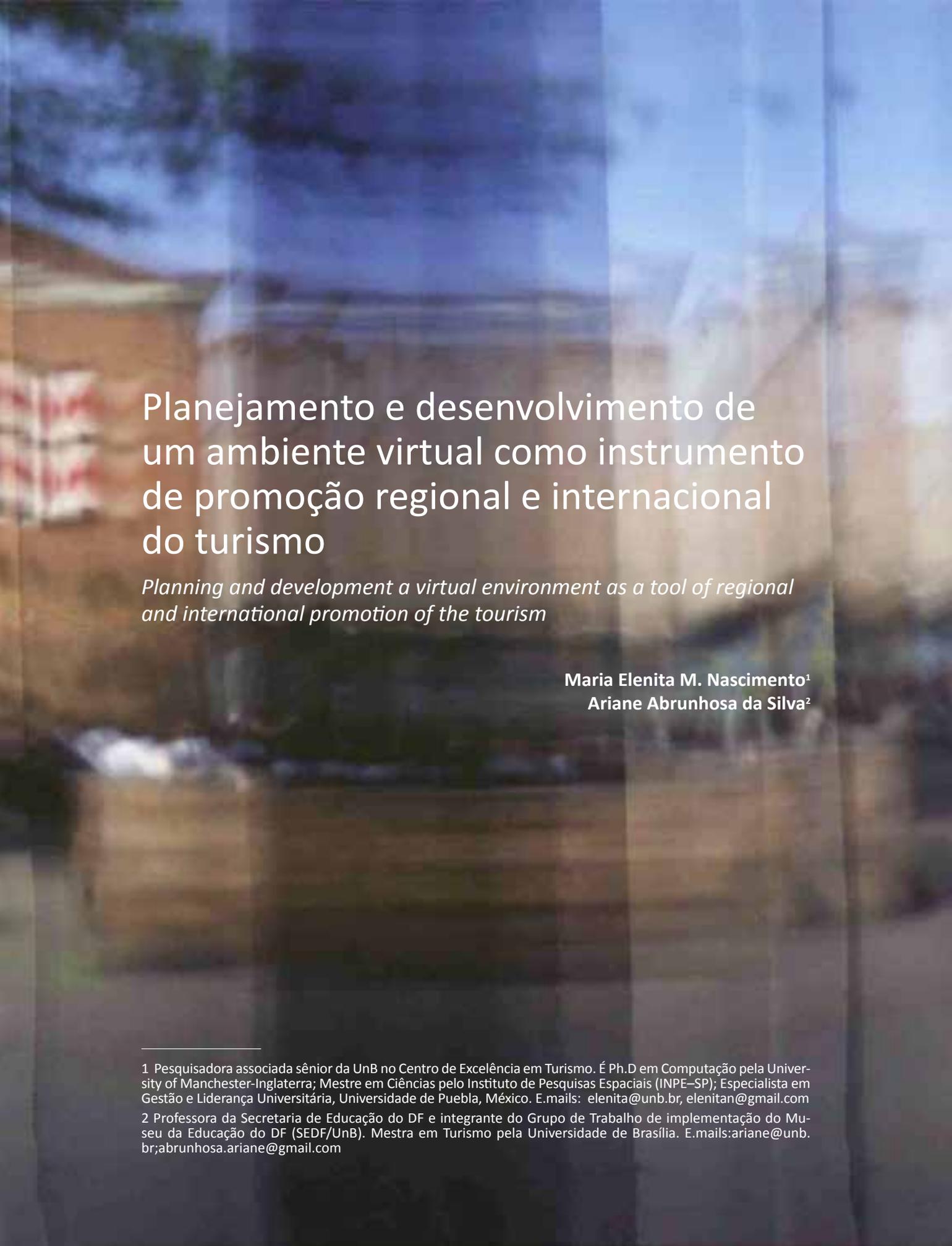
INFANTE, Alan. *Fernando de Noronha: um paraíso habitado*. Disponível em [WWW.penuud.org.br](http://www.penuud.org.br). Acesso em 20 de Jul de 2013.

MELO, Ana Luiza. *Fernando de Noronha com preços mais baratos*. Disponível em <http://parnanoronha.com.br>. Acesso em 21 de Jul. de 2013

LEITE, Cinthya. *Fernando de Noronha volta a receber cruzeiros em novembro*. Disponível em <http://jconline.ne10.uol.com.br>. Acesso em 25 de jul de 2013.

Redação. *Ameaça de lotação em Fernando de Noronha preocupa ambientalistas*. Disponível em <http://viagens.ig.com.br>. Acesso em 25 de Jul de 2013.

WIDNER, Glória Maria. *O Título de Patrimônio da Humanidade e seus efeitos sobre o turismo em Fernando de Noronha*. Tese de Doutorado disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br>. Acesso em 23 de Jul de 2013.



Planejamento e desenvolvimento de um ambiente virtual como instrumento de promoção regional e internacional do turismo

Planning and development a virtual environment as a tool of regional and international promotion of the tourism

Maria Elenita M. Nascimento¹
Ariane Abrunhosa da Silva²

1 Pesquisadora associada sênior da UnB no Centro de Excelência em Turismo. É Ph.D em Computação pela University of Manchester-Inglaterra; Mestre em Ciências pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE-SP); Especialista em Gestão e Liderança Universitária, Universidade de Puebla, México. E-mails: elenita@unb.br, elenitan@gmail.com

2 Professora da Secretaria de Educação do DF e integrante do Grupo de Trabalho de implementação do Museu da Educação do DF (SEDF/UnB). Mestra em Turismo pela Universidade de Brasília. E-mails: ariane@unb.br; abrunhosa.ariane@gmail.com

Resumo

Este artigo é decorrente de uma pesquisa aplicada realizada com o objetivo de conceber um paradigma de museu virtual, cujo planejamento e desenvolvimento contou com aportes conceituais, teóricos e empíricos dos campos do turismo e da museologia. O trabalho resultou na construção de um ambiente virtual, de modo a aproveitar o potencial da internet como hipermídia e suporte da oferta de informações, serviços e cenários promocionais da Capital da República como destino turístico. A metodologia utilizada é uma análise comparativa dos museus virtuais presentes na internet e complementada por fontes secundárias, de modo a se inferir um modelo de museu virtual, com uma aplicação prática: apresentar um acervo de informações e um acervo de imagens de uma cidade-patrimônio-cultural-da-humanidade que, sendo na realidade um museu a céu aberto, poderá ser visitada por meio da realidade virtual. A pesquisa gerou um produto – o Museu Virtual de Brasília – o qual pode tornar-se parâmetro para iniciativas semelhantes.

Palavras-chave: Museu virtual. Tecnologia da informação. Patrimônio cultural e inovação.

Abstract

The aim of this applied research is to design a virtual museum paradigm, which includes contributions on conceptual, theoretical and empirical fields of tourism and museology and planning and development for these areas. The research resulted in the construction of a virtual environment, in order to harness the potential of hypermedia and the internet as support to offer information, services and promotional scenarios of the capital city of Brazil as a tourist destination. The methodology is a comparative analysis of Virtual Museums on the internet and complemented by secondary sources in order to infer a model of virtual museum with a practical application: to present a wealth of information and a collection of images of a city that, being actually a human cultural asset and open air museum, can be visited by means of virtual reality. The research generated as a product - the Virtual Museum of Brasilia - which can become a reference for similar initiatives.

Keywords: Virtual Museum; Information Technology, Cultural Heritage and Innovation

1 Introdução

Brasília poderá se transformar em importante polo de atração, como prevê o Plano Nacional de Turismo (PNT, 2007-2010), desde que algumas estratégias sejam efetivadas, entre elas a elevação da cultura e do patrimônio histórico, artístico e cultural a patamares de distinção internacional. Mas, para isso, é preciso levar em consideração que uma cultura do turismo é consolidada por diversos fatores, entre eles, a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental, meios de hospedagem, infraestrutura, engajamento dos vários atores sociais do turismo (governo, empresários e comunidade local), respeito às diferenças e a promoção ao diálogo intercultural.

A cidade que foi estrategicamente planejada para ser a nova Capital e parte de um desafio de interiorização do País aceito pelo presidente Juscelino Kubitschek, no início dos anos 1950, representa uma obra artística única. Concebida pelo urbanista Lucio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, Brasília recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), no dia 7 de dezembro de 1987, em homenagem à riqueza e à singularidade dos vários aspectos do seu conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico. Foi a primeira vez que um bem contemporâneo entrou na galeria dos monumentos universais.

No entanto, passados 53 anos da inauguração, a Capital não consegue estar presente no imaginário do povo brasileiro a ponto de gerar um fluxo de turismo mais intenso e permanente. Neste contexto, propôs-se o estudo e planejamento de um museu virtual, tendo como objetivo a preservação, a promoção e divulgação da Capital da República nos aspectos arquitetônicos, urbanísticos, históricos e culturais e, conseqüentemente, turísticos.

O Museu proposto tem caráter de uma galeria virtual, construída especialmente para abrigar várias exposições sobre Brasília. A ideia é apresentar uma sistematização das informações e encontrar a melhor maneira para apresentar as atrações turísticas e valorizar o plano urbanístico de Lucio Costa. Ou seja, o acervo do museu é a representação, no mundo virtual, de parte do patrimônio cultural inserido na maior área tombada do mundo, cuja extensão é de 11.225 km². A essa área somam-se ainda algumas frações do território do Distrito Federal usado para fins de turismo como: O Parque Nacional de Brasília (conhecido como parque da Água Mineral), o prédio do Catetinho, O Museu Vivo da Memória Candanga, entre outros. Parte-se do princípio que a preservação de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade é estratégica como um elemento de cidadania e identidade para os brasileiros.

Essa estrutura torna possível que milhares de pessoas em todo o mundo, que não costumam frequentar museus e galerias, possam partilhar do prazer de ver representada, de diversas formas, a capital brasileira, e assim despertar o desejo de

conhecer *in loco*, a cidade considerada por seus habitantes, como um museu a céu aberto. Propõe-se ainda que o Museu Virtual seja uma fonte de informação, de pesquisa e divulgação de Brasília, permanentemente aberta ao público, em qualquer local do planeta. Considerando que os conteúdos serão traduzidos, isso possibilitará o acesso aos mais variados públicos internacionais, especialmente, para os novos e jovens consumidores de turismo, que se utilizam da internet para planejar suas viagens e anteverem os locais escolhidos para serem visitados.

Para tanto, tivemos como objetivo geral conceber e implementar um modelo de Museu Virtual, que seja também um centro de memória digital, com potencialidade de informar e divulgar Brasília, no Brasil e no Exterior, como a cidade que reuniu os princípios do urbanismo moderno no século XX. Mais especificamente, objetivamos também buscar compreender os aspectos conceitual, teórico e metodológico da correlação entre museologia e virtualidade aplicada ao turismo; realizar uma análise comparativa de experiências de museologia e virtualidade, levando em consideração a presença de elementos que se caracterizem como “indicadores de turisticidade” nos diferentes tipos de museus virtuais; realizar pesquisa com vistas à produção de um modelo de museu virtual para promoção de turismo; propor modelos de interface para um museu virtual e, em seguida, implementar um modelo de museu virtual (site).

Brasília é um objeto turístico, patrimonial, cultural, dotado de uma universalidade (reconhecida pela Unesco), embora permaneça como um tesouro oculto, em um mundo da hipervisibilidade permitida pelos meios de divulgação, em especial a internet. Nesse contexto, buscou-se nesta pesquisa, comprovar a viabilidade de um museu virtual – associado a uma cidade e a um objetivo de promoção do turismo. Para isso utilizou-se uma análise comparativa de museus virtuais presentes na internet e tendo como base a presença de indicadores de turisticidade, que são elementos que, estando presentes nos museus virtuais, servem tanto à museologia quanto ao turismo.

2 Turismo cultural

Na atualidade, as exigências mercadológicas impõem uma segmentação do mercado turístico, cada vez maior, com a intenção de identificar clientes com comportamentos semelhantes em relação a gostos, tempo de permanência e tipos de recursos envolvidos. Não falamos mais somente de turismo, mas de modalidades de turismo. Brasília tem se caracterizado como um destino de turismo de negócio, mas a beleza e a originalidade de sua arquitetura abrem a possibilidade de estimular um maior interesse por um turismo com características culturais que tenha seu foco no patrimônio arquitetônico e artístico. De acordo com Costa (2009):

O objeto do turismo cultural é formado pelos elementos resultantes dos recursos culturais – materiais e imateriais – do local ou grupo visitado. Assim, os objetos que desencadeariam a visita do turismo cultural seriam os bens originários da cultura e formadores do patrimônio cultural local visitado, em todos os seus múltiplos níveis.

Os bens materiais e imateriais (ou intangíveis) são objetos de estruturação de um turismo que visa levar o visitante a conhecer *in loco* estes recursos. No entanto, existem outras linhas de entendimento sobre turismo cultural, mas neste trabalho utilizou-se as concepções tradicionais que privilegiam o conhecimento de outras culturas por meio de seus bens culturais e na interação com outros grupos sociais e/ou com indivíduos de culturas diferentes.

Brasília é aqui percebida pela sua cultura, portanto, em um contexto de uma cidade que apresenta ao turista um diferencial em matéria de valores e *ethos*. Este diferencial consiste num valor específico, enquanto patrimônio cultural, sendo esse patrimônio organizado como um sistema, por sua vez, desdobrado em valores e símbolos: arquitetônicos, artísticos e, evidentemente, históricos. Nesta pesquisa escolheu-se trabalhar com a noção de cultura de Geertz (1978):

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assume a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas sim uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente explicações que se procura, analisando expressões sociais em sua enigmática superfície.

No caso de Brasília, muito antes das magníficas edificações tomarem forma, uma ideia ganhava corpo e se consolidava na medida em que se cultuou durante mais de dois séculos a proposta da mudança da Capital para o interior do País. Brasília, cidade com apenas cinco décadas, tem atrás de si uma arqueologia, a arqueologia de uma ideia, perseguida ao longo dos séculos. Com um discurso calcado pela necessidade de um lugar estrategicamente seguro, distante do mar e das possíveis invasões, com clima agradável e terras férteis, que possibilitassem o desenvolvimento do interior do país, a ideia da transferência amadurece e vai ganhando legitimidade institucional necessária para ser viabilizada. Pode-se dizer que houve um cultivo de um discurso mudancista, como nos lembra Queiroz (2003, p. 149):

[...] o valor intangível do bem patrimonial em Brasília vem antecipadamente na permanência da vontade política representada pelas decisões constitucionais, nos trabalhos das sucessivas missões de cientistas, técnicos e artistas na procura deste lugar escolhido, tudo antecedendo à materialização da obra que tornou realidade a imaterialidade do sonho, da utopia.

Já o Museu Virtual de Brasília se insere dentro do contexto de ciberespaço e, se constitui como um instrumento cultural dentro desse espaço tecnológico. Logo, também é parte de uma forma de cultura, hoje conhecida como *cibercultura*. Desenhado na sua estrutura para funcionar, literalmente, como um “site” de cultura e, portanto, uma mídia cultural. No entanto, é um artefato que não veio totalmente dado culturalmente, como herança. E sim, um bem processual, em processo de cultivo.

Tal como a ideia da construção precisou ser cultivada, o Museu Virtual de Brasília, precisa cultivar seu acervo, ou seja, precisa estimular o cultivo do patrimônio cultural de Brasília, com sentido de ajudar a consolidar uma cultura referente ao valor simbólico da Capital para os brasileiros, como expressão de ousadia, de coragem, de criatividade nacional, como uma cidade que representa valores de nacionalidade e cidadania. Assim sendo, é preciso valorizar a história e a memória da cidade e de seus personagens e criar novos simbolismos relacionados à Capital da República. Pois é entre a cultura do que é socialmente dado como culto e a possibilidade de que ‘novos’ valores possam ser cultivados que se delineiam as brechas para que o próprio espaço social seja dinâmico e aberto a intervenções.

Esse cultivo, por sua vez, implica a ideia de promoção³, conceito extremamente caro ao contexto de uma sociedade midiática e mercadológica e, portanto, sacudida em vários momentos pelas proposições que circulam num sistema de trocas. A mercadologia, como entendem os autores consagrados no campo do marketing, não se restringe às trocas mais primárias (compra e venda), mas, sobretudo, avança para a sofisticação das trocas simbólicas, de maneira que, mesmo quando se está literalmente vendendo alguma coisa, o que se vende não é a coisa em seu *valor de uso*, mas, sobretudo, em seu *valor de troca*, por exemplo, o prestígio ou *status* conferido a quem tem o carro do ano. Logo, o conceito de *marketing* precisa ser especificado, pois está se tratando de promoção de valores e ideias, deste modo, o *marketing social*, termo surgindo na década de 70, do século passado, para tratar de transformações de valores e comportamentos, talvez, seja o que mais se aproxima da intencionalidade deste trabalho.

Marketing social é uma estratégia de mudança de comportamento. Ele combina os melhores elementos das abordagens tradicionais da mudança social num esquema integrado de planejamento e ação, além de aproveitar os avanços na tecnologia das comunicações e na capacidade de marketing. “[...]. O abandono de uma ideia ou comportamento adverso ou a adoção de novas ideias e comportamentos é o objetivo do marketing social. O ‘produto’ a ser colocado no mercado são ideias e

3 Promoção: um conjunto de atividades de comunicação de marketing que visam fortalecer a imagem de uma marca, instituição ou indivíduo ou ainda, influenciar pessoas na escolha de determinado produto, serviço, comportamento (propaganda, relações públicas, marketing direto, venda pessoal. ((KOTLER, P.; ARMSTRONG, 2007).

comportamentos” (KOTLER, 1992, p. 25-26)”.

Para este trabalho importa o alcance social que os valores culturais, emanados do ambiente virtual, com o sentido de fortalecimento de um patrimônio cultural constituído, podem ter. Sendo assim, o marketing ganha a denominação de cultural, aquele que se encarrega especificamente de funcionar como estratégia de validação (legitimação coletiva) de propostas. E o P de promoção consequentemente estará a serviço da cultura (aquela que pode ser cultivada – promovida) e das mais variadas modalidades de cultura: no contexto aqui presente, a cultura do turismo.

3 Patrimônio cultural

A atualização da noção do patrimônio, tanto no plano internacional, como no plano nacional, termina sendo refletida na Constituição brasileira de 1988, fica explicitada no texto por meio do artigo 216⁴.

A Constituição faz referência a patrimônio cultural brasileiro, que, segundo o Iphan não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. Considerando que este trabalho trata da representação de alguns elementos constitutivos de uma cidade, no espaço virtual, com fins de promoção turística e preservação patrimonial, escolheu-se um recorte patrimonial que fosse mais simbólico para Brasília. Assim, optou-se por uma noção de patrimônio cultural com foco na arquitetura e no urbanismo, especialmente, nas obras de Lucio Costa e Niemeyer, presentes na área tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade. Mas não de uma forma estanque, pois está se trabalhando com objetivo de construir um museu virtual de uma cidade dinâmica. Logo, esses conteúdos serão apresentados dentro de um contexto de humanização, que fez parte da criação e da consolidação da Capital. Entendendo-se aqui como humanização, os valores históricos, estéticos, etnográficos e artísticos, entre outros. Valores estes que recheiam a cidade de sentidos e a fazem antes de ser um espaço turístico, se constituir em um espaço urbano que abriga várias funções, entre elas a de sediar as instituições administrativas e políticas do país.

4 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: a) as formas de expressão; b) os modos de criar, fazer e viver; c) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; d) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

3.1 Memória coletiva

Neste trabalho foi considerada a acepção referente à memória coletiva, ou seja, aquela que é parte de um determinado grupo social, que se expressa a partir de referências criadas e que são externalizadas e re-atualizadas por meio de símbolos e signos presentes num determinado contexto cultural. O conceito de memória social ou coletiva vem sendo trabalhado por vários autores, entre eles Pollak (1989, p. 3) que irá se apoiar em Maurice Halbwachs (*La Mémoire Collective 1968*):

Há diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Os monumentos são esses lugares da memória. O patrimônio arquitetônico e seu estilo, as paisagens, as datas e personagens históricos, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e também as tradições culinárias, enfim, todos esses elementos que nos acompanham por toda a nossa vida. Na tradição metodológica durkheimiana torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória que ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

O patrimônio entra como um elemento-chave de rememoração, ou seja, motivador de uma atualização da memória. Assim, no passado memorado através dos ícones da beleza arquitetônica brasileira, encontra-se a Nova Capital, que possibilitou o desenvolvimento do interior do país, e representou um exemplo concreto da genialidade e da criatividade humana, uma prova clara da capacidade de vencer desafios do povo brasileiro, além da materialidade de um sonho, sonhado por muitos brasileiros. Deduz-se portanto, que o turismo, a memória e o patrimônio cultural andam juntos. E que a consolidação do turismo na Capital não pode relegar a necessidade de imprimir conteúdos históricos e culturais nas trilhas turísticas que se formam a partir do patrimônio de Brasília.

4 Museu virtual: espaço de mediação

Está surgindo dentro da museologia uma categoria totalmente nova de museus, com outras funcionalidades que vão além da salvaguarda dos bens patrimoniais e restauração de acervos. São essas funcionalidades que estão sendo descobertas e construídas nesse nosso momento histórico. Como esta modalidade de museu é recente, há pouca literatura sobre o assunto, logo, as definições sobre museu virtual estão sendo amadurecidas e aprimoradas. Uma definição ampla e com base nas potencialidades de comunicação do ambiente virtual é expressa por Henriques

(2004, p.11): “o museu virtual é um espaço virtual de mediação e de relação do patrimônio com os utilizadores. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado patrimônio”.

No caso de um museu virtual de Brasília estaremos privilegiando exatamente essa relação entre um patrimônio e a mediação que se pode estabelecer com o público, com objetivo de ilustrar a importância histórica, artística e cultural desses bens para a construção de uma identidade nacional e para a cultura brasileira. Além disso, esta proposta tem especificidades muito próprias, no momento em que contempla a virtualização de um acervo material que está a céu aberto, inserido num contexto cultural e sua visitação deve ter como alvo os potenciais turistas.

Para o aprimoramento deste objetivo, levamos em conta o método de investigação em dois momentos. No primeiro momento, para investigação dos elementos de suporte à construção do modelo do Museu Virtual de Brasília foram utilizados os seguintes passos: análise comparativa de museus virtuais disponíveis na internet, com a intenção de buscar similaridades e diferenças entre os ambientes pesquisados, na sua relação com o turismo; definição da amostra – foram definidos quinze museus para compor a amostra que foi estruturada mediante as experiências de museus virtuais já existentes, preferencialmente entre aqueles que mais se aproximavam da temática da proposta de pesquisa: museus de arquitetura, artes, cidade, e de patrimônios mundiais⁵; e seleção de museus e criação de categorias (definidas por similaridade) para subdividir a amostra.

No segundo momento foram elencados os “Indicadores de turisticidade” para apoiar a análise. Esses indicadores foram apontados entre os elementos que, estando presentes nos museus virtuais, dessem suporte tanto à museologia quanto ao turismo. Ou seja, a suposição básica foi que eles pudessem ser utilizados para despertar o interesse turístico e servir de paradigmas na construção de um modelo de museu virtual, que tenha como acervo o patrimônio cultural de uma cidade. Os indicadores eleitos foram:

- a existência de um acervo material importante para ser visitado em um local/prédio específico e com endereço relacionado no ambiente virtual;
- apresentação de funcionalidades como: exposições virtuais on line, fotografias 360 graus e/ou programas de fotos que reproduzam os objetos em vários ângulos (imagens em 3D), considerando que a utilização dessas funcionalidades sirva para tornar mais compreensível e atraente a visualização do acervo do museu;

5 São eles: 1) Museo Virtual de Artes /MUVA; 2) Museu Virtual de Arte brasileira; 3) Museum of Art modern (Moma); 4) The virtual Museum of Canadá; 5) The virtual Diego Rivera web museum; 6) European virtual museum; 7) Guggenheim; 8) The virtual museum Iraq; 9) Museu do Louvre; 10) Museu Nacional de Arqueologia; 11) Museu Virtual de Ouro Preto; 12) Sierra Nevada Virtual Museum; 13) Van Gogh Museum; 14) The Vatican museum; 15) Museu Virtual de Viana do Castelo.

- a presença de informações explicativas sobre as peças dos acervos que são apresentados aos internautas que visitam esses museus (também chamado no turismo de interpretação do patrimônio e tem por base a filosofia interpretativa);
- o mecanismo de venda de ingressos (*tickets*) *on line*, para visitação ao museu, onde está localizado o acervo material; mecanismos para venda de *tours* turísticos relacionados ao universo temático do museu (dentro ou fora do museu) ou, ainda, outros tipos de *tours* turísticos e serviços que estimulem a ida ao local;
- ambiente com tradu o para mais de uma língua, com vista   amplia o de público com interesse pelo tema tratado no museu;
- links e/ou disponibiliza o de informa es sobre rede hoteleira local, Centro de Atendimento ao Turista (CAT), restaurantes, entre outros;
- indica es para outros museus, em outras cidades, ou referências para outros patrim nios com características semelhantes, que possam também ser visitados.

4.1 Análise e compara o

A análise e compara o dos dados demonstraram que existem elementos que servem bem, tanto   museologia quanto ao turismo, como apontam os indicadores de maior incidência. Estes indicadores referem-se às informa es sobre os artefatos representados nos ambientes museológicos, a exemplo de legendas nas peças que estão em exposi o. Também com um significativo número de incidência estão: os acervos importantes para serem visitados; exposi es virtuais e funcionalidades, que auxiliam a apresenta o dos acervos; e a tradu o para outros idiomas.

Esses indicadores parecem ser parte de uma estrutura museológica virtual que está sendo construída e que aos poucos se consolida. Com uma presença tímida, estão os mecanismos de venda de ingressos, de *tour* turístico e sugestões de outros espaços culturais a serem visitados. A indica o de hotéis, restaurantes e outros serviços turísticos no ambiente museológico virtual foram observados em apenas dois museus virtuais. A partir dos resultados foram gerados subsídios para o desenvolvimento de um modelo do referido Museu Virtual de Brasília.

5 O Museu Virtual de Brasília

Esta se o apresenta uma sequência de sugestões de interfaces, fruto dos resultados da pesquisa, que reunidas a todas as outras recomenda es, podem ser utilizadas no desenvolvimento de um ambiente com as características de um museu virtu-

al que sirva também ao turismo. Pode-se dizer que “modelos” são representações e estruturação de ideias, conhecimentos, sistemas e fenômenos, com a finalidade de: visualizar o que foi idealizado; prevenir e detectar problemas; explicar a ideia para quem vai desenvolver/construir (técnicos); testar o funcionamento; e providenciar pequenos ajustes com objetivo de aprimoramento e economia de recursos.

Os modelos de interface aqui apresentados seguem uma concepção pedagógica, com vista a proporcionar um primeiro entendimento do ambiente proposto. São apresentadas somente as páginas principais. A figura 1 apresenta a abertura do museu virtual de Brasília, cujo endereço é: www.museuvirtualbrasil.org.br

Figura 1 - Imagem da abertura do MVB



Escolheu-se proposadamente não utilizar uma abertura mais elaborada, devido a dois fatores: o tempo de espera para carregar o programa; ausência de tempo livre e a quantidade de informações disponíveis hoje na rede. Então, a opção foi por uma imagem transparente, em azul, que se reparte e deixa livre a visualização da imagem da página principal. O azul foi escolhido em uma alusão ao céu de Brasília, considerada a mais linda beleza natural da Capital. A Figura 2 apresenta a página principal do museu que é constituída de dois menus na vertical, sendo o menu principal do ambiente e um menu secundário, onde o internauta tem acesso às fotografias em 360 graus.

Figura 2 - Página principal do MVB



Escolheu-se colocar as imagens em 360 graus, na primeira página, por se tratar de um recurso importante para o turista que deseja visualizar a cidade da forma mais realista possível. A opção por uma construção baseada em informações imagéticas também trouxe a decisão do uso de uma fotografia do Eixo Monumental com vista do Congresso Nacional e a amplidão do céu, no fundo da página. O menu principal se divide em: O Museu; A Cidade; Exposições, A História, Arte e Cultura, Turismo; Eu sou Candango; Contato e por último as logomarcas dos patrocinadores que se intercalam, num espaço de tempo de segundos.

6 Considerações finais

A pesquisa apresentou a concepção de um museu virtual como centro de memória digital, com potencialidade de informar e divulgar Brasília, no Brasil e no exterior, como a cidade que reuniu os princípios do urbanismo moderno, no século XX. Poderá, no entanto, com as adaptações necessárias, servir de paradigma para outras cidades e regiões, como já acontece no exterior, onde cidades se articulam para o funcionamento de museus consorciados.

Conclui-se que a internet e sua prática de digitalização e publicização das informações em todos os setores, também atingiram o turismo e as mais diversas formas de sua promoção, dentre elas a museologia virtual. Os “indicadores de turisticidade” inferidos comprovaram o que prevíamos e ajudaram a construir uma representação

do patrimônio, organizada de forma a servir tanto ao turismo quanto à museologia. Uma representação fundamental para construção de uma memória social da cidade e para atualização dessa memória. Essa representação colaborou para diminuir a intangibilidade do turismo e para a promoção de valores relacionados à consolidação de uma cidade como patrimônio cultural. Como acontece nos espaços museológicos tradicionais, que também são turísticos e onde o público é o elemento essencial para as duas atividades, no ciberespaço as complementaridades são alargadas, pois se trata de um extenso suporte e de uma hipermídia, com poder de comunicação em todo mundo.

“Musealizar” um espaço urbano não significa torná-lo fixo no tempo, até mesmo porque isto seria inviável, levando em consideração que as próprias definições do que é tido como museu estão em constantes atualizações. Espera-se que o Museu Virtual de Brasília auxilie outras concepções de comunicação cultural, onde a utilização do patrimônio deve ser um recurso educacional e turístico, entre tantas outras possibilidades. Mas para que isto aconteça, o patrimônio precisa ser cuidado, preservado e valorizado.

Um museu virtual demanda uma prática cotidiana que associe pesquisas, preocupação com a formação de acervo, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e educação). E tudo isso, sempre levando-se em conta as necessárias adequações às formas apropriadas ao meio digital. Uma simples cópia do que é realizado nos museus tradicionais pouco valeria para a consolidação de um espaço museológico virtual, que requer uma especificidade própria, ou seja, precisa encontrar soluções adequadas ao meio e à proposta em questão.

Uma saída natural pode ser como já acontece em cidades mais antigas, ou seja, a tendência da área tombada passar a funcionar como centro histórico, seguindo exemplos de cidades como Goiás e Ouro Preto, onde esses centros proporcionam uma religião histórica e estética com o passado e ainda dispendo de uma revitalização plena, com potencialidade de atração turística. Um segundo passo, no entanto, poderá ser a transposição desses verdadeiros museus a céu aberto para o ciberespaço e, dele, para o imaginário das pessoas que sonham com destinos turísticos e os elegem a partir de referências, de informações e de serviços, elementos que um museu virtual pode oferecer.

Evidentemente, que somente imagens bonitas e informações correspondentes não funcionarão, se uma série de providências não forem paralelamente adotadas. Uma realidade destoante dos atrativos visualizados na internet pode repercutir como publicidade enganosa, o que, em termos de marketing, pode se transformar

em fiasco, além de ser algo condenado pelos códigos de autorregulamentação publicitária e de defesa do consumidor.

De imediato, acreditamos que o Museu Virtual de Brasília pode render projeções para a própria região envolvida, já que o Entorno do DF é riquíssimo em cidades históricas e patrimônios naturais e ecológicos, a exemplo das famosas cachoeiras situadas nos municípios de Corumbá e Alto Paraíso. No entanto, nada impede que cidades e regiões diversas se associem para a utilização de projetos cooperados de museus virtuais para a promoção do turismo, especialmente, do turismo com ênfase em história, meio ambiente, cultura e arte.

Referências

COSTA, Flávia Roberta. *Turismo e Patrimônio Cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALBWACHS, M. *La mémoire collective*. Paris, PUF, 1968.

HENRIQUES, Rosali. *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. Dissertação defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, de Lisboa, 2004.

KOTLER, P.; ROBERTO, E. *Marketing Social: uma estratégia para alterar o Comportamento Público*. Tradução José Ricardo Azevedo e Elizabeth Maria Braga – Editora Campus, 1992.

PLANO NACIONAL DE TURISMO (PNT). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/index.html. Acessado em: 03.01.2011.

POLLAK, M – Memória, Esquecimento e Silêncio. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989 – p.3-15.

QUEIROZ, Cláudio José Pinheiro Villar de. *Brasília: “Arquitectónica” intercultural, herança e síntese de modernidade (re)voluta, ou aforismo sobre a ética no espaço*. Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2003.

A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: Um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável

Participation of women in politics institutionalized Federal District: A glimpse of interventions and impact on sustainable tourism

Neuza de Farias Araújo¹
David Malheiros²

1 Doutora em Sociologia pela Université Paris VII. Professora no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. Pesquisadora de estudos sobre as mulheres, diversidade e interdisciplinaridade de gêneros. E-mail: nfariasaraujo@gmail.com

2 Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Brasília. Atualmente, cursa pós-graduação em Université de Strasbourg – França. E-mail: david_malheiros@hotmail.com

Resumo

O presente texto faz parte de nossas reflexões e investigações sobre a temática que envolve as mulheres na sociedade, e tem como objetivo analisar, à luz da teoria crítica, a participação política das mulheres no espaço institucional da Câmara Legislativa do Distrito Federal quanto à sua atuação como deputadas no que diz respeito aos projetos de lei apresentados. Como pano de fundo será feita uma breve análise das condições de opressão da mulher na sociedade. Nosso interesse é acadêmico e procuramos trazer para o debate as questões ligadas à contribuição feminina no contexto estudado. Utilizamos estudos de casos para identificar os projetos de cunho social e político em benefício da comunidade, relacionando os aspectos de melhoria da população com a noção de turismo sustentável.

Palavras-chave: Participação política. Mulheres. Gênero. Espaço institucional. Turismo sustentável.

Abstract

This text is part of our reflections and research on the topic involving women in society, and aims to analyze, the light of critical theory, political participation of women in the institutional space of the Legislative Chamber of the Federal District as to its role as MPs with regard to bills presented. The backdrop is a brief analysis of the conditions of oppression of women in society. Our interest is academic and seeks to bring the debate to issues related to women's contribution in the context studied. We use case studies to identify projects of social and political benefit of the community, relating aspects of improvement of the population with the notion of sustainable tourism.

Keywords: Political participation. Women. Gender. Institutional area. Sustainable tourism.

1 Introdução

Parte de nossas reflexões e investigações sobre a temática que envolve as mulheres na sociedade, este artigo procura analisar, à luz da teoria crítica, a participação

política das mulheres no espaço institucional da Câmara Legislativa do Distrito Federal quanto à sua atuação como deputadas no que diz respeito aos projetos de lei que apresentaram. Procederemos uma breve análise das condições de opressão da mulher na sociedade. Não citamos nomes e partidos visando resguardar suas identidades, uma vez que nosso interesse é acadêmico, procurando trazer para o debate as questões ligadas à contribuição feminina no contexto estudado. Utilizamos nos estudos de casos letras para identificar as mulheres deputadas, e números para os partidos os quais elas estão inseridas.

2 Referências históricas sobre a opressão das mulheres no capitalismo

Discutir a questão da mulher e de como se dá sua participação nas esferas de poder passa necessariamente por uma reflexão acerca do papel que é historicamente atribuído às mulheres no sistema capitalista.

O capitalismo como sistema econômico se assenta na propriedade privada dos meios de produção para a exploração do trabalho assalariado e para tal fim utiliza-se também de distinções entre os tipos de trabalhadores, por exemplo, homens e mulheres. Friedrich Engels define muito bem como se deu historicamente e no que consiste o papel da mulher na sociedade dividida pelo advento da propriedade privada dos meios de produção. É na esteira dessa discussão que diz Engels (1987) sobre o papel mulher na sociedade de classes e a origem histórica dessa opressão:

“A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos” (Engels, 1987, p.70 e 71). Hoje, podemos acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo.

Assim, a mulher é relegada ao papel de reprodutora da força de trabalho, ao âmbito doméstico, confinada ao espaço das relações familiares e afetivas. Ao homem, em contrapartida, o trabalho e a organização da produção, a propriedade. Nesse movimento que segrega homem e mulher e sob o qual se assenta a exploração do trabalho que é a raiz das desigualdades humanas, se mantém historicamente, com avanços e retrocessos, a opressão do homem sob a mulher, o machismo.

E ainda com a introdução do sufrágio feminino, no mundo sendo introduzido pri-

meiramente pela Nova Zelândia, em 1893, e, no Brasil, em 1932, a participação política das mulheres permaneceu discreta em toda a história, sendo o peso das relações da opressão machista de difícil superação. É evidente que durante o século XX há um nítido aumento da participação política feminina, bem como da melhoria dos salários em relação aos homens e da diminuição do preconceito, mas mesmo assim foram transformações que não modificaram de fato as relações machistas que inviabilizavam a participação das mulheres na política. É quando se evoca a necessidade de uma reflexão para além da questão da opressão machista, dentro de uma perspectiva na qual a desigualdade está intimamente ligada à opressão machista que, por conseguinte explica-se pelas relações introduzidas no âmbito da propriedade privada que conduzem à opressão da mulher pelo homem. E nesse sentido, esclarece Imamoto (2008), falando sobre a questão social e sua dimensão de classe,

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho – “a questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais.

Portanto, discutir a questão da mulher na sociedade capitalista e da sua participação política deve ter como elemento fundamental a relação íntima que há entre a desigualdade produzida pelo capitalismo e os preconceitos que este produz. E assim, a participação política das mulheres depende de um enfrentamento claro da opressão machista na sociedade e da própria desigualdade social. Por fim, a participação da mulher na esfera da política que, como veremos, ainda é discreta no Distrito Federal, depende da superação das relações de opressão da mulher pelo homem, dimensionando-se sempre a questão social como elemento que perpassa a vida social.

3 A participação política das mulheres no Brasil: Breve histórico

O histórico da participação política das mulheres no Brasil é bastante recente e

remonta ao século XIV. Em 1827, é estendido também às mulheres o direito a frequentar a escola e, em 1879, as instituições de ensino superior. Em 1887, forma-se em São Paulo a primeira médica e, apenas em 1933, já século XX, é eleita a primeira mulher para o cargo de deputada. Somente em 1979 assume a primeira mulher senadora, por vacância do cargo.

A luta política das mulheres se deu sempre em um ambiente desfavorável, marcado pela opressão machista e pelas relações históricas de desigualdade que sempre caracterizaram a sociedade brasileira de uma maneira geral. Também é de se levar em conta que ao longo de sua história, o País atravessou longos processos ditatoriais que inviabilizaram o crescimento da luta das mulheres. Não é à toa, assim, que a primeira senadora tenha assumido apenas em 1979, cem anos após a autorização de ingresso nas instituições superiores e 46 anos após a eleição da primeira mulher para o cargo de deputada!

A participação política tem sido tarefa bastante árdua a ser conquistada pelas mulheres, de modo que ainda hoje se tem uma baixa participação nas esferas do poder federal e estadual. No âmbito dos sindicatos, a situação não é muito diferente, sendo que historicamente as lideranças sempre foram ocupadas por homens e só recentemente esse quadro tem se alterado. Dessa maneira, é possível concluir que a participação política das mulheres de fato aumentou, mas ainda é pequena se comparada à dos homens, o que demonstra a necessidade da superação da opressão machista bem como das relações de desigualdade que permeiam a própria política brasileira.

4 A participação política no Distrito Federal

Ao se falar de participação política no Distrito Federal (DF) é importante que se tenha em mente a história de seu nascimento. O DF foi criado em 1960 e até o ano de 1986 os seus habitantes não elegiam seus deputados e senadores, tampouco havia uma Câmara Legislativa. É fundamental que se tenha em conta que de 1964 a 1985 o Brasil se viu imerso em um período de repressão e autoritarismo levado a cabo pelos governos militares que se apossaram do poder mediante um golpe de Estado. Tal processo inviabilizou a existência de qualquer tipo de democracia no País e não foi diferente no DF.

Após mais de vinte anos de ditadura militar, os habitantes do DF puderam em 1986 eleger seus deputados e senadores. Passados quatro anos, foi eleito o primeiro governador e os deputados distritais. A Câmara Legislativa passou a ocupar o papel de reunir os representantes do DF, estando dividida em 24 deputados que legislam sobre temas relativos ao DF. A lei maior, a Lei Orgânica foi instituída em

1993 e desde então a Câmara funciona realizando eleições periódicas no mesmo calendário das eleições nacionais, ou seja, de quatro em quatro anos.

Saber se a redemocratização significou de fato maior participação política pela via institucional é ainda muito complicado. É fato que a volta à democracia possibilitou a participação política na figura da Câmara Legislativa e a consequente possibilidade de se eleger representantes regionais. Também o debate político se fortaleceu, ampliando-se a participação que não pela via institucional. Foram vários os partidos e movimentos que surgiram nesse período.

5 A participação política das mulheres no DF: A Câmara Legislativa

A participação política das mulheres no âmbito do poder institucional, especificamente o espaço da Câmara Legislativa do DF se inicia com a criação da própria casa e suas primeiras eleições em 1990. Para a legislatura que se iniciaria em 1991 foram eleitas três deputadas. A segunda legislatura, que se iniciou em 1995 e foi até 1998 teve duas deputadas. Com relação à terceira legislatura, que foi do ano de 1999 a 2002, quatro deputadas foram eleitas. A quarta legislatura, de 2003 a 2006, apresentou um aumento, chegando a cinco deputadas. Durante a quinta legislatura, à qual compreende o ano de 2007 a 2010, houve uma queda para três deputadas. Na atual legislatura, a sexta, que começou em 2011 e irá até o ano de 2014, retornou-se ao número de cinco deputadas.

O quadro aponta para uma baixa participação das mulheres no espaço da Câmara Legislativa, sendo que durante sua breve história o número de deputadas não variou muito. A porcentagem de deputadas oscilou sempre de 12% a 20%, quando o número de deputadas foi de cinco. É um número bastante discreto se temos em conta que a Câmara é composta por 24 deputados, ou seja, de um universo de 100%, nas legislaturas onde foram eleitas maior número de mulheres, a porcentagem não chegou sequer a 30% dos parlamentares. Durante a segunda legislatura, a porcentagem chegou a 8%, com apenas duas deputadas eleitas para a casa. Na atual legislatura, a porcentagem é mais uma vez de 20%, com cinco deputadas.

Há que se ter cuidado ao se analisar os dados, pois ainda que em algumas das legislaturas a porcentagem tenha chegado a 20% da Câmara, não se pode inferir daí que as deputadas conseguiram ter espaço para chegarem a ser de fato atuantes. As baixas porcentagens somam-se ao fato de que tais deputadas nem sempre representavam um projeto societário que prezasse pela luta contra a desigualdade. Na verdade, historicamente, e tal análise poderia ser feita a posteriori, as deputadas

eleitas pertenceram, majoritariamente, aos partidos conservadores como o antigo PFL e o PDMB. É importante frisar também que a denominação conservadora corresponde ao que definem os autores clássicos da tradição marxista como Marx, Engels, além de autores como Yamamoto e José Paulo Neto.

Aqui, o conservadorismo é tido como a expressão da manutenção das relações de desigualdade que caracteriza o Brasil. A esse constructo se contrapõe a tradição da teoria crítica que visa à superação desse Estado de desigualdade promovendo justiça social e equidade entre os indivíduos. E como na frase de Yamamoto (2008), citada anteriormente, as desigualdades e opressões no capitalismo se confluem e constituem os sujeitos que são historicamente e culturalmente erigidos e, portanto, também o é com a opressão do homem sob a mulher. Assim, mesmo que houvesse um aumento significativo do número de deputadas, o que definitivamente não ocorreu nos últimos anos, ainda haveria uma outra questão a se pensar: a opressão da mulher não se resolve sem a luta contra a desigualdade e mais além, contra todo tipo de opressão.

6 A sexta legislatura (2011-2014): A atuação das deputadas e os projetos de lei apresentados

Para se compreender a dinâmica da questão da participação das deputadas no âmbito da Câmara é importante que se conheça um pouco mais sobre os projetos de lei que cada deputada propôs. Dessa maneira se poderá conhecer um pouco mais sobre como atuam essas deputadas e sobre o que versam seus projetos de leis, se dizem respeito ao enfrentamento da questão social, ou seja, da desigualdade, seja em questões econômicas, culturais ou de gênero. E para tanto serão mencionados aqueles que versarem sobre temas de interesse social, como mencionado anteriormente.

7 Casos analisados

7.1 Primeiro caso

A deputada A do partido (1), foi eleita para a atual legislatura, junto com outras quatro deputadas, e apresentou 34 projetos de lei em 2011. Entre seus projetos de lei que têm cunho social, estão: o que visa assegurar atendimento em tempo razoável ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS); o PL 82-2011, que dispõe sobre campanha de esclarecimento e respeito às mulheres paraplégicas ou tetraplégicas grávidas; e o PL 514 – 2011, que diz respeito à criação de atendimento especial a alunos com déficit de atenção e hiperatividade na rede pública de ensino. Os pro-

jetos de lei apresentados pela deputada, em sua maioria, não apresentam matéria social, e quando ocorre estão na área da deficiência e da saúde da mulher.

7.2 Segundo caso

A deputada B do partido (1), foi eleita para a atual legislatura e apresentou 80 projetos de lei no ano de 2011. Entre os projetos de interesse social, estão o PL 467-2011, que versa sobre o tratamento de doenças raras no DF; o PL-431-2011, que reserva vagas no metrô para mulheres; e o PL-410-2011, que dispõe sobre a reserva de vagas para deficientes nas universidades públicas do Distrito Federal. Entre outros projetos de lei que apresentam interesse social, estão o PL-71, que estabelece prioridade para maiores de 60 anos, deficientes e portadores de doenças graves no pagamento de precatórios judiciais de natureza alimentícia; e o PL-64-2011, que versa sobre a licença maternidade especial para servidoras públicas mães de bebês prematuros.

7.3 Terceiro caso

A terceira das cinco deputadas eleitas é a de letra C (1), que, em 2011, apresentou 27 projetos de lei. Entre os projetos de lei de interesse social, estão o PL-438-2011, que reserva vagas especiais no metrô para gestantes, mulheres com crianças de colo, deficientes e maiores de 65 anos; e o PL-83-2011, que obriga envio à Câmara Legislativa de demonstrativos sociais com dados estatísticos relativos à mulher.

7.4. Quarto caso

Com relação aos projetos enviados pela deputada D (2), em 2011, estes formam um total 46 projetos. Estão entre os projetos de lei de cunho social, o PL-615-2011, que diz respeito à política de direitos humanos e assistência aos filhos de mulheres apenadas; o PL-404-2011, que versa sobre a criação do regime especial de atendimento à mulher vítima de agressão no sistema de saúde pública do DF; o PL-377-2011, sobre a política de saúde mental para agentes penitenciários; e o PL-324-2011, que trata do tema do passe livre estudantil.

7.5 Quinto caso

A deputada E (3) apresentou doze projetos de lei em 2011. Entre aqueles levantados, que apresentaram cunho social, estão o PL-613-2011, que dispõe sobre a

política de promoção da saúde do trabalhador dos serviços de saúde públicos e privados; o PL-365-2011, que assegura aos professores do Distrito Federal a concessão de descontos para aquisição de materiais didáticos e livros de formação; e o PL-192-2011, que obriga o governo do Distrito Federal a fazer constar nos editais de licitação e contratos direitos à obrigatoriedade de reserva de 5% de vagas de emprego para mulheres nas obras públicas. Além desses projetos de lei, também estão o PL-168-2011, que determina aos órgãos da administração pública direta ou indireta, autarquias e iniciativa privada que respeitem e observem o nome social de travestis e transexuais; e o PL-164-2011, que diz respeito à gestão democrática do sistema de ensino público do Distrito Federal.

Entre as cinco deputadas que compõem o grupo de 24 deputados da presente legislatura, aquela que mais apresentou projetos de cunho social, ainda que tenha apresentado um menor número de projetos de lei, foi a deputada E (3). A deputada F (2) também apresentou vários projetos de lei de cunho social. As demais deputadas apresentaram alguns projetos de lei, mas em menor número. É importante frisar que tendo apresentado projetos de interesse social, a participação política deve se dar também por meio das organizações populares e dos sindicatos, não ficando restrito ao espaço institucional, que tem historicamente seus limites e impõe claros retrocessos ao avanço do enfrentamento da questão social e ao aumento real da participação política das mulheres.

8 Um balanço da participação política das mulheres pela via institucional na figura da Câmara Legislativa do DF

A história da Câmara Legislativa demonstra que há uma baixa participação das mulheres nos espaços de poder. O caso analisado das deputadas evidencia que no âmbito da Câmara, as mulheres sempre tiveram participação discreta em número, ainda que uma ou outra deputada possa haver conquistado para si protagonismo na casa. No que diz respeito aos projetos elaborados, é possível concluir que existem projetos de cunho social levados a cabo pelas deputadas, ainda que com propostas discutíveis quanto a um real enfrentamento da desigualdade e que, mesmo que existam, não são a maioria dos projetos.

Portanto, é possível dizer que a participação das mulheres na Câmara legislativa do DF, quanto à sua atuação como deputada, é ainda muito discreta, assim como o número de deputadas eleitas, que sempre variou dentro de uma margem mínima, ora aumentado timidamente, ora diminuindo drasticamente. E ainda que não se possa fazer nenhuma afirmação *a priori* sobre o porquê isso acontece, é possível

mesmo assim afirmar que o fato se liga à condição de opressão da mulher na própria sociedade, além da própria história política conturbada do País, que faz muito pouco tempo retornou a uma vida democrática plena.

9 Repercussões no cenário turístico: As mulheres neste contexto

Considerando que os conhecimentos e a prática sobre turismo trazem inquietações sobre sua sustentabilidade local, a participação das comunidades, e do Estado e para que exista desenvolvimento sustentável é necessário que a população esteja bem. Por isso, se faz necessário aqui descrevermos alguns aspectos que envolvem as mulheres nesta problemática.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1- o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2 - a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras³.

Alguns estudos nesta área afirmam que desenvolvimento sustentável significa obter crescimento econômico necessário, garantindo a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento social para o presente e gerações futuras. Portanto, para que ocorra o desenvolvimento sustentável é necessário que haja uma harmonização entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente, a justiça social, acesso a serviços públicos de qualidade, melhoria da qualidade de vida e o uso racional dos recursos da natureza. De forma que a inserção social das mulheres enquanto sujeitos políticos de fato e de direito se inclui no contexto principalmente no que concerne à justiça social, e acesso aos serviços de qualidade e equidade de oportunidades.

O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado. As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos⁴.

Vale ressaltar a criação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), desen-

3 www.economiabr.net

4 Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade, Ministério do Turismo, 2007.

volvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, que tem como objetivo estabelecer comparações entre regiões do Brasil e com outros países, no tocante ao desenvolvimento sustentável. São utilizados dados econômicos, sociais, institucionais e ambientais. O último IDS, apresentado pelo IBGE, em 2012, mostrou avanços nos últimos anos no desenvolvimento sustentável no País. Porém, ainda há muito a fazer, uma vez que estamos muito atrás com relação ao que tem sido feito nos países mais desenvolvidos⁵.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo sustentável deve ser aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento econômico da atividade, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações, portanto, o desenvolvimento turístico deve pautar por “economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível a produção de dejetos, deve ser privilegiado e encorajado pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais”⁶.

O turismo sustentável procura buscar a compatibilização entre os anseios dos turistas e os das regiões receptoras, garantindo não somente a proteção do meio ambiente, mas também estimulando o desenvolvimento da atividade em consonância com a sociedade local envolvida. Desenvolver o turismo de forma sustentável implica ações que sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas, isto é, que atendam as necessidades econômicas, sociais e ecológicas da sociedade, conforme destacado pela OMT, em seu artigo 3, do Código Mundial de Ética do Turismo. Todavia as mulheres estão incluídas neste processo enquanto sujeitos sociais políticos de direitos.

Segundo o relatório de Roteiros do Brasil⁷, “a atividade turística deve democratizar-se e humanizar-se, devendo ser acessível a todos, pois deve ser entendida como um direito de todos. Os processos de desenvolvimento do turismo ancorados na sustentabilidade sociocultural representa uma ação eficaz para enfrentar situações de desigualdade e desequilíbrio econômico e regional, posto que facilitam as condições para que homens e mulheres possam incluir-se e integrar-se com equidade (igualdade na diferença).

O movimento pautado pela ideia de igualdade na diferença, grupos, comunidades, etnias e povos historicamente excluídos, assim como diferentes gerações, orientações sexuais, categorias de trabalhadores, pessoas com deficiência e com

5 IBGE, Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2012.

6 Artigo 3, Código de Ética - OMT.

7 Ministério do Turismo, 2007.

restrição de mobilidade, podem inserir-se na sociedade a partir do setor de serviços e, em particular, do setor de turismo, hospitalidade gastronomia, na condição de pequenos empresários, camponeses, artesãos trabalhadores e consumidores.

O relatório citado assinala que é importante entender que as mudanças históricas em processo no mundo atual têm como base movimentos de baixo para cima, do pequeno ao grande, do micro ao macro. Nesse cenário, países menos desenvolvidos podem tornar-se atores principais, e pobres e excluídos podem se transformar em protagonistas sociais. “De fato, em muitos países, o turismo tem significado avanços socioeconômicos, melhoria do padrão de vida e um enriquecimento tanto social quanto cultural, levando a uma percepção de prosperidade social e econômica.”

No Brasil, em muitos casos, o incremento do fluxo turístico, gera, reforça ou intensifica as injustiças socioculturais preexistentes. Alguns poucos se beneficiam do patrimônio natural e cultural de todos, enquanto a maioria, especialmente a população receptiva, não se beneficia e vivencia um processo de exclusão social e espacial⁸.

10 Considerações finais

Para continuidade das nossas reflexões neste âmbito, algumas já descritas ao longo deste texto, citamos duas recomendações mencionadas por duas mulheres durante a Conferência Rio +20:

A ONU Mulheres recomendou maior participação feminina na sociedade, indústria, comércio e, principalmente, política mundial, são essenciais para atingir o verdadeiro desenvolvimento sustentável da humanidade, o caminho até que a mulher receba a consideração almejada permanece longo. Há avanços, mas a mulher ainda está longe na maioria dos países de participar da sociedade no mesmo pé de igualdade que os homens”, para haver desenvolvimento sustentável, é essencial que os governos incluam programas ativos de inclusão da mulher em todas as áreas: comercial, social, de saúde, política, educacional e nas ciências e pesquisa, entre tantas outras. (Michelle Bachelet, ONU – Mulheres, Riocentro, junho 2012).

Nos últimos anos venho estudando tudo o que se passou desde 1992 e o que me vem mais à cabeça são as meninas e mulheres, que continuam em sua maioria excluídas de participar da sociedade mundial, principalmente, é essencial que o mundo respeite o direito da mulher em determinar quantos filhos quer ter e como quer controlar o seu corpo, isso é o primeiro passo em determinar a paridade social dos gêneros. (Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra da Noruega, atual representante do secretário-geral para Mudanças Climáticas, Riocentro junho 2012).

⁸ Roteiros do Brasil, Ministério do Turismo, 2007.

De acordo com essas recomendações, as autoridades mencionadas afirmam que algumas mulheres desta geração abriram frentes inusitadas no mundo da política, conquistando espaços e direitos nos países nórdicos até então considerados impossíveis, como igualdade de direitos na educação e na economia, simultaneamente ao direito universal de cuidar da família sem sofrer penalidades econômicas e profissionais.

Diante do exposto, refletimos que é, para além da discussão sobre a Câmara Legislativa do Distrito Federal, como espaço de participação, é fulcral que se tenha em mente que a opressão das mulheres não se dá somente no microespaço, ela existe também em outros domínios. É necessário construir a emancipação feminina e a luta contra a desigualdade e todas as opressões. O local das organizações populares urbanas e rurais, dos sindicatos, de outras oportunidades surgidas diante das várias questões: econômicas, políticas e sociais que se apresentam para serem transformadas em ações, intervenções e políticas voltadas para a emancipação de todos os gêneros, e proteção do planeta. Finalmente, é de grande importância para o turismo sustentável que se valorizem todos esses espaços, e consequentemente os gêneros, quanto às potencialidades existentes.

Referências

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Expressão popular, 2010.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social. In: *Revista Em Pauta*, n.21, 2008.

IBGE *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, 2012.

LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Roteiros do Brasil, Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade*, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 1ª Edição, 2007.

OMT. *Código de Ética Mundial para o Turismo*. Tradução para o português pela FUNDATEC / Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, 2000.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Editor José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

SOUZA, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Ed. Afrontamento, 1993.

TRIGO, L. G. *Turismo e civilização*. São Paulo: Contexto, 2001.

Sítios visitados:

Portal da Câmara Legislativa do Distrito Federal www.cl.df.gov.br (acesso em 23/11/2012).

www.economiabr.net Acessível em 20/10/2013.

[www.onu.org.br.integraçãodamulher](http://www.onu.org.br/integraçãodamulher) Acessível em 20/10/2013.

www.sustentávelturismo.com Acessível em 20/10/2013.

www.suapesquisa.com/ecologia/saúde Acessível em 20/10/2013.

Conjugalidade, parentalidade, regulação da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil

Marital, parenting, regulation of citizenship and human rights of lesbians, gays and transgenders in Brazil

Agatha R. D.T. Guerra¹

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília. E-mail: agatha@unb.br

Resumo

A regulamentação dos direitos de casais homoafetivos, com ou sem filhos, as dimensões conjugais e parentais fora da heteronormatividade, a incansável luta pela visibilidade, a cidadania sexual e o respeito social foram alguns dos temas de artigos apresentados na *Revista de Estudos Feministas* por pesquisadores brasileiros no ano de 2006. Naquela época, o movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) vivia a incerteza do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar; a homofobia era um problema constante (como é até hoje) e a pauta de reivindicações incluía, entre outras coisas, o fim da discriminação pela orientação sexual. Com base nessas publicações, foi realizada uma breve análise acerca do assunto, uma reflexão daquele momento e as conquistas atuais do movimento LGBT no Brasil. Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) garantiu a realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e os empresários do setor de entretenimento e de turismo, atentos à demanda crescente desse público, começaram a investir abertamente em produtos e serviços destinados a essas pessoas, além de se mostrarem dispostos em capacitar funcionários para atendê-las adequadamente.

Palavras-chave: Homoparentalidade. Conjugalidade. LGBT. Cidadania. Turismo.

Abstract

The regulation of the rights of homosexual couples affective , with or without children, marital and parental dimensions outside of heteronormativity , the relentless struggle for visibility , sexual citizenship and social respect were among the topics of papers presented in the Journal of Feminist Studies by researchers Brazilians in 2006. At that time, the movement for lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) lived the uncertainty of union recognition homoafetiva as a family; homophobia was a constant problem (as it is today) and the list of demands included, among other things, the end of discrimination by sexual orientation. Based on these publications, a brief analysis was conducted on the subject, reflecting that time and the current achievements of the LGBT movement in Brazil. In 2013, the National Council of Justice (CNJ) assured the realization of civil marriage between persons of the same sex , and entrepreneurs of the en-

ertainment industry and tourism, aware of the growing demand of this public, openly began investing in products and services for these people as well as their willingness to empower employees to serve them properly.

Keywords: Homoparenthood. Conjugal. LGBT. Citizenship. Tourism.

1 Introdução

O presente texto faz parte de nossa reflexão acerca da temática conjugalidade, parentalidade, regulação da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil e das considerações da disciplina Turismo, Trabalho e Gênero do Programa de Pós-Graduação do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB). A partir dos artigos reunidos no dossiê “Conjugalidades e Parentalidades de Gays, Lésbicas e Transgêneros no Brasil”, publicado na *Revista Estudos Feministas*, no ano de 2006, referentes à visibilidade crescente de casais constituídos por pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos e suas implicações. Considere-se ainda que esse assunto vai ao encontro do meu tema de dissertação do mestrado – *O turismo LGBT em Brasília: Conquistas sociais e oferta de lazer para o segmento* –, este texto apresenta algumas reflexões acerca dos dados obtidos na pesquisa do dossiê em questão. Além de uma breve análise das conquistas e retrocessos do movimento de lésbicas e gays, levando-se em consideração o período da publicação do referido dossiê, os avanços do movimento homossexual nos dias atuais, ressaltamos também neste artigo o grande interesse de empresários do setor de turismo, cultura e lazer em investir em produtos e serviços para o segmento, cientes da demanda com significativo poder de compra da maioria desse público.

2 Conjugalidades, parentalidade de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil.

A discussão acerca dos sentidos da família brasileira atual, formada por casais fora dos padrões da heteronormatividade, vem ocorrendo com maior intensidade a partir da década de 1990. O modelo da tradicional família cede lugar aos vários tipos de arranjos familiares, os quais estão cada vez mais sendo aceitos socialmente, inclusive sendo legitimados pelo Governo Federal.

O termo *parentalidade* não consta em nossos dicionários e, segundo Mesquita (2013), é mais utilizado com o sentido próximo do francês *parentalité* e pelos ingleses *parenthood*, designando simultaneamente “paternidade” e “maternidade”, ou seja, qualidade parental. Implica o envolvimento com os filhos e a relação com o outro elemento do casal. Enquanto *conjugalidade*, de acordo com Baldi (2011), está

diretamente vinculado à experiência de “con-viver” ou viver com alguém, compartilhando a experiência de uma vida em comum.

Os artigos aqui analisados datam de 2006, época em que o assunto da parentalidade e da conjugalidade de lésbicas, *gays* e transgêneros passou a constar com mais veemência dos debates políticos e acadêmicos de vários países capitalistas, principalmente os Estados Unidos e países europeus.

Quanto aos debates acadêmicos, segundo os organizadores do dossiê aqui analisado, foram desenvolvidos em dois campos de estudos: no campo de estudos feministas/de gênero e de estudos *queer*² com autores como: Judith Butler Joan Scott e Miguel Vale de Almeida. No campo do pensamento social contemporâneo: Anthony Giddens, Elizabeth Roudinesco, Pierre Bourdieu, Zygmund Bauman, entre outros, discutem a relevância política das demandas LGBT.

No Brasil, os autores asseguram que os estudos acerca de pessoas LGBT têm como marco trabalhos de Carmem Dora Guimarães, Luiz Mott, Peter Fry, entre outros. A partir de 1990, as pesquisas passaram a destacar com maior ênfase a conjugalidade de pessoas do mesmo sexo, cujos primeiros trabalhos a respeito, considerados referências foram os de Jurandir Freire Costa e Maria Luíza Heilborn.

O Projeto de Lei 1.151/95, de autoria da então deputada Martha Suplicy, denominado de Parceria Civil Registrada (PCR), que estabelecia a união civil entre pessoas do mesmo sexo, obteve uma dimensão extraordinária para a época, aparecendo em todas as mídias, ganhando visibilidade, com diversas manifestações pró e contras de políticos, religiosos e ativistas LGBT, sendo ponto de calorosas discussões até entre populares. A partir daí, os brasileiros começaram a conviver com a ideia da existência de uma “família homossexual”, cuja conjugalidade e parentalidade passaram a ter um contorno de legitimidade social.

Em 1995, o Brasil aparentava fazer parte do seletor grupo de países que discutia o amparo legal a relações homoafetivas com a apresentação do projeto de Lei da Parceria Civil Registrada (PCR). Entretanto, até 2006, o projeto encontrava-se arquivado sem nunca ter entrado em pauta na Câmara dos Deputados e não se vislumbrava que os direitos conjugais e parentais de casais de lésbicas e de gays viessem a ser assegurados em curto prazo. Segundo Uziel, Mello e Grossi (2006, p. 482):

Enquanto aqui, no Brasil, a oposição religiosa e as posições machistas, sexistas e homofóbicas dos parlamentares têm sido os principais

2 *Queer* é uma expressão em inglês cujo significado é uma ofensa, uma forma pejorativa de designar homossexuais, como: estranhos, ridículos, raros. Este termo é assumido por uma parte do movimento homossexual como forma de contestação. É muito utilizado no contexto político de gênero.

responsáveis pelos entraves à aprovação da PCR, quase vinte países já aprovaram leis que asseguram amparo a uniões civis entre homossexuais.. A Holanda (1/4/2001), a Espanha (29/6/2005), a Bélgica (30/1/2003) e o Canadá (28/6/2005) reconhecem a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, com plenos direitos parentais no caso dos dois primeiros países mencionados.

Para os autores, o Brasil, país que despontava nas lutas sociais contemporâneas, com a possível aprovação da lei da PCR (que se encontrava parada na Câmara dos Deputados desde 1995), passava a ficar mais próximo aos países fundamentalistas no tocante à garantia de direitos da família para homossexuais e transgêneros, ou seja, havia retrocedido em muito.

Os direitos dos homossexuais até 2006 avançavam lentamente no âmbito do Poder Legislativo. Entretanto, algumas conquistas eram obtidas quanto ao reconhecimento da legitimidade da união conjugal e do exercício parental junto ao Poder Judiciário, ou seja, o movimento LGBT garantia alguns direitos individuais por meio de demandas judiciais, os quais passavam a valer para todos do movimento.

Não existiam no Brasil conceitos e termos que fossem aceitos socialmente referentes à filiação e à parentalidade homoerótica. No entanto, utilizava-se o termo homoparentalidade, criado na França em 1990, pela Associação de Pais e Mães Gays e Lésbicas. Controvérsias de pesquisadores à parte, esse termo foi considerado politicamente favorável, tendo em vista que proporcionava a visibilidade LGBT para essa demanda.

3 Acesso ao casamento no Brasil: Uma questão de cidadania sexual

Em 2006, e ainda hoje no Brasil, existe uma forte corrente (principalmente religiosa) que considera o modelo heterossexual como o único, correto, saudável e aceitável no que diz respeito à conjugalidade, parentalidade e, por conseguinte, exclusivamente aquele que teria acesso à instituição do casamento.

Segundo Lorea (2006), a possibilidade de casamento entre homossexuais não depende de uma nova legislação reguladora, pois a Constituição Federal de 1988 veda qualquer modalidade de discriminação, devendo ser asseguradas a gays e lésbicas as mesmas prerrogativas legais garantidas aos demais cidadãos. O fato é que o acesso ao casamento não poderia estar condicionado a pessoas que pertençam a determinada orientação sexual.

Em seu artigo, Lorea (2006, p.489) enfatiza a questão de que nosso país é laico e pluralista “mantendo-se o Estado brasileiro equidistante de todas as confissões re-

ligiosas, sendo-lhe vedado estabelecer aliança com qualquer igreja”. Nesse sentido, ele lembra que, por ser um Estado laico, os únicos símbolos da Pátria são a bandeira, o hino, as armas e o selo, mas existe uma proliferação de símbolos religiosos em prédios públicos, em especial no Senado, na Câmara e no Supremo Tribunal Federal. Na verdade, a negação da laicidade do Estado brasileiro é uma grave violação do texto constitucional.

A relevância de vivermos em um Estado laico adquire maior visibilidade quando se enfrentam temas que estão afetos aos direitos sexuais, sendo fundamental que se possa debater questões vinculadas à sexualidade à luz do ordenamento jurídico vigente e não sob uma perspectiva religiosa (LOREA, 2006 p. 490).

É do conhecimento geral a posição contrária das igrejas católicas e evangélicas em relação às uniões de lésbicas e gays. Nesse sentido, o autor faz um grave alerta para a atuação e influência religiosa dentro dos poderes da República e conclama para que as decisões, principalmente do Poder Judiciário, não sejam pautadas a partir de motivações de cunho religioso, em especial no que diz respeito aos direitos sexuais e da cidadania sexual. Em um Estado laico como o nosso é de fundamental importância que o único livro ao qual legisladores, governantes e juízes devem obediência é a Constituição.

A diversidade sexual estaria amparada pelo artigo 3º da Constituição Federal³. Nesse contexto, a resistência ao acesso ao casamento de homossexuais está intrinsecamente ligada à discriminação pela orientação sexual e por isso lésbicas e gays não poderiam exercer plenamente sua cidadania.

Lorea (2006) aponta que, dentre as possíveis reservas (resistências) vindas do senso comum para justificar tratamento distinto aos casais homossexuais, as mais recorrentes são: é a homossexualidade uma patologia? O casamento entre pessoas do mesmo sexo representa um risco para a sociedade? A adoção de crianças por casais homossexuais põe em risco a integridade física ou mental dessas crianças? Ele não levanta questões religiosas por considerar que elas não dizem respeito a um Estado laico.

Deve-se atentar para o fato de que o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) não consideram a homossexualidade uma patologia há mais de 20 anos. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), em sua Resolução 01/1999, afasta a possibilidade de tratamento com vistas à “cura” da homossexualidade. Entretanto, um grande retrocesso para as causas LGBT brasileira ocorreu

3 “Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação [...] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (BRASIL, 1988 *apud* LOREA, 2006 p. 491).

em 2013: essa comunidade esteve envolvida em meio à polêmica da aprovação do Projeto de Lei da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados⁴, que determinava o fim da proibição, pelo Conselho Federal de Psicologia, de tratamentos que reverteriam à homossexualidade, a qual ficou conhecida como “Lei da cura gay”. Após vasta discussão no âmbito político e na sociedade, ela foi devidamente retirada de tramitação na Câmara Federal e arquivada.

A Associação Americana de Antropologia (*apud* ARRIADA, 2006 p. 492) divulgou nota pública em que ressalta:

[...] pesquisas antropológicas [...] não fornecem qualquer tipo de evidência científica que possa embasar a ideia de que a civilização ou qualquer ordem social viável dependa do casamento ser uma instituição exclusivamente heterossexual. [...] fundamentam a conclusão de que um imenso leque de tipos de famílias, incluindo famílias baseadas em parcerias entre pessoas do mesmo sexo, podem contribuir na promoção de sociedades estáveis humanitárias.

Dentro dessa perspectiva, enquanto a ciência apresenta resultados de suas pesquisas, existe uma parcela da sociedade cuja visão dogmática tende para o preconceito e discriminação para com os homossexuais. O cerne da questão parte do preconceito social que ainda hoje caminha para a aceitação da união homoafetiva como de fato uma união familiar. Quanto à demanda de criação ou adoção de filhos por casais homossexuais, Lorea (2006) salienta que em resultados de pesquisas nacionais e internacionais não constam restrições capazes de afastar essa possibilidade.

As resistências à aceitação de famílias formadas por casais de homossexuais baseiam-se no fato de que o movimento de gays e lésbicas, ao pedir direitos iguais, afronta e abala as bases em que foram constituídas as sociedades, como a reprodução sexual e a heteronormatividade.

Em março de 2004, o Estado do Rio Grande do Sul, em uma medida inédita, tornou-se o primeiro Estado brasileiro a determinar que os cartórios de títulos e documentos registrassem contratos de união civil entre pessoas do mesmo sexo. Essa ação, à época, foi considerada como uma grande conquista pelo movimento LGBT, o qual já não contava mais com a aprovação do Projeto de Lei da ex-deputada Marta Suplicy, que regulamentava a questão e que continuava sem aprovação pela Câmara dos Deputados. A partir dessa data e até 2006 – ano base dos artigos aqui analisados –, outros cartórios brasileiros, em maior ou menor grau, registraram esse tipo de contrato.

Apesar desse avanço do movimento LGBT, ainda persistia o modelo de casamen-

4 Presidida pelo deputado Marco Feliciano, pastor evangélico, abertamente favorável a essa lei -

to distinto para heterossexuais e homossexuais, o que continuava sendo um claro tratamento discriminatório. Entretanto, essa parceria civil seria interpretada como a alternativa gay ao casamento heterossexual. Somente em maio de 2013 (exatos nove anos após a liberação do contrato de união civil) o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovaria uma resolução legalizando, na prática, o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o território brasileiro.

A primeira magistrada e primeira desembargadora do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, reconhecida por sua incansável luta pelas causas sociais, sofreu discriminações e contratempos ao longo de sua carreira de juíza⁵ por ser mulher em um ambiente majoritariamente masculino e não menos machista. Com os infortúnios enfrentados na carreira de jurisdição, principalmente pela questão de gênero, ela passou a se dedicar aos segmentos da sociedade cujos direitos não são reconhecidos: as minorias discriminadas. Foi pioneira na defesa das questões LGBT por entender que não havia nenhuma norma que identificasse esses casais como uma família:

Não assegurar qualquer garantia nem outorgar quaisquer direitos às uniões homoafetivas infringe o princípio constitucional da igualdade, revela discriminação sexual e violação aos direitos humanos, pois afronta o direito ao livre exercício da sexualidade, liberdade fundamental do ser humano que não admite restrições de quaisquer ordens (DIAS, 2000 apud MOTT, 2006 p. 509).

A desembargadora continua atuando na causa pelas minorias e se especializou em direito homoafetivo, lançou algumas obras acerca do assunto, cuja intenção é dar visibilidade e impor respeito às diferenças sexuais, abordando aspectos relacionados ao tema. Por entender que as relações homoafetivas devam ser consideradas como entidades familiares, não caberia a discriminação aos casais do mesmo sexo, cujos direitos deveriam ser assegurados legalmente, conforme salientou:

Se vivemos em um país livre – e vivemos -, todos são merecedores da tutela jurídica, sem qualquer distinção de cor, religião. Sexo ou orientação sexual. Em um Estado que se quer democrático de direito, o princípio da liberdade nada mais significa do que o direito de não sofrer discriminação por ser diferente (DIAS, 2008 p.174).

4 A cidadania de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil: homoafetividade e direitos humanos

Desde 1985 e 1993, respectivamente, que o Conselho Federal de Medicina e a Organização Mundial de Saúde excluíram o código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, o qual designava a homossexualidade como um “desvio e transtorno sexual”. Até

⁵ Aposentou-se em meados de 2008.

então, a palavra utilizada era “homossexualismo”, cujo sufixo “ismo” está diretamente relacionado a patologias. A palavra homossexualidade passou a ser utilizada como um estilo de comportamento, considerada como uma orientação sexual, um processo interno cuja designação está ligada ao interesse e atração sexual por pessoas do mesmo sexo e não uma doença ou “opção”, afinal ninguém opta por ser homossexual.

Dentre as “minorias sociais” no Brasil, e na maior parte do mundo, os homossexuais são considerados as principais vítimas do preconceito e da discriminação. Em 1990, conforme aponta Mott (2006), foi aprovada a Lei Orgânica Municipal proibindo a discriminação por orientação sexual a qual foi adotada por 74 municípios de norte a sul do País e por três constituições estaduais – Mato Grosso, Sergipe e Distrito Federal. Em maio de 2004, foi lançado o Programa Brasil Sem Homofobia – Programa Brasileiro de Combate à Violência e à Discriminação contra Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais, e de Promoção da Cidadania Homossexual. Essas ações afirmativas foram alcançadas por meio da incansável luta do movimento LGBT.

Apesar dessas leis e considerando a Declaração dos Direitos Humanos, o movimento LGBT convive diariamente com práticas que os excluem dos direitos básicos e com atos de violência declaradamente homofóbica. Mott (2006, p. 513) atenta para relatórios apresentados até àquela época a respeito da violência sofrida por homossexuais no Brasil:

O quadro descrito nos últimos relatórios é aterrador e revoltante, comprovando que a intolerância, violência e assassinatos de gays, lésbicas e travestis tem se mantido nos últimos anos praticamente nos mesmos patamares de selvageria e impunidade.

Em 2005, o Brasil realizou a maior parada gay do mundo com mais de dois milhões e meio de manifestantes lésbicas, gays e simpatizantes, em São Paulo. Esse evento, bastante representativo para o movimento LGBT, foi considerado como um marco da visibilidade da minoria sexual. Diante de número tão expressivo, os organizadores da parada passaram a vislumbrar possibilidades de uma maior aceitação da causa homoafetiva em nosso país.

Mott (2006, p. 515) diz que “os homossexuais são a última tribo romântica do mundo: enquanto diminui o número de heterossexuais se casando, lésbicas e gays lutam no mundo inteiro, inclusive no Brasil, para ter o direito de se casar”. O reconhecimento legal do casamento entre homossexuais significa uma garantia recíproca para o casal, idêntica aos dos heterossexuais.

A Dinamarca foi o primeiro país a legalizar a união entre pessoas do mesmo sexo. Na África, segundo Mott (2006), inúmeras tribos permitem casamento entre mulheres. Entre os índios Tupinambás, desde a época da descoberta do Brasil, havia

homens que viviam como casais. O “Batalhão dos Amantes” de Esparta era todo constituído de “casais” homossexuais. Goethe (apud MOTT, 2006 p. 517) dizia que a “homossexualidade é tão antiga quanto a própria humanidade.” Assim como historicamente se tem conhecimento da existência de casamentos homossexuais em outras épocas. Dentro dessa perspectiva, Mott (2006, p. 516) enfatiza que “não há razão histórica, lógica ou ética, a não ser o preconceito homofóbico, que justifique a exclusão dos gays e lésbicas do direito universal de terem sua homo-conjugalidade reconhecida.” A legalização da união homossexual irá contribuir para a desconstrução da imagem, muitas vezes equivocada, de que lésbicas e gays são promíscuos, incapazes de um amor verdadeiro, durável e de uma vivência conjugal e parental.

Atualmente as conquistas LGBT têm avançado muito no Brasil: em 2013, o Conselho Nacional de Justiça garantiu a realização do casamento civil de lésbicas e gays, além de proibir os cartórios de se recusarem a fazer a conversão de união estável (aprovada pelo STF em 2011) de homossexuais em casamento. Havia muita resistência por parte de alguns cartórios em efetivarem essa conversão.

5 Conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem

Dentro do movimento LGBT é muito discutida a questão da conjugalidade e parentalidade de lésbicas e gays, inclusive pela maior visibilidade alcançada por essas pessoas. No entanto, o universo conjugal das travestis não é muito focado devido ao estigma que é associado a esse grupo, principalmente por estar ligado diretamente à prostituição. Partindo dessa premissa, Pelúcio (2006), utilizando-se de uma abordagem antropológica, analisa três experiências de conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. São analisados três tipos de arranjos conjugais: mulher/homem, homem/homem e mulher/mulher.

O conceito de travesti, segundo a autora, está estreitamente vinculado ao de classe: a maior parte procede das classes baixa ou média baixa. Deve-se esclarecer que o termo usual de tratamento é “a travesti”, no sentido feminino da palavra. Travestis são pessoas cujo gênero é masculino, e na maioria das vezes se percebem como homens, mas se vestem como mulheres, alteram algumas partes do corpo para aproximá-lo do gênero feminino (entre outros procedimentos cirúrgicos/estéticos tomam hormônios e aplicam silicone nos seios), sem, no entanto se submeter a cirurgia de retirada da genitália – o que as difere das pessoas transgêneros –, com a qual convivem sem problemas. Sentem-se atraídas sexualmente por homens.

A autora considerou pouco convencional as relações de conjugalidade envolvendo as travestis assim como a questão de, na maioria das vezes, um dos cônjuges se prostituir

para garantir a subsistência do casal, e, no caso, tendo a anuência de seu par. Essa situação, principalmente entre travestis e homens ocorre na clandestinidade por receio – delas – de deteriorar a relação. A partir dessa questão, Pelúcio (2006, p. 524) salienta que:

Tudo isso torna a vida social de ambos menos previsível. Não há um *script* a seguir, uma vez que o modelo de conjugalidade que têm à disposição é o de heterossexuais, para os quais estão previstos papéis definidos como os de pai e mãe; esposo e esposa; provedor e administradora, entre outras.

Os papéis do casal entre travesti/homem, travesti/travesti são sempre bem definidos, ou seja, é latente quem é o “homem” e a “mulher” dentro da relação. O gênero ultrapassa a questão do sexo, pois se faz necessário, dentro dessa concepção, se aproximar do que seria mais usual, correto, numa perspectiva heterossexual. A vertente masculina e feminina obrigatoriamente, entre eles, deve estar presente e bem definida.

A conjugalidade nas relações das travestis, muitas vezes se resume ao gueto, pois dificilmente elas serão aceitas fora dele como um “casal”. O histórico de vida dessas pessoas foge dos padrões comportamentais exigidos socialmente. Em geral, elas saem de casa na adolescência e, sem estudos ou qualificação profissional, para se sustentar, passam a se prostituir nas ruas. Quando são encarceradas por algum motivo, tornam-se vítimas de vários tipos de abusos em presídios, assim como gays e transgêneros. Atualmente, os Estados de Mato Grosso, Rio grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais já reservam espaços exclusivos para detentos homossexuais, transexuais e travestis. Embora ainda não exista uma regulamentação específica para esses casos, o movimento LGBT considera iniciativas desse porte como uma grande conquista.

Atentas aos espaços que lhes cabe em uma relação afetiva e, principalmente, das dificuldades advindas ao se unir a outra pessoa, assim mesmo, elas sonham em ter uma vida a dois, espelhada na conjugalidade heteronormativa com casa, marido, um trabalho digno com remuneração adequada e até filhos. As travestis anseiam por serem aceitas socialmente e desejam manter relacionamentos conjugais e parentais da forma tradicional monogâmica e não comerciais de sexo.

6 Uma família de mulheres: homoparentalidade na periferia de São Paulo

As mulheres historicamente sempre foram tratadas como cidadãs de segunda classe, simplesmente como sexo frágil, cujo papel social era reduzido tão somente aos cuidados do lar e à procriação. A discriminação e o preconceito imperavam soberanos contra as mulheres durante séculos. Atualmente, o papel da mulher na sociedade não é mais a de simples coadjuvante. A mulher do século XXI possui maior autonomia sobre sua vida e seu corpo, conhece seus direitos, ocupa o alto escalão

de cargos públicos e políticos, comanda nações, universidades e empresas.

Apesar das várias conquistas, elas ainda são submetidas a violências sexuais, agressões físicas, morais e psicológicas. Ainda em 2006, foi sancionada pelo então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei 11.340, conhecida como Maria da Penha, a qual proporcionou maior rigor nas punições da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Por isso, faz-se necessário que as questões de gênero no Brasil e no mundo sejam discutidas no âmbito da sociedade e do Estado, em virtude da importância de seus direitos e da permanente busca de igualdade.

A conjugalidade e a parentalidade das lésbicas vai ao encontro dessa busca das mulheres pelo reconhecimento, pelos direitos e, no caso, principalmente pelo respeito à sua orientação sexual. Se as mulheres heterossexuais enfrentam adversidades para alcançar seus objetivos dentro da sociedade, o mesmo em dobro ocorre com as homossexuais, as quais têm que enfrentar inclusive a discriminação do próprio gênero que está em constante luta contra o preconceito.

Nesse sentido, Medeiros (2006) fez um trabalho etnográfico com uma família homoparental moradora da periferia de São Paulo, formada por Flávia, uma mulher negra, filha de santo, mãe de duas filhas (de um casamento heterossexual), militante política (à época desempregada), e Luiza, deficiente visual, presidente do Conselho da Prefeitura, pelo qual ela não é remunerada. A renda delas advém da aposentadoria por invalidez de Luiza. Elas, lésbicas assumidas, correspondem ao que bem denominou Luiza, a “exclusão dentro da exclusão”:

Quando eu vou me apresentar em algum seminário, algum lugar, e eu falo que sou lésbica, negra, da periferia, mãe, do candomblé, e que minha companheira tem deficiência, as pessoas ficam loucas, cada uma querendo pegar uma dessas especificidades (MEDEIROS, 2006, p. 537).

Elas têm a exata noção das dificuldades em ser um casal de lésbicas em um bairro da periferia preconceituoso, homofóbico e com histórico de agressão e violência contra homossexuais. Outros casais que participaram da pesquisa afirmaram que não se sentiam seguros em assumir sua condição para a comunidade. Por isso a questão de se assumir perante essa comunidade parte do pressuposto que a lesbianidade não é uma questão de escolha, de experiência e sim algo de nascença. Medeiros (2006) aponta que “diante dessa irreduzível constatação, o que caberia ao âmbito da opção é, ou militar em torno da “visibilidade” ou escamotear aos olhos públicos essa condição”.

Luiza e Flávia estão vinculadas a um movimento social, por isso conseguiram o respeito de sua comunidade, e sua homoparentalidade implicam criar as filhas sem esconder nada delas e dando espaço para que elas se manifestem em assuntos

referentes à questão da lesbianidade. A criação das filhas é recoberta de cuidados para que não sofram lesbofobia na escola e na comunidade. Essa família de mulheres tem os mesmos desejos, anseios e angústias de um modelo tradicional de conjugalidade e parentalidade heterossexual, mas com a agravante de ter que lutar constantemente contra a discriminação e provar sua capacidade de ser uma família.

7 A visibilidade atual do movimento LGBT e seu potencial de consumo turístico

O momento atual vivenciado pelo movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, no mundo todo, é de avanços e conquistas. O reconhecimento de casais homossexuais como uma família levou empresários e governos a ter outra percepção deste segmento e sinalizar favoravelmente no sentido de apostar nesse público e investir em entretenimento, lazer e turismo inclusivo.

No Brasil, alguns empreendedores atentos à movimentação do mercado, constataram que o público LGBT representa um filão que está ávido por diversão e que, em sua maioria, possui um poder aquisitivo de compra superior ao de famílias/casais tradicionais. A nova formação familiar – uma parte considerável com filhos – é um potencial consumidor. Nessa perspectiva, após a conquista do casamento civil, a sociedade passou a lidar com mais respeito à relação homoafetiva. Casais do mesmo sexo passaram a se sentir mais seguros para exercer plenamente seus direitos e frequentar qualquer tipo de ambiente com seus parceiros sem a necessidade de confinar-se em guetos.

Empresários e governo, cientes dessa fatia de mercado que não para de crescer, estão cada vez mais se adaptando às necessidades do segmento LGBT, procurando atendê-lo melhor, evitando que sofram preconceitos e intolerância. Para tanto, investem na capacitação de seu pessoal para lidar adequadamente com a diversidade. A visibilidade desse público oportunizou investimentos no setor de consumo de bens, viagens, lazer e hotelaria, com vistas a satisfazer essa clientela e obter maiores lucros.

O mercado turístico vem se aprimorando para acolher a grande procura por destinos ou eventos onde esse segmento possa socializar-se, divertir-se sem ressalvas. Agências de turismo têm alcançado sucesso com esse segmento, investindo em viagens que contemplem as necessidades da nova família brasileira, procurando um turismo inclusivo, considerando-se a crescente aceitação da sociedade brasileira, dessa modalidade/categoria relacional.

8 Considerações finais

Os artigos aqui analisados, escritos em 2005/2006, refletiam o desejo dos casais homossexuais em ter direitos conjugais e parentais idênticos aos heterossexuais, por considerarem que a instituição família não deveria se restringir ao âmbito da orientação sexual. Em todos eles aparecia nitidamente essa preocupação e a busca por alcançar tal objetivo.

Em 2006, há exatos sete anos, o mundo se encontrava dividido na tentativa da globalização; a população se assustava com novos testes nucleares; no Chile foi eleita a primeira mulher para comandar o país; Lula – um ex-metalúrgico – era reeleito presidente do Brasil; o primeiro astronauta brasileiro foi ao espaço; a Lei Maria da Penha foi sancionada aumentando o rigor quanto às agressões contra as mulheres; a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo reuniu mais de dois milhões de participantes com o tema “Homofobia é crime: direitos sexuais são direitos humanos”. O debate acerca dos direitos dos homossexuais começava a ganhar maior espaço, visibilidade e aceitação na sociedade. O mundo estava definitivamente adentrando de fato no século XXI, e os prognósticos para os casais homoafetivos eram alvissareiros.

O movimento LGBT tem crescido mundialmente e vem obtendo visibilidade nas últimas décadas, apesar de ser tema de discussão dos direitos humanos e das políticas públicas há muito tempo. Entretanto, no Brasil, somente em 2013 o movimento LGBT obteve uma grande conquista: o Conselho Nacional de Justiça garantiu a realização do casamento civil de lésbicas e gays, além de proibir os cartórios de se recusarem a fazer a conversão de união estável de homossexuais (aprovada pelo STF em 2011). É o reconhecimento tão desejado da conjugalidade entre casais do mesmo sexo.

Cientes da demanda crescente do segmento homossexual e atentos aos bons resultados mundiais obtidos com esse segmento do mercado, em virtude de suas conquistas e visibilidade, empresários brasileiros do setor de turismo, bares, restaurantes, boates, casas noturnas, entre outros, começaram a investir em produtos e serviços destinados às necessidades dos casais de lésbicas e gays e também do contingente de solteiros dessas pessoas, focados no grande poder de consumo desse público ávido por entretenimento, lazer e disposto a gastar mais por serviços e equipamentos turísticos de qualidade.

Diante da atual conjuntura de conquistas envolvendo o direito ao casamento civil, planos de saúde conjuntos, herança, adoção e previdência, a situação de lésbicas e gays no Brasil é bem melhor do que há sete anos. A diversidade hoje conseguiu maior respeito e aceitação social. Embora seja inevitável o convívio com a homofobia/lesbofobia/transfobia, hoje já existem leis que inibem essa prática.

Os ataques físicos contra homossexuais e os crimes de intolerância são punidos

devidamente. As mídias têm colaborado para a visibilidade da causa LGBT, em geral, de forma afirmativa. As conquistas do movimento homossexual pelos direitos iguais têm encorajado pessoas públicas e famosas a se assumirem, fortalecendo, assim, a luta e o respeito pela causa. De acordo com essas considerações, refletimos ser de grande importância a implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas homossexuais.

Referências

BALDI, Fernanda. *Casamento e conjugalidade: núcleo de atendimento social sistêmico*. Disponível em: <<http://nassistemico.blogspot.com.br/2011/08/casamento-e-conjugalidade.html>>. Acesso em: 16 out. 2013.

DIAS, Maria Berenice Dias. Legislação brasileira e homofobia. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg, 2011. p. 163-174.

LOREA, Roberto Arriada. Acesso ao casamento no Brasil: um questão de cidadania sexual. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 488-496, maio/ago. 2006.

MEDEIROS, Camila Pinheiro. Uma família de mulheres: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 535-537, maio/ago. 2006.

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 497-508, maio/ago. 2006.

MESQUITA, Margarida. Parentalidade: contributo para uma definição do conceito. *Plataforma Barômetro Social*. Disponível em: <<http://barometro.com.pt/archives/889>>. Acesso em: 17 out. 2013.

MOTT, Luiz. Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2006.

PELÚCIO, Larissa. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 522-534, maio/ago. 2006.

UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam. Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.14, n. 2, p. 481-487, maio/ago. 2006.

PROJETO

Transformando a escola com o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia

*Getting the school changed with the Project Teaching with School Garden
and Gastronomy*

Márcia Pompeu¹
Nádia Nunes²
Silvia Leite³

1 Jornalista. Atualmente, cursa especialização em Gestão de Recursos Humanos na UNIPAZ-GO/PUC-GO. Consultora na área de Segurança Alimentar e Nutricional. Atuou como gerente de projeto do PEHEG em 2012. E-mail: mpbrasil59@gmail.com

2 Nutricionista, mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília (estudo com ênfase em Gastronomia, cultura e políticas públicas). Atualmente, exerce a coordenação técnica do PEHEG. E-mail: nadiaalmeidanunes@gmail.com

3 Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (Área de concentração: Gestão Ambiental e Territorial). Atualmente, atua como agente do PNAE/FNDE no PEHEG. E-mail: silviascleite@gmail.com

Resumo

O Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB) em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE-MEC) vem desenvolvendo, desde o ano de 2012, o Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (PEHEG)⁴. O projeto se insere entre as ações educativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e tem como foco a educação alimentar e nutricional e tudo o que ela implica, da nutrição ao prazer de se alimentar, passando pelo cultivo, preparo e sustentabilidade da alimentação e do meio ambiente. Por meio do projeto, vem sendo promovidas formações para nutricionistas, coordenadores da alimentação escolar, coordenadores pedagógicos, representantes da área de ambiente e horta e representantes do Conselho de Alimentação Escolar dos Municípios e Estados inscritos no PEHEG nos anos de 2012 e 2013. Aos participantes da formação é atribuída a responsabilidade de atuarem como multiplicadores do projeto em escolas da rede pública de suas localidades de origem. Dessa forma, o PEHEG vem buscando contribuir para a mudança de valores e comportamentos em relação à alimentação e ao meio ambiente por meio da inserção da horta e da gastronomia como eixos geradores da prática pedagógica.

Palavras chaves: Gastronomia. Horta. Sustentabilidade.

Abstract

The Centre of Excellence in Tourism of the University of Brasilia (CET / UNB) in partnership with the National Fund for Education Development (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - MEC) has been developing since 2012 with the project "Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (PEHEG)". The project is inserted in others educational activities of the National School Nutrition Programme (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) and focuses on food and nutrition education and all that it entails, from nutrition pleasure of eating, through cultivation, preparation and sustainability of food and the environment. Through this project training has being promoted for dietitians, school food

4 Termo de cooperação FNDE/UnB nº 14691/2012 e Termo de cooperação FNDE/UnB nº 8990/2011.

coordinators, pedagogic coordinators, representatives from the environmental and garden and representatives of the Board of School Food municipalities and states (PEHEG) enrolled in the years 2012 and 2013. To all the people involved in the training is given the responsibility of acting as multipliers of the project in public schools in their place of origin. Thus, PEHEG has sought to contribute to the change in values and behavior in relation to food and the environment by entering the garden gastronomy axes as generators of pedagogical practice.

Keywords: Food. Garden. Sustainability

1 Introdução

O encontro de ações de diferentes instituições no âmbito federal tem gerado resultados positivos na ponta – nos municípios onde a vida se processa no dia a dia, sem alardes, mas com a determinação e paciência exigidas para se fazer a diferença em um país de dimensão continental e grande diversidade, e que exigem um olhar diferenciado daqueles que idealizam e desenvolvem as políticas públicas no país. O que vem acontecendo em centenas de cidades brasileiras que aderiram ao Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (PEHEG), parceria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC) – por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB) mostra que é possível transformar, dinamizar a forma de ensinar e aprender a partir de algo tão simples e acessível como a terra e o alimento que se produz a partir dela.

As duas instituições têm a educação como objetivo de seu trabalho e à especificidade de cada uma se juntou a necessidade de uma educação para a alimentação saudável e tudo o que ela implica, desde a nutrição ao prazer de se alimentar, passando pelo cultivo, preparo e sustentabilidade da alimentação e do meio ambiente, em conformidade com as diretrizes do PNAE (Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013).

2 Troca de saberes

Da parceria entre a universidade e a sociedade registra-se um saldo de experiências notáveis em várias áreas, possibilitadas pela troca de saberes, que permite a construção e apropriação de um novo conhecimento – que reconhece e estimula formas tradicionais de se fazer as coisas, incorporando-se as novidades da ciência para se fazer mais e melhor, às vezes, até com maestria, beneficiando uma comunidade mais abrangente e não apenas a dos estudantes, como é o caso do PEHEG, executado pelo CET/UnB, por meio do Núcleo de Referência de Gastronomia e Alimentação Regional desde outubro de 2011.

O projeto tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade das ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, gerido pelo FNDE/MEC. Os fundamentos do PEHEG remetem aos princípios presentes no Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (2012).

A parceria da Universidade de Brasília com o FNDE traz uma novidade ao projeto que não é novo, mas que ganhou novas dimensões em 2012 ao introduzir a gastronomia como mais uma de suas áreas e ferramenta de dinamização pedagógica e ao envolver cerca de 200 municípios. O PEHEG funciona de forma simples, buscando a capilaridade nas cinco regiões do país, por meio da formação de multiplicadores que se dirigem às cidades polos para os cursos presenciais que lhes darão embasamento teórico e prático nas áreas de educação, nutrição, ambiente e hortas e da gastronomia.

Em 2012, cerca de mil pessoas, a maioria vindas da área de educação, passaram pelo processo que incluiu três encontros presenciais e acompanhamento por meio de um curso a distância, via internet. O resultado poderá ser visto em um vídeo que será produzido a partir das gravações que estão sendo realizadas em Municípios e Estados das cinco regiões do país que fizeram a formação no ano passado e têm experiências exitosas no uso da gastronomia e da horta como instrumentos no processo educativo e que permitem a conscientização de crianças, jovens e adultos de escolas atendidas pelo (PNAE/FNDE) para a alimentação saudável, saborosa, nutritiva e sustentável. Ou seja, seguindo o princípio de que se deve conhecer para poder escolher do quê e como se alimentar.



Ações do PEHEG no município de Taquara – RS

O nome oficial do projeto, na verdade “Formação de agentes para dinamização da alimentação escolar no espaço educativo a partir da gastronomia e sustentabilidade” já diz sobre seu objetivo e onde está inserido, no ambiente escolar – hoje visto como espaço de convivência e construção do conhecimento, utilizando a horta e a gastronomia como instrumentos pedagógicos para a produção de importantes transformações na escola e em seu entorno. O espaço se torna pequeno para as diferentes escalas de ideias e ações que tornam a vida ali mais dinâmica, trazendo o contato com a terra, com o alimento – desde o cultivo, colheita, preparo, até a degustação pelo estudante, sendo este processo permeado pela educação para uma alimentação saudável e, claro, consciente, sem que para isso seja criada uma nova disciplina no currículo escolar.

A multi e a transdisciplinaridade dão as linhas e os caminhos para onde se pode chegar quando todas as áreas de conhecimento conversam no espaço educativo e a parcerias nos Municípios e Estados que aderiram ao PEHEG se concretizam com a participação de diferentes secretarias e também da comunidade. Exemplos não faltam e podem ser conferidos por quem quiser ver nas páginas eletrônicas de secretarias de Educação, nas redes sociais, jornais impressos e de rádio e TV. Parece exagero, mas é esta a dimensão que muitos têm do que realizam em suas escolas, cidades, quando o prefeito, o secretário e o diretor da escola se envolvem e acreditam que mudar é possível e o PEHEG é um instrumento para se fazer da educação alimentar um trampolim para significativas mudanças na forma de se relacionar com o ambiente, com as pessoas, consigo mesmo, e aprendendo matemática, ciência, história, português, geografia, física, química, biologia e outros conteúdos em laboratórios acessíveis, na própria escola ou fora dela.

Quando o espaço da escola não comporta uma horta, pode-se utilizar os modelos adaptáveis a pequenos espaços, já que neste projeto, a horta tem fim pedagógico e não de produção. Mas a escolha fica a critério da necessidade e desejo da comunidade escolar, desde que este objetivo pedagógico seja cumprido. Aliás, a criatividade é amplamente estimulada nas formações do projeto.

As 200 cidades selecionadas no ano de 2012 participaram do curso nos nove polos das cinco regiões do País. Ao final, cerca de mil pessoas de 175 Municípios, três Estados e o Distrito Federal concluíram o processo, que incluiu uma jornada de 112 horas de formação, sendo 80 horas presenciais e 32 horas a distância nas áreas de educação, nutrição, gastronomia e ambiente e horta. Coordenadores pedagógicos, de alimentação, nutricionistas, técnicos agrícolas e representantes dos Conselhos de Alimentação Escolar de cada localidade que aderiu ao projeto participaram das formações realizadas em Brasília/DF, Sete Lagoas/MG, Pindamonhangaba/SP, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS, Belém/PA, Vitória da Conquista/BA, Feira de Santana/BA e João Pessoa/PB.

3 Considerações finais

Em 2013, foram selecionados 300 municípios. A primeira fase presencial, encerrada em novembro, terá continuidade no próximo ano, com atividades presenciais em cada um dos dez polos definidos em função da proximidade dos municípios. São eles Florianópolis/SC, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG, Salvador/BA, Aracaju/SE, Fortaleza/CE, Recife/PE, São Luis/MA e Belém/PA.

O FNDE, o PNAE e o CET/UnB acreditam que a energia, o comprometimento e o empenho de todos os que em seus Municípios e Estados se dedicam ao trabalho de desenvolvimento do PEHEG, renovam as esperanças de que em breve teremos uma nação mais saudável, mais consciente e mais cidadã. Enfim, o futuro será presente!

Referências

BRASIL. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação*. Caderno de Implantação do Projeto Educando com a Horta Escolar e a Gastronomia (Versão preliminar). Brasília, 2013

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

BRASIL. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Cenário #01

Programa de Pós-Graduação em Turismo - Centro de Excelência em Turismo
Universidade de Brasília

